

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 24/2012

Dispõe sobre as alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física - PARFOR (*Campus* de Miracema).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 31 de outubro de 2012, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física - PARFOR (*Campus* de Miracema), em atendimento ao parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - CNE/CES 58/2004, passando a vigorar conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 31 de outubro de 2012.

Prof. Márcio Silveira
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 24/2012 do Consepe.

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA - HABILITAÇÃO EM LICENCIATURA NA ÁREA DE EDUCAÇÃ FÍSICA
DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR

MIRACEMA (TO) AGOSTO/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Dr. Márcio Antônio da Silveira REITOR

Profa. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira VICE-REITORA

Esp. José Pereira Guimarães Neto PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

> Profa. Dra. Berenice Feitosa da Costa Aires PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. George França dos Santos PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

> Prof. Dr. George Lauro Ribeiro de Brito PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Profa. Msc. Ana Lúcia de Medeiros PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

> Profa. Dra. Célia Maria Grandini Albiero Diretora do *Campus* de Miracema

Profa. Dr^a. Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider Coordenadora Geral do PARFOR

Profa. Dra. Adriana Garcia Gonçalves Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física do PARFOR

Sumário

1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO7					
1.1	IDENTIFICAÇÃO7					
1.2	ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO COM SEDE EM PALMAS (TO):10					
1.3	EQUIPE DE ELABORAÇÃO					
1.4	CONSULTORIA PEDAGÓGICA10					
2.	APRESENTAÇÃO DO PROJETO11					
3.	CONTEXTO INSTITUCIONAL					
3.1	Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)14					
3.2	A UFT no contexto regional e local					
3.3	Perfil Institucional	17				
3.4 M	lissão Institucional	9				
3.5 Es	strutura Organizacional2	20				
3.5.1	Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:	22				
4.	GESTÃO ACADÊMICA	23				
4.1.	Administração Acadêmica					
4.2.	Coordenação Acadêmica24					
4.3.	Coordenação de Curso	24				
4.4.	Conselho Diretor25					
4.5.	Direção de Campus	25				
4.6.	Comissão de Elaboração do PPC:	25				
4.7.	Articulação da gestão do curso com a gestão institucional	26				
4.8.	Condições de Trabalho2	26				
4.9.	Perfil do Corpo Docente	26				
José	Aluisio Mendes de Sousa Junior	27				
José	Aluisio Mendes de Sousa Junior	29				
4.10.	Corpo técnico administrativo2	29				
4.11.	Contextualização do Curso	29				
5.	O PARFOR/ UFT	35				
6.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	37				
6.1.	Parecer CNE/CES 58/2004	37				
6.2.	Competências e habilidades do graduado em Educação Física	4(

6.3.	Mecanismos de indissociabilidade teoria e prática	42
6.4.	Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Educação Física	44
6.5.	Acompanhamento e avaliação	44
6.5.1.	Justificativa do Curso	45
6.5.2.	Objetivos do Curso	45
6.5.2.	1. Objetivo Geral	46
6.5.2.	2. Objetivos Específicos	46
7.	VOCAÇÃO DO CURSO	46
7.1.	Perfil profissional do egresso	46
7.1.1.	Mercado de trabalho	47
7.1.2	Campo de Atuação Profissional	47
8.	Organização curricular	49
8.1.	Matriz curricular do curso de Educação Física	50
8.2.	Organização das disciplinas (Estrutura Curricular e Carga-Horária)	51
8.2.1.	Reformulação curricular do Curso de Educação Física	55
8.2.2.	Transição Curricular	62
8.2.3.	Equivalências entre disciplinas para aproveitamento de estudos	63
8.3.	Ementário e bibliografia	66
9.	Concepção e Organização de Núcleos de Estudos e Núcleo Docente	
Estrut	turante	105
9.1.	Núcleos de formação	105
9.2.	Núcleo Docente Estruturante (NDE-Resolução CONAES Nº01/2010)	109
10.	Atividades acadêmicas articuladas à formação	110
10.2.	Articulações acadêmicas nos estágios supervisionados em Educação Física	110
10.3.	Atividades curriculares complementares – ACC	124
10.4.	Interface Pesquisa e Extensão	125
10.5.	Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino: Monitoria, PET	126
10.6.	Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	128
11.	Trabalho de Conclusão de Curso	129
12.	Avaliação	130
12.2.	Sistema de avaliação do projeto pedagógico	132
12.3.	ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante	132
13.	INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO	O 133
13.1.	Laboratórios e Instalações	133

13.2.	Instalações físicas existentes
14. Educa	Das adaptações necessárias ao funcionamento do Curso de Licenciatura em ção Física
14.1.	Laboratórios, espaços físicos e equipamentos necessários para o volvimento dos projetos de Licenciatura e de Graduação em Educação Física 137
14.2.	Laboratório de Anatomia Humana; Histologia e Fisiologia
14.3. desen	Laboratório de Estudos da Atividade Física, do Exercício e dos Esportes e volvimento motor
14.4.	Laboratório de expressão corporal (ginástica e dança)139
14.5.	Quadra poliesportiva: ginásio esportivo coberto140
14.10.	Instalações e Equipamentos Complementares
14.11.	Biblioteca
14.12.	Área de Lazer e Circulação144
14.13.	Recursos Audiovisuais
14.14.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiência145
14.15.	Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso145
15.	REFERÊNCIAS

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Graduação em Educação Física

MODALIDADE OFERECIDA: Licenciatura

TITULAÇÃO CONFERIDA: Licenciado em Educação Física

ANO DE CRIAÇÃO DO CURSO: Abril de 2010

DURAÇÃO DO CURSO: 4 (quatro anos), com carga horária total de 2850 horas

Tempo Mínimo para Integralização: 04 (quatro) anos

Tempo Máximo para Integralização: 07 (sete) anos

ATO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO:

Decreto: 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. O referido ato está fundamento no do art. 28 do supramencionado decreto, *in verbis*:

Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias.

Autorização:

- Resolução CONSEPE Nº 06/2010, de 12 de maio de 2010, que Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física PARFOR (*Campus* de Miracema).
- Adesão ao modelo Parfor: (Resolução CONSUNI Nº 21/2009, de 23 de abril de 2009 que Dispõe sobre a adesão da UFT ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR).

REGIME ACADÊMICO: Os cursos PARFOR são presenciais modulados devendo ser oferecidos nos meses de janeiro e fevereiro e julho, em conformidade com calendário a ser definido pela UFT.

TURNO DE OFERTA: Integral

FORMA DE INGRESSO:

As vagas deste curso serão preenchidas por professores da Rede Pública de Ensino que se cadastrarem na Plataforma Freire, e que possuam as condicionalidades estabelecidas pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR que tem como meta primeira, propiciar a primeira graduação aos professores da Educação Básica ou que, em já possuindo em outra área, atuam no Ensino de Educação Física na Educação Básica. Após a solicitação via Plataforma Freire, a seleção dos professores-alunos é realizada a partir de critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Tocantins via coordenação geral do PARFOR, em consonância com a legislação em vigor.

Legislação Parfor

A legislação do PARFOR é baseada nas seguintes resoluções decretos e portarias, e pode ser consultada na plataforma www.uft.edu.br/parfor:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB-9394/96);

Resolução CONSEPE/UFT nº 13/2010 de 09 de junho de 2010 (Dispõe sobre a Normativa Complementar ao Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins visando o atendimento da especificidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da CAPES/MEC);

Resolução No13, DE 20 DE MAIO DE 2010 (Estabelece as orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES);

Decreto nº 6.755, De 29 de janeiro de 2009 (Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES);

Resolução CNE/CP Nº 1, de 11 de fevereiro de 2009 (Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior)

Portaria Normativa Nº 9, de 30 de junho de 2009 (Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação)

Resolução FNDE Nº44, de 14 de agosto de 2009 (Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às Instituições Públicas de Educação Superior participantes do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica)

Parecer CNE/CP Nº 8/2008, aprovado em 02 de dezembro de 2008 (Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior).

Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007 (Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica)

Parecer CNE/CP Nº 9, de 05 de dezembro de 2007 (Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica);

Parecer CNE/CP Nº 5, de 04 de abril de 2006 (Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica)

Parecer CNE/CES Nº 15, de 02 de fevereiro de 2005 (Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior).

NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS: 40 (quarenta) Vagas

Modalidade de Oferta de disciplinas:

As disciplinas deverão ser ofertadas presencialmente no total equivalente a 80% da sua carga horária. Os 20% remanescentes deverão ser ministrados via plataforma moodle ou por meio de estudos orientados e produção de material.

Local de Funcionamento:

Campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins.

Avaliações Externas:

O curso estará sujeito à avaliação pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE) ou a qualquer outros que se façam necessários, conforme normas do Ministério da Educação, da Coordenação do PARFOR e da UFT.

1.2 ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO COM SEDE EM PALMAS (TO):

Reitoria

Endereço: Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, 109 Norte, Palmas - TO

Caixa Postal 266 77001-090

Fone: (63) 3232-8012 Fax: (63) 3232-8039

Reitor e e-mail: Márcio da Silveira (reitor@uft.edu.br)

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

Pró-Reitora: Prof^a Dr^a Berenice Feitosa da Costa Aires

Fone: (63) 3232-8032

E-mail: prograd@uft.edu.br

Coordenação Geral do PARFOR - UFT

Márcia Schneider

Coordenação Geral - PARFOR

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Telefone: (63) 3232-8075

Quadra 109 Norte - Av. NS 15, S/nº - Bloco IV

Sala 213 - CEP 77001-090

E-mail: parfor@mail.uft.edu.br

ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO COM SEDE EM MIRACEMA (TO):

Coordenação do Curso Educação Física

E-mail: parforeducacaofisica@uft.edu.br

Endereço: Av. Lurdes Solino s/nº Setor Universitário 77650-000 – Sala PARFOR

Fone: (63) 3366-8002 Fax: (63) 3366-8004

1.3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Profa. Dra. Karina do Valle Marques (presidente)

Prof. Dra. Adriana Garcia Gonçalves

Profa. Msc. Kalina Lígia Almeira Brito Andrade

1.4 CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Profa Dra Isabel Cristina Auler Pereira

Pró-Reitoria de Graduação

Enedina Betânia L. L. Pires Nunes

Diretora de Desenvolvimento e Regulação da Graduação

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Tocantins, objetiva acatar o desafio proposto pelo MEC, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em oferecer Cursos de Graduação gratuitos e de qualidade, para aqueles que ainda se encontram sem a formação adequada, conforme Lei nº 9394/96 -LDB, para o exercício da docência na Educação Básica, nas redes públicas estaduais e municipais de educação. O curso na modalidade PARFOR é integrante do Programa de Formação Inicial de Professores da Educação Básica – **PLATAFORMA FREIRE**, e se inserem na modalidade de 1ª Licenciatura. Assim, o curso de Licenciatura em Educação Física proposto pela UFT no *Campus* de Miracema foi criado para atender à professores lotados nas escolas públicas, municipais e estaduais, no estado do Tocantins, que não possuem diploma de graduação e que estão no exercício do magistério há mais de 3 (três) anos na educação básica.

Os processos educativos dependem fundamentalmente da forma como são planejados, adaptados, vivenciados, avaliados e replanejados, constituindo-se parcela significativa dessas rotinas a democratização dos processos de decisão, que tem como primordial a participação dos segmentos representativos da comunidade, especialmente nas ações de planejar, executar e avaliar o Projeto Político Pedagógico. Ao discutir o trabalho pedagógico temos que levar em conta os espaços/tempos disponíveis, a participação de representações de todos os segmentos envolvidos fazendo com que suas vozes sejam ouvidas e suas reivindicações, desde que consensuais, sejam atendidas.

Desta forma, o *campus* de Miracema da UFT traz a partir de novembro de 2011 a interdisciplinaridade fundamentada na proposta de expansão acadêmica do *campus* de Miracema. Assim, toda a comunidade acadêmica e à comunidade como um todo discutiram propostas que vislumbrassem na integração dos cursos de licenciatura e bacharelado, no que se findou em conteúdos equilibrados das áreas das ciências humanas, sociais e biológicas, bem como conhecimentos específicos para o desempenho profissional. A integração proposta para os cursos de licenciatura e bacharelado do *campus* de Miracema traz a discussão da *Interdisciplinaridade* como Prática *Acadêmica, de Ensino, Pesquisa e Extensão* essenciais à construção do saber tornando-se indispensável à interlocução entre saúde, educação e serviço

social, com enfoque interdisciplinar, principalmente no que se refere ao conhecimento que os profissionais devem adquirir ao longo dos cursos sobre a inclusão social de grupos especiais como, idosos, bebês e crianças com necessidades especiais, pessoas com deficiência ou com doenças crônico-degenerativas, gestantes, diversidade étnico racial e cultural, sujeitos de direitos das políticas públicas.

Do que foi exposto, o desafio proposto pelos cursos lotados no *campus* de Miracema da UFT é formar graduados que cruzem as fronteiras interdisciplinares do saber na busca da interação entre disciplinas construindo conhecimento comum. Fato esse previsto no estudo de Frigotto (2008) que traduz a preocupação da interdisciplinaridade decorrente da própria forma do homem que se institui enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social. "Os homens na busca incessante de satisfazer suas múltiplas e sempre históricas necessidades de natureza biológica, intelectual, cultural, afetiva e estética, estabelecem as mais diversas relações sociais" (p.43).

Não é possível conceber o conhecimento disciplinar fragmentado, compartimentado e especializado na tentativa de reduzir a complexidade do real. Assim, na reorganização do saber surge a necessidade de compreensão das inter-relações em constante interação para constituir o conhecimento e a articulação dos saberes. Vale ressaltar que a interdisciplinaridade apresenta-se como um modo de pensar que se adentra aos diversos campos da vida e que exige nova maneira de constituir o campo de produção de conhecimento, exigindo nossa própria maneira de conhecer e de nos posicionar frente ao conhecimento.

Assim, o projeto representa o resultado de discussões e reflexões que envolveram a comissão de elaboração do projeto políticos pedagógicos preocupados em construir um desenho curricular do Curso sintonizado com as exigências da educação atual e com as realidades socioculturais e econômicas do Tocantins. Assim, nos empenhamos em afirmar que presente adaptação atende aos anseios dos professores da Educação Básica que ainda não são licenciados, das Secretarias de Educação, dos alunos, professores e técnicos desta Unidade Acadêmicos ávidos por mudanças no Curso de Educação Física, que formularam críticas, proposições e alternativas ao Projeto Pedagógico implantado ainda no ano de 2010. Tais críticas foram baseadas no conteúdo programático, abordagem interdisciplinar de conteúdos, repetição de conteúdos em disciplinas, aproveitamento de carga horária, e professores sem experiência na área de educação física.

Diante da possibilidade de oferta da licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR a nova comissão, formada em Março de 2011, apoiada pelo Conselho Diretor do

campus de Miracema, **reformula o** PPC do curso, tendo como base o Parecer CNE/CES nº 138/2002, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação de Educação Física com bases nos pareceres CNP/CP nº 58/2004, CNE/CES nº 776/97; CNE/CP 009/2001, CNE/CP 28/2001; 142/2007, CNE/CES 0138/2002,), na Lei Nº 9.696, de 1 de setembro de 1998; Lei nº 9.394/96; e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física.

As alterações no currículo do curso de Educação Física na modalidade PARFOR aqui apresentadas ocorreram no mesmo rumo das mudanças curriculares de outros cursos de graduação em licenciatura conforme a PARECER CNE/CES 215/1987, que dispõe sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Assim, também em virtude da necessidade de adaptação curricular do curso com os demais cursos de Educação Física do País e a fim de cumprir as normas do Conselho Federal de Educação (CFE) o que exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo "3+1" (Parecer CNE/CP no 009/2001).

Uma comissão para alterações no PPC do curso de Educação Física foi constituída e formalizada pela Diretora do *Campus* de Miracema, a Professora Célia Maria Grandini Albiero, em março de 2011, o qual encaminhou o ato nº 20, de 10 de abril de 2011 (anexo I) designando os membros que comporiam a comissão de reelaboração do PPC do curso de Educação Física. Ficou assim constituída: Profa. Dra. Karina do Valle Marques (presidente), Profa. Dra. Adriana Garcia Gonçalves, Profa. Msc. Kalina Lígia Almeida Brito Andrade.

Este projeto apresenta o resultado de um consenso em relação à perspectiva de formação de profissionais que deverá orientar a implementação desse novo currículo, que em sua essência, desvela novos caminhos em consonância com as necessidades locais e sociais. Diante disso, a responsabilidade deste *Campus* ao apresentar, uma proposta que contemple um número vasto de disciplinas, para atender uma demanda criada por força dos ordenamentos legais e exigências educacionais, torna-se um compromisso imperioso com a comunidade, oferecendo assim, num contínuo crescente e lógico, alternativas para a formação inicial em Educação Física, a proposta político-pedagógica do curso tem por princípio a formação ampla e aprofundada sobre a educação física como componente curricular nas escolas, seu potencial no desenvolvimento da cidadania, qualidade de vida/promoção da saúde e sobre os aspectos políticos e éticos pertinentes à profissão de professor no Brasil.

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

3.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo

Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de

conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

3.2 A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete)*campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Engenharia.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária

sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de Ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

3.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (artigos. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos fins estabelecidos no Estatuto da UFT, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- II formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendose, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura *multicampi*, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital, Palmas.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema *multicampi*, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só *campus*. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema *multicampi*, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por

sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados – 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 537 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela CAPES, além de diversos de cursos de especialização *lato sensu*.

3.4 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2011-2015), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é "Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia" e, como visão estratégica "Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional".

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- 1. O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- 2. A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- 3. O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- 4. A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- 5. A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- 6. O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- 7. A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade *multicampi*, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo, desta forma, contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 48 (quarenta e oito) cursos de graduação presencial, dezenas de cursos de especialização, 16 programas de mestrado e 3 de doutorado nos campi de Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

3.5 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- 1. **Conselho Universitário CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho, conforme art. 12 do Estatuto da UFT: o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante da comunidade discente, da comunidade docente e da comunidade de servidores técnico-administravos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- 2. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE**: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são, conforme art. 15 do Estatuto da UFT: Reitor, Vice-Reitor e Pró-reitores, todos os Coordenadores de Curso de graduação e de pós-

graduação *stricto sensu* do corpo discente, corpo docente e do corpo técnico-administrativo; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

- 3. **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada, conforme art. 17 do Estatuto da UFT: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria de Assuntos Internacionais, Assessoria de Comunicação Social, Gabinete do Vice-Reitor, Procuradoria Jurídica, Assessoria Especial Estratégica e Assessoria de Informática.
- 4. **Pró-Reitorias:** No Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições para o cumprimento de suas atribuições, em consonância com a natureza de suas atividades e com o disposto no Regimento da Reitoria (art. 24). Em 2008 foram as criadas duas Pró-reitorias: Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento PROAP (Resolução Consuni nº 05/2008) e Pró-reitoria de Assuntos Estudantis PROEST (Resolução Consuni nº 06/2008).
- 5. **Conselho Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa de acordo com o art. 26 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT. De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- 6. **Diretor de** *Campus*: docente eleito pela comunidade universitária do *campus* para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*, art.26 do Estatuto da UFT.
- 7. **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT.
- 8. **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução art. 36 do Regimento Geral da Fundação Universidade

Federal do Tocantins – UFT. Suas atribuições estão previstas no art. 38 do instrumento normativo supramencionado.

Considerando a estrutura *multicampi*, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

3.5.1 Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Ciências Naturais (Química, Biologia, Física), Matemática, Geografía, História, Letras e Biologia EaD; os cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e o bacharelado em História; cursos na área de gestão, contemplando Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão do Turismo. Oferece ainda, o Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Biotecnológica, Química Ambiental e as licenciaturas em Biologia e Química (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal e mais recentemente foi aprovado pela Capes o Doutorado em Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes - Teatro, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Filosofia, Medicina, Nutrição e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografía, Ciências Biológicas e Letras os bacharelados em Ciências Biológicas e Geografía e o mestrado em Ecologia dos Ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

4. GESTÃO ACADÊMICA

A gestão acadêmica segue o REGIMENTO GERAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT, bem como ao Regimento Geral dos Cursos de Graduação e a RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 13/2010 que dispõe sobre a Normativa Complementar ao Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins visando o atendimento da especificidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da CAPES/MEC, em seu Art. 4º, define:

Os cursos de licenciatura presenciais modulares, integrantes do Parfor, serão regidos pelas diretrizes do Regimento Acadêmico da UFT, salvo em especificidades inerentes à natureza do programa e que constam desta Normativa Complementar.

4.1. Administração Acadêmica

No *campus* universitário de Miracema, a gestão institucional e a gestão do curso trabalham com base em uma gestão democrática, com vistas à promoção da participação dos acadêmicos e docentes na elaboração de diretrizes e princípios que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso. A administração acadêmica na modalidade PARFOR também é regulamentada pela resolução CONSEPE N.º 13/2010, em seu **Art. 5º**, define:

Os cursos Parfor terão a administração acadêmica exercida pelo(s) colegiado(s) do(s) curso(s) regular(es) proponente(s) ou pelo Conselho Diretor, quando se tratar de curso não regular do *campus*.

Apesar da resolução CONSEPE N.º 13/2010 citada anteriormente, o curso de Educação Física na modalidade PARFOR terá a colaboração do Colegiado do curso de Pedagogia, *campus* de Miracema, uma vez que os professores que compuseram as comissões de elaboração dos PPCs anteriores são lotados a este colegiado e sempre estiveram presentes nas discussões e decisões acerca da criação do curso.

4.2. Coordenação Acadêmica

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico de Curso. Neste sentido, os Cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. O Curso de Educação Física foi organizado dentro desta mesma lógica.

4.3. Coordenação de Curso

A definição de coordenação de curso bem como suas funções são designadas no art. 36 e 38 do REGIMENTO GERAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT.

Art. 36 - As coordenações de curso são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalva a competência do conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

I - representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão;

II - presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III - propor ao Diretor do *Campus* a substituição do seu representante no Conselho

Diretor, nos termos do Regimento do Campus;

IV - responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V- expedir instruções referentes aos cursos;

VI - representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

- § 1º Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- § 2º No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

A coordenadora atual do Curso de Licenciatura em Educação Física ofertado na modalidade PARFOR é a professora Doutora Adriana Garcia Gonçalves, vinculada ao curso de Pedagogia do *Campus* de Miracema a partir de 24 de maio de 2012. Anterior a esta data, a coordenação ficou a cargo da professora Dra. Karina do Valle Marques, docente vinculada ao colegiado do curso de Medicina do *campus* Palmas da Universidade Federal do Tocantins, que assumiu a coordenação a partir de Março/2011(ato nº 20, de 10 de abril de 2011 (anexo I).

4.4. Conselho Diretor

A administração dos *Campi* terá um órgão deliberativo - o Conselho Diretor do *Campus* e um órgão executivo – a Direção do *Campus*. O Conselho Diretor é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26 do regimento geral da UFT). De acordo com o Art. 25 do Regimento Geral da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

4.5. Direção de *Campus*

O docente eleito pela comunidade universitária do *campus* para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Geral da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, conforme art. 32 do supra mencionado regimento, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*. O *Campus* Universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins tem como diretora a Professora Doutora Célia Maria Grandini Albiero, docente vinculada ao colegiado do curso de Serviço Social deste *campus*.

4.6. Comissão de Elaboração do PPC:

O PPC de Licenciatura em Educação Física foi elaborado pela coordenação do curso de Educação Física e por docentes do *Campus* de Miracema do curso de Pedagogia (ato nº 20, de 10 de abril de 2011 (anexo I)), tendo como integrantes da Comissão de reelaboração do PPC os seguintes professores:

- Profa. Dra. Karina do Valle Marques (presidente)
- Prof. Dra. Adriana Garcia Gonçalves (docente do curso de Pedagogia)
- Profa. Msc. Kalina Lígia Almeira Brito Andrade (docente do curso de Pedagogia).

4.7. Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

O curso de Educação Física da UFT do *campus* de Miracema é caracterizado como uma unidade acadêmico-administrativo institucional, no entanto, por se tratar de um curso não regular no *campus* de Miracema, e o mesmo não existir na UFT, ficou aprovado em reunião extraordinária do dia 09/02/2012 do Conselho Diretor do *campus* de Miracema, que o curso de Licenciatura em Educação Física, terá a administração acadêmica exercida pelo Conselho Diretor, conforme resolução CONSEPE N.º 13/2010, em seu Art. 5°.

O curso de Educação Física, no entanto, não se encontra isolado no contexto universitário. As relações estabelecidas extrapolam os limites por ele impostos, buscando nas demais unidades respostas às limitações encontradas. Assim, foi aprovada em reunião extraordinária em 09/02/12 do conselho diretor, que se crie uma comissão estruturante para o curso de Educação Física composta por docentes, o coordenador do curso e discentes do curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR.

Diante do reconhecimento das necessidades existentes do curso de Educação Física, torna-se necessário o compartilhamento com os demais cursos e unidades administrativas do *campus* de Miracema, no intuito de acolher os alunos, docentes, técnicos e administradores, vislumbrando a busca permanente de conhecimentos e capacitação profissional dentro e fora do meio acadêmico.

4.8. Condições de Trabalho

As informações referentes ao regime de contratação dos docentes para colaborarem com a licenciatura em Educação Física, na modalidade PARFOR, será por intermédio de contrato de bolsista conforme orientações da CAPES.

4.9. **Perfil do Corpo Docente**

O corpo docente que atuará junto ao curso de licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR provém do quadro docente do *Campus* Universitário de Miracema.

Além disso, foi possível a realização de parcerias com os demais *campi* da UFT e com o IFTO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins), conforme convênio no Anexo IIa, a fim de que os docentes possam colaborar com o curso.

4.9.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

O quadro a seguir ilustra os docentes que compõe o curso de Educação Física, Parfor, bem como suas formações, tanto acadêmica como profissional:

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Adriana Garcia Gonçalves	DE	Pedagogia e Fisioterapia	Acupuntura	Educação	Educação	Educação especial, Tecnologia assistiva, Classe hospitalar e Estimulação precoce.
André Luiz Augusto da Silva	DE	Serviço Social	Segurança Pública	Serviço Social	Serviço Social	Ética, Direitos Humanos, Segurança pública, Política de segurança.
Ana Edith Farias Lima	40 hs	Enfermagem e Obstetrícia	Formação Pedagógica na área de saúde: enfermagem	-	-	Política de Saúde Contemporânea e SUS Educação Popular em Saúde.
Alex Gomes Carrasco	DE – IFTO	Educação Física	Docência Superior	-	-	Ensino de Educação Física e Treinamento Desportivo.
Francisco Nilson Gonçalves Balbé	40 hs - IFTO	Educação Física	-	Saúde Coletiva	-	Atividade Física e Saúde, Treinamento Desportivo, Anatomia, escolares, antropometria, Atletismo e estado nutricional.
José Aluisio Mendes de Sousa Junior	DE – IFTO	Educação Física	Educação Física escolar	-	-	Educação Física, ensino do Futsal e Voleibol.
Juciley Silva E. Freire	DE	Pedagogia	Supervisão Educacional	Educação	Educação	Política educacional, fundamentos da Educação, Educação e Trabalho.

Kalina Lígia A. Brito Andrade	DE	Engenharia de Materiais	-	Engenharia Química	-	Educação matemática, jogos no ensino da matemática.
Kathia Nemeth Perez	40 hs	Psicologia	Saúde pública e Adm.Educaciona 1	Psicologia Social	-	Humanização, Saúde pública, Trabalho e saúde, Psicanálise.
Layanna Giordana Bernardo Lima	DE	Pedagogia	Informática em Educação	Ciências do Ambiente e Sustentabilid ade na Amazônia	Doutoranda em Geografía Humana	Ambiente, Saúde, Cultura e mundo rural e Mobilização social.
Leandro Guimarães Garcia	DE	Ciências Biológicas	-	-	Ciências Biológicas	Bioinformática
Márcia Machado	DE	Ciências Sociais	-	Educação	Ciências Sociais	Antropologia e Sociologia
Maria Irenilce Rodrigues Barros	DE	Letras	-	Estudos Linguísticos	-	Educação, Sociolinguística.
Marta Azevedo dos Santos	DE	Psicologia	-	Educação	Psicologia	Psicologia e Saberes coletivos.
Raphael Gomes de Araújo Palazzo	DE	Educação Física	Treinamento Desportivo	-	-	Educação física escolar e ensino do futsal.
Reijane Pinheiro da Silva	DE	Ciências Sociais	Antropologia Social	Sociologia	Antropolog ia social	Antropologia e sociologia, Cultura e identidade.
Suzana Brunet Camacho da Rocha	DE	Pedagogia	-	Educação	-	Alfabetização e Letramento.
Sergio Roberto dos Santos	DE	Educação Física	Educação técnica de nível médio integrada ao ensino médio modalidade de educação de jovens e adultos	-	-	Educação física Adaptada e ensino da natação.
Thaíse Luciane Nardim	DE	Artes Cênicas	Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas	Artes	-	Práticas de arte/educação contemporâneas e arte da performance.
Victor Rodrigues Nepomuceno	DE	Fisioterapia	-	Ciências Morfofuncio nais	Doutorando em reabilitação e desempenh o funcional.	Anatomia Humana, neuroanatomia e eletromiografia cinesiológica do sistema musculoesquelétic o.

4.9.2 Produção científica

O quadro, a seguir, apresenta o link para acesso ao currículo lattes dos referidos professores que cadastraram suas produções científicas:

NOME	LINK PARA ACESSO AO CURRÍCULO LATTES
Adriana Garcia Gonçalves	http://lattes.cnpq.br/3907378784787581
André Luiz Augusto da Silva	http://lattes.cnpq.br/4650699049101136
Ana Edith Farias Lima	http://lattes.cnpq.br/2839904428932142
Alex Gomes Carrasco	http://lattes.cnpq.br/2301980895734535
Francisco Nilson Gonçalves Balbé	http://lattes.cnpq.br/5685351206812424
José Aluisio Mendes de Sousa Junior	http://lattes.cnpq.br/0208998088754499
Juciley Silva Evangelista Freire	http://lattes.cnpq.br/4040502728465179
Kalina Lígia A. Brito Andrade	http://lattes.cnpq.br/084044307915982
Kathia Nemeth Perez	http://lattes.cnpq.br/6568987541582701
Layanna Giordana Bernardo Lima	http://lattes.cnpq.br/1061655482835640
Leandro Guimarães Garcia	http://lattes.cnpq.br/4179705747405794
Márcia Machado	http://lattes.cnpq.br/4194023944608350
Maria Irenilce Rodrigues Barros	http://lattes.cnpq.br/4186701414099549
Marta Azevedo dos Santos	http://lattes.cnpq.br/3675116507704446
Raphael Gomes de Araújo Palazzo	http://lattes.cnpq.br/9834579017236457
Reijane Pinheiro da Silva	http://lattes.cnpq.br/0565922256384104
Suzana Brunet Camacho da Rocha	http://lattes.cnpq.br/6247126012422645
Sergio Roberto dos Santos	Não encontrado
Thaise Luciane Nardim	http://lattes.cnpq.br/5606280316666982
Victor Rodrigues Nepomuceno	http://lattes.cnpq.br/1766393962455312

4.10. Corpo técnico administrativo

O corpo técnico administrativo é formado por funcionários que estão lotados no *campus* de Miracema.

4.11. Contextualização do Curso

O processo de expansão do *Campus* Universitário de Miracema vem sendo discutido desde a criação da UFT. Junto com ele, a reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos

para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infra-estrutura física e de recursos humanos necessários.

O *campus* de Miracema apresenta um histórico de discussões voltadas à área da educação, uma vez que nele existe o curso de licenciatura em Pedagogia, ofertado desde o ano de 1999, pela então Universidade do Tocantins – UNITINS.

Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação de um pré-projeto de licenciatura nessa área.

Diante da possibilidade de oferta da licenciatura em Educação Física na modalidade PARFOR a nova comissão formada em Março de 2011 refaz o PPC do curso, tendo como base o Parecer CNE/CES nº 138/2002, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação de Educação Física com bases nos pareceres CNP/CP nº 58/2004, CNE/CES nº 776/97; CNE/CP 009/2001, CNE/CP 28/2001; 142/2007, CNE/CES 0138/2002,), na Lei Nº 9.696, de 1 de setembro de 1998; Lei nº 9.394/96; e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física.

Atualmente é oferecido o Curso de 1ª Licenciatura em Educação Física no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), em regime modular presencial, atendendo a demanda de professores que atuam em sala de aula sem a formação específica. Este curso ocorre basicamente no período de férias escolares, durante os meses de janeiro (30 dias), fevereiro (15 dias) e julho (30 dias), de modo que está em andamento uma (1) turma ingressante em 2010. No período presencial, é contemplado 80% da carga horária das disciplinas, ficando os 20% restantes a serem realizados com atividades à distância.

A licenciatura em Educação Física proposta pelo *Campus* Universitário de Miracema pretende trabalhar com um quantitativo de quarenta alunos (40) por turma e, atendendo a proposta do PARFOR, favorecer o ingresso desses acadêmicos em dois momentos: um no inicio do ano, para que as atividades letivas ocorram no mês de Janeiro, e outro no meio do ano, com previsão de desenvolvimento de atividades durante o mês de Julho.

Um pré-projeto de curso da licenciatura em Educação Física apresentado pelo *Campus* Universitário de Miracema foi, inicialmente, desenvolvido por uma comissão composta pelos docentes: José Oto Konzen, Kleber Lopes Lima Fialho e Antônio Miranda de Oliveira.

O projeto inicial apresentado pelos referidos docentes sofreu alterações e foi discutido pelas professoras Ana Corina M. Spada, Adriana Garcia Gonçalves, Vânia Maria de Araújo Passos, Célia Maria Grandini Albiero e Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade a fim de que fossem feitas as alterações necessárias a oferta do curso na modalidade PARFOR.

A partir do mês de Março/2011, quando a nova coordenadora Professora Dra. Karina do Valle Marques assume a coordenação do curso, uma nova comissão é formada para reformular o projeto do curso de Educação Física licenciatura/PARFOR no formato dos Parâmetros Curriculares Nacionais com base no Parecer CNE/CES 58/2004, composta pelos seguintes membros:

- Prof^a. Dra. Karina do Valle Marques (Formação em Educação Física Presidente da Comissão de Elaboração do PPC)
- 2) Prof^a. Dra. Adriana Garcia Gonçalves (Formação em Pedagogia e Fisioterapia membro)
- 3) Prof^a. Msc. Kalina Lígia A. Brito Andrade (Formação em Engenharia de Materiais membro)

Em 2011, considerando a necessidade de alterações no projeto pedagógico do curso de Educação Física na modalidade PARFOR do *Campus* de Miracema da UFT (TO), para melhorar a sua qualidade, a Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico, composto por uma comissão de docentes da UFT, elaboraram uma nova dinâmica curricular, que deverá ser implantada a partir do primeiro semestre letivo de 2013. A nova estrutura curricular ocorre em virtude da necessidade de adaptação curricular do curso com os demais cursos de Educação Física do País e a fim de cumprir as normas do Conselho Federal de Educação (CFE), o que exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo 3+1" (Parecer CNE/CP no 009/2001).

Em 2012, a Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico e o Conselho Diretor do *Campus* de Miracema, com amparo da Pró-reitoria de Graduação, realizaram estudos, atualizaram e adequaram o projeto pedagógico do curso de Educação Física – Licenciatura na modalidade PARFOR, que foi implantado no segundo semestre letivo de 2010.

Tratando-se principalmente dos cursos de Educação Física, as dificuldades e obstáculos, encontrados na formação deste professor, foram contemplados na redação das Diretrizes Curriculares. As mudanças instituídas na grade curricular visam um profissional mais preparado e qualificado para atender as necessidades sociais e mercadológicas em que se inserirá. A formação mais vasta contribuirá para ampliar seu conhecimento, a partir das ações executadas nas atividades práticas inseridas na grade como componente curricular (STIVAL, 2008).

Em 1999 a publicação da "Situação da Educação Básica no Brasil", do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aponta para o fato de que, no ano de 1996, os quantitativos de professores, com nível superior, atuando no ensino fundamental, por região, são os seguintes: região Sudeste – 313.991 (58,8%), Sul – 134.681 (57.7%), Centro-Oeste – 45.084 (45,2%), Nordeste – 97.644 (23,5%) e Norte – 17.201 (16,4%). Constata-se, com estes dados, que a região Norte é a mais carente de professores com o ensino superior. A necessidade de recursos humanos qualificados tem reflexo na posição do Brasil no *ranking* mundial entre os países com piores desempenhos dos alunos da educação básica.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica / PARFOR é uma ação conjunta do MEC, por intermédio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, estruturado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com a finalidade de atender a demanda de formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica, por meio de cursos de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica, ministrados por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

Em 31 de março de 2004 a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação promulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física. Foi denominada como Resolução n.º7/2004, e entre várias definições, criou uma nova modalidade para a formação do acadêmico em Educação Física.

A Educação Física constitui uma área de conhecimento e de atuação profissional em expansão, associada à universalização das relações sociais capitalistas, que tem na urbanização da vida social uma de suas especificidades. Neste contexto, evidencia-se também uma transposição da mecanização dos processos produtivos para o conjunto das relações sociais, que resulta na afirmação de determinadas formas de movimento físico e de relação corporal, em detrimento de outras. É neste contexto que uma reeducação corporal se faz necessária condição para a afirmação de uma vida saudável. Daí a relação existente entre a educação física e a saúde. Sabe-se que o profissional de Educação Física é reconhecido como um profissional da área da saúde (Resolução N° 218 de 6 de março de 1997).

De acordo com o parecer CNE/CES 0058/2004, embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde, é imperiosa a compreensão do seu caráter

multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofía.

O saber que se exige do professor de educação física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento físico e à manipulação instrumental, isto é, ao domínio dos aspectos físico-corporais do movimento humano, porque o movimento humano é constituído por uma multiplicidade de manifestações e se inscreve num contexto sócio-cultural.

Por isso, as atividades propostas não podem traduzir-se numa mera compensação de atividades físicas e/ou da promoção da estetização corporal, tão presente no contexto atual. O que se espera da atuação do professor de educação física é a capacidade de promover novas formas de relação corporal, da pessoa com seu próprio corpo, com os outros corpos e com a natureza externa. Daí a sua íntima relação com a educação.

Para a formação de professores de Educação Física, importa destacar que, de acordo com a Resolução CNE/CES 58/2004 de 18 de fevereiro de 2004 resolve em seu Art. 3°, definir a Educação Física como:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, requer um professor legalmente habilitado para a sua implementação em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, nº. 9.394 (1996). Necessita-se, pois, de currículo voltado para a formação de qualidade desse profissional para que ele seja competente, compromissado, crítico e participativo. Professor de Educação Física que também busque ajudar nas necessárias mudanças econômicas e sócio-culturais que nosso país tanto precisa e, que, lecione na Educação Básica com práticas competentes, pedagogicamente referenciadas para elevar qualitativamente a Educação Física escolar. Docente que, em aulas e atividades centradas em práticas tecno-motoras busque a inter-relação da prática com o conhecimento.

O processo de modernização e urbanização da vida social tem ampliado as possibilidades de atuação do profissional de educação física. As frentes de atuação da Área têm aumentado significativamente. Enquanto Licenciado, este crescimento está associado à universalização do acesso da população à Educação Básica – sobretudo, a de nível fundamental – que inclui a disciplina de Educação Física em suas disposições curriculares legais.

A Resolução nº 03/87 estabeleceu que os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física deveriam contemplar um núcleo de disciplinas de Formação Geral e um núcleo de disciplinas de aprofundamento de conhecimentos.

No núcleo de disciplinas de Formação Geral deveriam ser consideradas áreas de conhecimentos de cunho humanístico (Conhecimentos Filosóficos, do Ser Humano, e da Sociedade) e de cunho técnico (Conhecimento Técnico).

As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foram desenvolvidas em consonância com os princípios enunciados no Parecer CNE/CES nº 583/2001, constituindo-se num conjunto articulado de princípios e de orientações que devem ser considerados na proposição e no desenvolvimento curricular do curso.

As Diretrizes Curriculares foram desenvolvidas a partir de uma concepção interativa de conhecimentos pautados nas tradições culturais e cientificas do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do cotidiano. A intenção é possibilitar a transformação da compreensão sobre o mundo vivido, e oportunizar a construção de conhecimentos significativos que se reorganizam em forma de teorias, experiências, habilidades, competências e atitudes.

Estas Diretrizes Curriculares foram sistematizadas a partir do reconhecimento de que são inequívocas a autonomia e a flexibilidade preconizadas pela Lei de Diretrizes em Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). A LDB possibilita as Instituições demonstrarem competência para elaboração do projeto pedagógico e curricular de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com o contexto institucional, com as demandas do mercado de trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade. Essa autonomia institucional pode favorecer a conciliação da realidade de um mercado de trabalho diversificado, cada vez mais competitivo e em expansão, com a formação de um profissional que alie os conhecimentos e instrumentos específicos da sua área a uma ampla e consistente visão da realidade humana, social, política e econômica do país.

Conforme, ainda, o parecer CNE/CES 58/2004, a instituição de ensino superior - IES, deverá pautar o projeto pedagógico do curso de Graduação em Educação Física nos seguintes

princípios regidos pela Lei de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física de modo a assegurar:

- 1) Autonomia institucional;
- 2) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- 3) Graduação como formação inicial;
- 4) Formação continuada;
- 5) Ética pessoal e profissional;
- 6) Ação critica investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- 7) Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- 8) Abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- 9) Indissociabilidade teoria-pratica;
- 10) Articulação entre conhecimentos de formação ampliada e especifica.

Diante do exposto, a comissão formada para criação do PPC apoiada pelo Conselho Diretor do *Campus* de Miracema, segue o parecer CNE/CES 58/2004 relacionado as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, introduzidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002, a Lei nº 9.696/1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física e o Parecer CNE/CES nº 400, aprovado em 24 de novembro de 2005 que relaciona a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005.

5. O PARFOR/ UFT

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação, de instituições públicas de educação superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos estados e municípios, no âmbito do Plano de Metas Compromisso "Todos pela Educação (PDE)", que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União como os estados e municípios.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins assinou, em 28 de maio de 2009, por intermédio da CAPES, o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins e o Ministério da Educação

visando formar os professores da rede pública do estado do Tocantins, que não possuem a formação mínima exigida em lei ou atuam fora da área de formação.

O Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" é um programa estratégico do PDE. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão a esse Plano, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), que é o planejamento multidimensional da política de educação que devem fazer para um período de quatro anos – 2008 a 2011. O PAR é coordenado pela Secretaria Municipal/Estadual de educação, mas é elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.

Com o objetivo de implantar o PAR, o MEC tomou duas providências: fez parceria com universidades públicas e com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) para que essas instituições auxiliem as prefeituras nas tarefas de diagnóstico e elaboração dos planos; e contratou uma equipe de consultores, que foi aos municípios prioritários, ou seja, aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) para dar assistência técnica local. Sendo o IDEB o indicador com o objetivo para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao "Compromisso Todos pela Educação", define que o instrumento para o diagnóstico da situação educacional local estará pautado em quatro diretrizes:

- 1. Gestão Educacional
- 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.
- 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação
- 4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos

O PARFOR é um programa estratégico do PDE/MEC e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concentrar atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. O PARFOR está sendo oferecido em quase todos os estados da federação por meio de dezenas de Instituições Públicas de Educação Superior, Federais, Estaduais com a colaboração de universidades comunitárias.

Esse Plano de Ações Articuladas (PAR) propõe políticas voltadas para três formações: a) Primeira Licenciatura, destinadas aos professores em exercício na Educação básica e que não possuem nenhuma graduação; b) Segunda Licenciatura àqueles em exercício na Educação Básica, porém fora da sua área de formação específica (ex: professor de História ministrando aulas de Sociologia); c) Formação Pedagógica aos Bacharéis em exercício na Educação Básica, porém sem a formação pedagógica que lhe garanta o efetivo exercício da docência na sua especificidade (ex: o engenheiro civil ministrando aulas de matemática).

A UFT disponibilizou na Plataforma Freire 990 vagas presenciais nas áreas de Artes, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofía, Geografía, História, Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa), Matemática e Pedagogia e 300 vagas pela Universidade Aberta do Brasil em Ciências Biológicas, para o 1º semestre de 2010. Os cursos são oferecidos nos campi da UFT e nos pólos da UAB. As atividades acadêmicas presenciais moduladas ocorrerão, parcialmente, nos meses de janeiro e parte de fevereiro e em julho. Durante o semestre letivo, serão desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de encontros presenciais e de orientações via plataforma moodle. Todas as informações acerca das atividades a serem desenvolvidas estão disponíveis no Calendário Acadêmico do PARFOR/UFT.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

Ao tratarmos da organização didático pedagógica do curso de Licenciatura em Educação Física modalidade PARFOR da UFT levamos em conta as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física (**Parecer CNE/CES 58/2004**). Pretendemos com isso, garantir um efeito didático no encaminhamento dessa proposta curricular.

6.1. Parecer CNE/CES 58/2004

A Educação Física caracteriza-se a partir de três dimensões interdependentes. A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional.

A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas refere-se ao direito dos indivíduos conhecerem e terem acesso às manifestações e expressões culturais que constituem a tradição da Educação Física, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança. Na

perspectiva da Educação Física, a prática das manifestações e expressões culturais do movimento humano são orientadas para a promoção, a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde, para a formação cultural, para a educação e reeducação motora, para o rendimento físico-esportivo, para o lazer, bem como para outros objetivos decorrentes da prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

A dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional em Educação Física refere-se às diferentes formas, possibilidades e modalidades de formação em níveis de graduação, de pós-graduação, de extensão, entre outros, nos termos da LDB e dos documentos legais complementares, que objetivem qualificar e habilitar os indivíduos interessados em intervir acadêmica e profissionalmente na realidade social, por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, no sentido de aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A dimensão da intervenção acadêmico-profissional refere-se ao exercício político social, ético-moral, técnico-profissional e científico do graduado em Educação Física no sentido de diagnosticar os interesses e as necessidades das pessoas, de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar a eficiência, a eficácia e os efeitos de programas de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, assim como participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, entre os afetos direta e indiretamente à prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

Considerando as dimensões que caracterizam a Educação Física, ela é concebida como área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. A finalidade é possibilitar às pessoas o acesso a este acervo cultural, compreendido como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

Embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde é imperiosa a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofia.

O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação acadêmicoprofissional generalista, humanista e crítica, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A finalidade é possibilitar que as pessoas, independentemente de idade, de condições sócio-econômicas, de condições físicas e mentais, de gênero, de etnia, de crença, tenham conhecimento e a possibilidade de acesso à prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, compreendidas, reafirmando já foi dito anteriormente, como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana. Ainda segundo o parecer em relação à estrutura e organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física, o Parecer aponta que caberá às IES articular as unidades de conhecimento de formação especifica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em consonância com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

Nesse sentido a Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

No que diz respeito à Formação especifica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, esta deverá contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógica

O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

6.2. Competências e habilidades do graduado em Educação Física

O futuro egresso do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins *campus* de Miracema, deve ser um profissional capaz de atuar de maneira coerente na realidade sociocultural e política trabalhando em consonância com o parecer CNE/CES Nº 58/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Graduação/Licenciatura em Educação Física.

A identidade acadêmico-profissional em Educação Física deve, necessariamente, partir da compreensão de competências e de habilidades que abranjam as dimensões políticosociais, ético-moral, técnico-profissional e científica, considerando que a intervenção do profissional pressupõe a mediação com seres humanos historicamente situados.

A configuração de competências e habilidades deve ser a concepção nuclear na orientação dos projetos pedagógicos de formação inicial do graduado em Educação Física.

Além de dominar os conhecimentos que fundamentam e orientam sua intervenção acadêmico-profissional, é imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

O graduado em Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua intervenção acadêmico-profissional deve, necessariamente, compreender as questões e as situações-problema envolvidas no seu trabalho, identificando-as e resolvendo-as. Precisa demonstrar autonomia para tomar decisões, bem como responsabilizar-se pelas opções feitas e pelos efeitos da sua intervenção acadêmico-profissional. Precisa também avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, bem como interagir cooperativamente tanto com a comunidade acadêmico-profissional, quanto com a sociedade em geral.

A aquisição das competências e das habilidades requeridas na formação do graduado em Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria-prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção acadêmico-profissional e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual. As competências não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja

coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e as necessidades de formação, de ampliação e de enriquecimento cultural das pessoas.

Sendo assim, a visão de competência deve ser compreendida além das dimensões do fazer, do saber fazer ou do saber intervir. O pressuposto dessas diretrizes identifica-se com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica. Sendo assim, competência é, sobretudo, a condição de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumento o conhecimento inovador de perspectiva emancipadora.

Portanto, a formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades específicas:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e
 diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de
 conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de
 contínua atualização e produção acadêmica-profissional.

6.3. Mecanismos de indissociabilidade teoria e prática

A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática como componente curricular, do estágio profissional curricular supervisionado e de atividades complementares.

A prática concebida como componente curricular deverá ser contemplada e explicitada no projeto pedagógico, podendo ser vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional desde o início do curso. Sendo assim, ela poderá estar inserida e explicitada no contexto programático das diferentes unidades de conhecimento constitutivas

da organização curricular do curso, ou poderá ser viabilizada sob a forma de oficinas, laboratórios, entre outros tipos de organização que permitam aos(às) graduandos(as) vivenciarem o nexo entre as dimensões conceituais e a aplicabilidade do conhecimento.

O estágio profissional curricular representa o momento da formação em que o(a) graduando(a) deverá vivenciar e consolidar as competências e habilidades exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, a partir da segunda metade do curso, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado. O estágio profissional curricular é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de intervenção acadêmico-profissional que tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização do(a) graduando(a). O objetivo é oferecer ao futuro graduado em Educação Física um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em instituições e locais formais e informais que oportunizem a prática de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, entre outras. É também um momento para se verificar e provar a aquisição das competências e habilidades exigidas na prática acadêmico-profissional e exigíveis dos(as) formandos(as). No caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, parte da carga horária do estágio profissional curricular supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

As atividades complementares deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo(a) graduando(a) por meio de estudos e de práticas, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, de estágios extracurriculares, de programas de iniciação científica, de programas de extensão, de estudos complementares, de congressos, de seminários e de cursos de extensão.

O componente curricular formativo do trabalho acadêmico inclui o ensino presencial exigido pelas Diretrizes Curriculares. Mas um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, articulando-se e enriquecendo o processo formativo do graduado em Educação Física como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, ensino dirigido, aprendizado de novas

tecnologias de comunicação e de ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Importante salientar que tais atividades devem contar com a orientação docente e ser integrada e explicitada no projeto pedagógico do curso.

Deve-se acrescentar que a diversificação dos espaços de intervenção acadêmico-profissional em Educação Física, a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, a elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, as monitorias, as tutorias, os eventos acadêmico-profissionais, as atividades de extensão, o estudo de políticas públicas e institucionais são exigências de um curso que almeja formar profissionais qualificados e autônomos.

6.4. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Educação Física

O "trabalho de conclusão de curso" ou de "graduação" deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá desenvolvê-lo em diferentes modalidades, a saber: monografia, projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, ou ainda apresentação de trabalho sobre o desempenho do aluno no curso que reúna e consolide as experiências em atividades complementares e teórico-práticas, inclusive as atividades de pesquisa e extensão.

6.5. Acompanhamento e avaliação

A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento, de no mínimo a cada dois anos.

A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

- Orientações específicas para a licenciatura em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica O

Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a formação deste profissional.

A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, também deverão pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

6.5.1. Justificativa do Curso

Um estudo regional apontou a existência de apenas 3 (três) cursos de Educação Física no Estado do Tocantins, a saber: a Faculdade de Educação Física de Araguaína; o curso de Educação Física da Faculdade UNIRG, de Gurupi; os cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física da ULBRA, de Palmas. Eles oferecem, respectivamente, 50 (cinqüenta), 120 (cento e vinte) e 150 (Cento e cinqüenta) vagas anuais, e ambos os cursos estão vinculados à iniciativa privada.

A título de amostra da realidade escolar, foram levantados dados junto aos sistemas de ensino locais, constando-se que, em nível de Sistema Estadual, que a Regional de Miracema possui 27 (vinte e sete) professores atuando na Área de Educação Física, sendo que apenas 10 (dez) possuem a formação específica da Área em que atuam. Já na Secretaria de Educação do Município de Miracema existem 5 (cinco) professores atuando, sendo que nenhum deles tem formação na área. Além disso, evidencia-se uma demanda crescente de trabalho em espaços formativos não-escolares, especialmente em Academias, vinculada à mudança do perfil das atividades laborais no contexto das transformações socioeconômicas que caracterizam o mundo contemporâneo e que vem se estendendo de forma rápida para a Região Norte do Brasil.

6.5.2. Objetivos do Curso

Dentre os objetivos do curso de licenciatura em Educação Física a ser oferecido na modalidade PARFOR estão:

6.5.2.1. Objetivo Geral

O Curso de Licenciatura em Educação Física do *Campus* de Miracema objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões do movimento humano, do esporte educacional e das práticas de saúde e de lazer social que interagem com a escola, com a cultura e com a sociedade, além de promover atividades relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da Área de Educação Física.

6.5.2.2. Objetivos Específicos

- Atuar criticamente como profissional para interagir em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos relacionados à escola de Educação Básica;
- Trabalhar diferentes métodos pedagógicos visando à prática profissional, além de propor e promover eventos culturais e científicos na área da Educação Física;
- Desenvolver alternativas didáticas e estratégias metodológicas que viabilizem a aprendizagem do aluno, de forma segura e prazerosa, levando-se em conta o respeito às suas limitações e desenvolvimento amplo de suas potencialidades;
- Compreender e efetivar a atitude científica no desenvolvimento da pesquisa para a produção de conhecimento sobre a corporalidade humana em todas as suas dimensões;
- Estabelecer relações entre a Educação Física e outros campos de conhecimentos ou áreas correlatas.

7. VOCAÇÃO DO CURSO

7.1. Perfil profissional do egresso

O curso de licenciatura na modalidade PARFOR da UFT pretende com essa proposta curricular formar profissionais capazes de representar com competência, compromisso e criatividade a classe trabalhadora a qual escolheu pertencer.

O futuro profissional Licenciado em Educação Física deverá ser um profissional capaz planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Física. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação Física, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento da Educação Física em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, na busca da formação do cidadão, na promoção da saúde e da qualidade de vida. Como profissional de Educação Física, poderá atender com competência as demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, atuando no magistério em todos os seus níveis.

7.1.1. Mercado de trabalho

O Licenciado em Educação Física egresso na UFT terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis de ensino. Portanto, poderá atuar em instituições de ensino na educação infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais.

7.1.2 Campo de Atuação Profissional

Área de atuação, que não deve ser confundida com local de trabalho, nada mais é do que o campo de trabalho e de ocupação do profissional. Evidencia-se que as áreas de atuação do curso de Educação Física permitem selecionar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e abrangente e deve estar em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (BRASIL, 1997).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física, de 18/02/2004, o curso de Licenciatura em Educação Física passou a formar profissionais exclusivamente para a Educação Básica, ou seja, para atuar nas escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, bem como para desempenhar atividades de planejamento, coordenação e supervisão de atividades pedagógicas do sistema formal de ensino. O licenciado poderá também atuar em pesquisas relacionadas ao ensino e suas interfaces com outras áreas de estudo. Entretanto, os novos licenciados não podem atuar em espaços não escolares, como em academias, clubes e outros.

O Graduado de Educação Física com Licenciatura em Educação Física deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica e na Educação Profissional segundo o parecer CNE/CES 0138/2002. O licenciado em Educação Física atua na área formal, desenvolvendo seu trabalho no magistério para a Educação Infantil, ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano) e Médio. Sua função é promover a Educação através das práticas esportivas, jogos, ginástica, lutas e expressões corporais, com o objetivo de evidenciar os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social. Em termos profissionais, a preparação do Licenciado em Educação Física está orientada para sua atuação na escolarização básica (parecer CNE/CES 0138/2002.), planejando, implementando e avaliando programas de educação física escolar.

Áreas de atuação: Competências

1) Educação Física Infantil

- Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em educação infantil.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-afetivo, bem como atendendo às diversidades.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de educação física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e sinestésicas para construir e aprimorar o repertório motor.

2) Educação Física no Ensino Fundamental

- Atuar no ensino fundamental em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.

- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de educação física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das práticas esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas

3) Educação Física no Ensino Médio - Atuar no ensino médio em escolas públicas e/ou privadas

- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.
- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.
- Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.
- Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e freqüência nas práticas de atividades físicas.

8. Organização curricular

O Projeto de Licenciatura em Educação Física do *Campus* Universitário de Miracema, como já evidenciado anteriormente, busca constituir uma forte integração curricular e didático-pedagógica com os cursos existentes no *Campus*, porém visa manter os parâmetros curriculares nacionais da Educação Física. Esta articulação envolve o conhecimento do sujeito humano em geral e do espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação à pesquisa) e à sua transmissão (os processos didático-pedagógicos).

Neste sentido, a proposta curricular do Curso é composta por um conjunto de disciplinas em comuns, seja na área de formação geral e humanística, seja na área de

compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disto, introduz disciplinas optativas, que poderão ser cursadas dentre um rol ofertado no próprio curso e/ou outro curso, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, integrando pesquisadores de áreas distintas em sua formação origem.

Além disto, o Projeto de Licenciatura em Educação Física proposto pelo *campus* universitário de Miracema inclui em seu rol de disciplinas a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – disciplina obrigatória, conforme Decreto Nº 5.626/2005, disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, da Lei 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, e a disciplina Educação Física e meio ambiente conforme alei Federal 9.795/1999, *Art. 11* (Política Nacional de Educação Ambiental), obrigatórias em todos os currículos de cursos ofertados.

8.1. Matriz curricular do curso de Educação Física

A proposta pedagógica deste curso tem sua estrutura curricular organizada segundo as orientações do Parecer CNE/CES nº 0138/2002 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e em especial, das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura Plena, e Resolução CNE/CP nº 02/2002 que institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, como também levou em conta os pressupostos que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais introduzidas pela resolução CNE/CES 7/2004. Desta forma a matriz curricular atende as resoluções mencionadas bem como o parecer CNE/CES nº58/2004.

O Curso de Licenciatura em Educação Física integrante da Plataforma Freire, aqui apresentado, insere-se dentro dos Programas Especiais de Cursos de Graduação oferecidos pela UFT, e como tal, apresenta especificidades que o diferencia dos cursos de oferta contínua anualmente oferecida por esta Universidade. O Curso PARFOR de Licenciatura em Educação Física será desenvolvido em 8 (oito) semestres, com organização disciplinar disposta em 6 (seis) dias letivos semanais de forma integral, equivalente a 4 (quatro) ou 6 (seis) disciplinas semestrais que ocorrerão no período de férias acadêmica da UFT (Janeiro/ Fevereiro e Julho).

As condições de execução do Curso são definidas *a priori*, através de convênio entre a UFT e o órgão/instituição financiador. No caso específico dos Cursos da Plataforma Freire modalidade PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), o convênio foi estabelecido com o MEC, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, onde foi definida a seguinte configuração:

- É um curso destinado aos docentes da rede pública em exercício, sem formação adequada;
- Têm duração de quatro (4) anos; com atividades presenciais no período de férias (Janeiro/Fevereiro e Julho) correspondendo a 80% da carga horária e 20% a distância com atividades semipresenciais via plataforma MOODLE.

Com estas características, a UFT *campus* Miracema em consonância com os documentos pertinentes emanados do Conselho Nacional de Educação, de modo especial com as Diretrizes Curriculares e Conselho Federal de Educação Física, propôs uma estrutura curricular para o Curso, onde possa ser garantida a qualidade e a flexibilidade do processo formativo, respeitando a autonomia do aluno, as carências educacionais do contexto e o processo permanente de construção e reelaboração do conhecimento.

A organização curricular do Projeto é feita por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos, a exceção de projetos, estágios e monografia. A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 6 (seis) anos.

Duração	Ideal	8 semestres
	Mínima	8 semestres
	Máxima	12 semestres

8.2. Organização das disciplinas (Estrutura Curricular e Carga-Horária)

O currículo do curso está organizado e estruturado em módulos, por disciplinas, tendo em cada módulo um eixo articulador, identificado segundo os objetivos educacionais do módulo. De conformidade com a Resolução CNE/CP n° 02/2002, este curso terá a duração mínima de quatro anos (8 semestres), sendo que, os conteúdos serão distribuídos pedagogicamente da seguinte maneira:

- I- Desenvolvimento dos conteúdos / conhecimentos / competências curriculares e práticas a ser vivenciadas ao longo do curso de natureza científica, técnica, pedagógica e cultural: 2.800 horas¹;
- II Desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório: 400 horas;
- III Aprofundamento de estudos, atividades de extensão e de natureza acadêmicocientífico-cultural: 200 horas;

IV – As disciplinas pedagógicas que correspondem a 1/5 da carga horária do curso e que estão dispostas como componente curricular são: Historia da Educação Brasileira (1º período); Fundamentos Filosóficos da Educação Física (1º período); Políticas Públicas em Educação (1º período); Fundamentos Didáticos da Educação (2º período); História da Educação Física no Brasil (2º período); Psicologia do Desenvolvimento (3º período); Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física (3º período); Psicologia da Aprendizagem (4º período); Profissão Docente (5º período);

V – A disciplina que contempla a temática Educação das Relações Étnico-Raciais de acordo com a Lei nº 10.639/2003 e Parecer CNE/CP 3/2004 está disposta como componente curricular obrigatório é denominada de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena a ser ofertada no 4º período. Já a disciplina que contempla a temática Política de Educação Ambiental de acordo com a Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, disposta como componente curricular obrigatório é denominada de Educação Física Escolar e Meio Ambiente a ser ofertada no oitavo período.

Os módulos são sequenciais, apresentam periodicidade semestral e estão estruturados tendo por princípio pedagógico, a formação de uma base de conhecimentos teórico/prático, na qual será garantida ao acadêmico a constituição de competências que contribuam para uma forte formação humanística e pedagógica, podendo ser aproveitada em outras habilitações de cursos de formação de professores para a Educação Básica. As disciplinas serão semanais, geralmente com início na segunda-feira e término no sábado, cumprindo-se uma carga horária diária de 08 horas. Outros formatos de oferta das disciplinas poderão ser considerados, de acordo com a necessidade e previamente aprovados pelo Conselho Diretor - CONDIC. A Estrutura Curricular proposta será revista e reavaliada pelo CONDIC após 02 (dois) anos de vigência desta. A carga horária total de 2850 horas foi distribuída em função dos objetivos educacionais e do eixo articulador de cada módulo, conforme especificado no quadro abaixo:

-

¹Nas 2.830 horas, estão inseridas no decorrer dos componentes curriculares 400 horas de prática, vivenciadas ao longo do curso, conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002.

Semestre	Componente Curricular	Créditos	CHT	СНР	Horas
	Leitura e Produção de Texto	4	45	15	60
	Historia da Educação Brasileira	4	60	0	60
Primeiro	Introdução ao Pensamento Científico	3	45	0	45
	Fundamentos Filosóficos da Educação Física	4	60	0	60
	Anatomia Geral	4	30	30	60
	Políticas Públicas em Educação	3	45	0	45
	Atividades Complementares 1				
	Subtotal	23	255	90	345
	Ética e Educação Física	4	60	0	60
	Fundamentos Didáticos da Educação	4	60	0	60
Segundo	História da Educação Física no Brasil	4	60	0	60
	Higiene e Socorros de Urgência	4	30	30	60
	Histologia Geral	3	15	30	45
	Atividades Complementares 2				
	Subtotal	19	225	60	285
	Bases Pedagógicas do Atletismo	4	15	45	60
Terceiro	Psicologia do Desenvolvimento	4	60	0	60
	Fisiologia Humana Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física		60	0	60
			60	0	60
	Aprendizagem Motora	4	30	30	60
	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Handebol e Voleibol)		15	45	60
	Atividades Complementares 3				
	Subtotal	23	270	75	345
	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	4	45	15	60
	Fundamentos de Ginástica	4	15	45	60
	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3	45	0	45

Medidas e Avaliação na Educação Física 4 45 15 Atividades Complementares 4 19 210 75 Subtotal 19 210 75 Fisiologia do Exercício 4 45 15 Jogos Recreativos e Lazer 4 30 30 Profissão Docente 4 60 0 Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas 4 30 30 Educação Física Escolar para Grupos Especiais 4 30 30	60 285 60 60 60
Subtotal 19 210 75 Fisiologia do Exercício 4 45 15 Jogos Recreativos e Lazer 4 30 30 Profissão Docente 4 60 0 Dança e Manifestações Rítmicas 4 30 30 Expressivas 4 30 30 Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	60 60 60
Fisiologia do Exercício 4 45 15 Jogos Recreativos e Lazer 4 30 30 Profissão Docente 4 60 0 Dança e Manifestações Rítmicas 4 30 30 Expressivas 4 30 30 Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	60 60 60
Jogos Recreativos e Lazer 4 30 30 Profissão Docente 4 60 0 Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas 4 30 30 Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	60 60
Quinto Profissão Docente 4 60 0 Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	60
Quinto Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30 30 30	60
Quinto Expressivas 4 30 30 Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	
Expressivas Educação Física Escolar para Grupos 4 30 30	
4 30 30	60
	00
1 1 1 1	i
Estágio Supervisionado em Educação 6 30 60	90
Física Infantil	70
Atividades Complementares 5	
Subtotal 26 225 165	390
Estágio Supervisionado em Educação	
Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º 6 30 60	90
ano)	
Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal 4 15 45	60
Lutas 4 30 30	60
Bases Pedagógicas dos Esportes Sexto Bases Pedagógicas dos Esportes 4 15 45	60
Aquáticos e Natação	
Optativa I 4 60 -	60
Atividades Complementares 6	
Subtotal 22 150 180	330
Estágio Supervisionado em Educação	
Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º 8 30 90	120
ano)	
Pesquisa em Educação Física Escolar I 4 45 15	60
(Projeto TCC)	

	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	4	30	30	60
Sétimo	Bases Pedagógicas do Basquetebol	4	15	45	60
	Optativa II	4	60	-	60
	Atividades Complementares 7				
	Subtotal	24	180	180	360
	Pesquisa em Educação Física Escolar II (Conclusão TCC)	4	15	45	60
	Educação Física Escolar e Meio Ambiente	4	15	45	60
Oitavo	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio	8	30	90	120
	Optativa III	4	60	-	60
	Atividades Complementares 8				
	Subtotal	20	120	180	300
	Subtotal Geral	176	1635	1005	2640
	Atividades complementares	14			210
	TOTAL GERAL	190			2850

OBSERVAÇÕES:

- (*) A(s) carga(s) horária(s) destinada(s) ao(s) Estágio(s) Supervisionado(s) e à(s) Atividade(s) Complementar(es) será(ão) cumprida(s) fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo CONDIC.
- (**) A carga horária total do curso, estabelecida em horas, é convertida em h/a de 60 minutos (Resolução CNE/CES nº 3/2007). A carga horária total do curso poderá ser acrescida por disciplinas optativas cursadas para enriquecimento curricular.

8.2.1. Reformulação curricular do Curso de Educação Física

Há várias décadas, a área de Educação Física no Brasil passa por um intenso processo de reestruturação, buscando consolidar-se como área científica acadêmica capaz de produzir e transmitir com excelência conhecimentos relativos ao conjunto de práticas corporais criadas pelo ser humano ao longo da história. De um campo exclusivamente de aplicação de

procedimentos nos âmbitos da educação formal e dos clubes esportivos, a Educação Física vem se constituindo como área acadêmica, na qual a produção de conhecimentos e a interface com outras áreas científicas consolidadas têm sido seus principais objetivos.

Nessa perspectiva, em abril de 2011 foi constituída uma comissão de docentes (ato nº 20, de 10 de abril de 2011 (anexo I) que, para revisão do Projeto Pedagógico original do curso. O objetivo básico foi adequar a matriz curricular original ao modelo de Licenciatura, com foco na formação de profissionais direcionados a educação física escolar.

Os Cursos de Educação Física são orientados pela Resolução 01/2002 – CNE/CP, que institui as Diretrizes Curriculares para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena, formam professores de Educação Física para atuar exclusivamente na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), essa Resolução foi aprovada em 2002 e norteia as licenciaturas de todas as áreas.

Com base nas diretrizes curriculares e os parâmetros curriculares da educação física, realizou-se uma análise cuidadosa de toda a matriz curricular do curso a partir dos retornos obtidos com outros cursos de Licenciatura no país. Também baseamos o novo PPC no parecer CNE/CP 009/2001 que traz a necessidade de adaptação curricular do curso a fim de cumprir as normas do Conselho Federal de Educação (CFE) que exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado. Nesse sentido, ao verificarmos que havia algumas disciplinas na grande antiga que são relacionados com o Bacharelado (Metodologias do Ensino e Pesquisa em Handebol, Voleibol, Atletismo, Basquetebol e Natação), assim elas foram substituídas pelas disciplinas nomeadas como Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal, Bases Pedagógicas dos esportes aquáticos e natação, Bases Pedagógicas do Basquetebol, Bases Pedagógicas dos esportes coletivos (Handebol e Voleibol).

Vários cursos de licenciatura e bacharelado em educação física vivenciam em suas curriculares os estudos pertinentes ambiente escolar ao academias. Normalmente o aluno universitário cursa a disciplina prática obrigatória como o Basquete I, Voleibol I e o Futebol de Campo tal qual estivesse em uma escolinha de esporte: joga, aprende as regras e participa de torneios internos dentro da instituição de ensino. A essa formação podemos classificar como método, ou seja, Método de Ensino do Basquete, do Voleibol etc. Fica claro nessa concepção que o método não diz respeito aos vários saberes que são transmitidos, mas sim, ao modo como e realiza a sua transmissão, os aspectos táticos, formações, regras. De Marco e Melo (2002) apud Coutinho e Silva (2009) enfatizam que o esporte ideal é aquele que deve ser pautado nos pressupostos metodológicos de uma pedagogia do esporte que respeite seus praticantes no que concerne à sua faixa etária, suas motivações e seus interesses. Verifica-se que há uma confusão entre os termos Metodologia e Pedagogia, a exemplo disciplina Metodologia do Ensino e Pesquisa em Voleibol, estaria mais relacionado aos aspectos táticos do jogo, de forma a valorizar mais o jogo que o aluno no ambiente escolar, partindo também para o campo de pesquisa em que o aluno se torna um objeto de estudo, conforme verificado na ementa bibliográfica proposta no PPC antigo. Ao tratarmos a disciplina como Base Pedagógica do Voleibol buscou explanar sobre a função de que o esporte pode ser estrategicamente planejado para contribuir com educação no ensino básico de forma a agir na formação humanística dos escolares, em conformidade com os parâmetros curriculares da educação física que busca a integração dos esportes coletivos como meios de pluralidade do ser para formar o caráter do indivíduo. Também foi necessária a revisão das ementas bibliográficas uma vez que há divergência entre o nome da disciplina e o ementário proposto como constatado na disciplina de Metodologia do Ensino e Pesquisa em Futebol, que a descrição apresenta o conteúdo da disciplina de Metodologia do ensino de pesquisa em natação.

As alterações na matriz curricular definida pela comissão de trabalho inseriu o mínimo de alterações nos módulos do curso, procurando manter compatibilidade com as disciplinas já cursadas pelos alunos que ingressaram em 2010. As adaptações propostas são demonstradas no PPC 2012 e as justificativas podem ser verificadas neste documento.

No que se refere à estrutura curricular, o curso de Educação Física era desenvolvido com uma carga horária de 2850 h/a em oito etapas denominadas consecutivamente por primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo períodos, os quais eram cursados no período da manhã e tarde obedecendo a sequência e carga horária, essa mesma carga foi mantida na nova proposta aqui apresentada. Constatou-se através de consultoria com outros profissionais da área de educação física que as disciplinas teóricas e práticas da formação específica se encontravam alteradas. Assim, uma nova reestruturação foi reformulada, com as seguintes sugestões: a) Aumento de carga horária prática; b) Modificação de nome de algumas disciplinas; c) Mudança de ordem de disciplina na grade curricular; d) Aumento de opções de disciplinas optativas. O aumento da carga horária prática foi relativo ao fato de que muitas das disciplinas na grade da educação física necessitam dos aspectos práticos para fundamentação do conteúdo teórico, da forma como estava, o acadêmico não conseguiria vivenciar a totalidade da atividade prática, ficando mais no aspecto teórico, assim procedemos às alterações da carga horária nas disciplinas práticas e teóricas. Relativo à alteração do nome das disciplinas, essas foram necessárias para fusão de

algumas disciplinas e também para caracterização das disciplinas da área de Licenciatura de forma a não se confundirem com as disciplinas de um currículo para Bacharelado em Educação Física. A mudança na ordem da disciplina da grade curricular foi necessária devido ao fato de que algumas disciplinas básicas estavam em períodos relacionados à formação específica, na qual o conteúdo básico é necessário, a exemplo podemos citar a disciplina de Higiene e Socorros de Urgência disposta no 8ºP (oitavo período) do curso, quando o aluno já havia passado pelos estágios supervisionados ou práticas esportivas de disciplinas. Assim, entendo o risco de lesões no corpo humano ao qual o acadêmico está exposto durante o curso, a disciplina foi remanejada para o 3ºP (terceiro período).

De acordo com o novo PPC, o Curso de Educação Física permanece com 8 (oito) semestres letivos em um total de quatro anos, com três semestres de estágio prático. No que se refere aos conteúdos essenciais para o Curso de Educação Física, constata-se que o PPC proposto mantém 21 das 37 disciplinas referentes ao PPC antigo. A nova proposta inclui 17 disciplinas dispostos em novos eixos, a saber:

- 1. Ciências Biológicas e da Saúde Aplicadas à Educação Física
- 2. Ciências Humanas Aplicadas à Educação Física
- 3. Educação Física Escolar
- Conhecimentos Clássicos da Educação Física: Jogo e Lazer, Ritmo e Expressão, Ginástica, Luta, Dança, Esporte
- 5. Conhecimentos Aplicados a Educação Física (modalidades esportivas: basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, natação, voleibol)
- 6. Educação Física para grupos especiais
- 7. Meio Ambiente
- 8. Estágios e Prática como componente curricular
- 9. Pesquisa Científica: Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com esta proposta de alteração curricular, no que se refere à área de Ciências Biológicas e da Saúde Aplicadas à Educação Física associadas ao conhecimento do homem permanecem as disciplinas de Anatomia Humana, Fisiologia Humana, Histologia Geral, Higiene e Socorros de Urgência, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem e acrescentada à disciplina Histologia Geral e Fisiologia do Exercício, Aprendizagem Motora, Bases Biomecânicas do movimento, Medidas e Avaliação na Educação Física. Na área de ciências biológicas os conhecimentos referem-se à estrutura corporal abordados sob o enfoque da percepção do próprio corpo, sentindo e compreendendo,

por exemplo, os ossos e os músculos envolvidos nos diferentes movimentos e posições, em situações de relaxamento e tensão. A inclusão da disciplina de Histologia se baseia para o acadêmico compreender os tecidos que formam o corpo humano e correlacioná-los depois com a disciplina de fisiologia compreender as alterações que ocorrem durante as atividades físicas (frequência cardíaca, queima de calorias, perda de água e sais minerais) e aquelas que ocorrem a longo prazo (melhora da condição cardiorrespiratória, aumento da massa muscular, da força e da flexibilidade e diminuição de tecido adiposo). Uma vez que o professor na educação física escolar trabalha com vários tipos de alunos e cada um possui diferentes graus de aprendizagem para execução das atividades físicas, foi criada a disciplina de fisiologia do exercício para que o futuro egresso saiba quais os mecanismos de controle dos movimentos, e se num primeiro momento é necessário um esforço adaptativo para que o aluno consiga executar um determinado movimento ou coordenar uma sequência deles, em seguida essa realização pode ser exercida e repetida, por prazer funcional, de manutenção e de aperfeiçoamento. Além disso, os efeitos fisiológicos decorrentes do exercício, como a melhora da condição cardiorrespiratória e o aumento da massa muscular, são partes do processo da aprendizagem de esquemas motores, e não apenas um aspecto a ser trabalhado isoladamente (BRASIL, 2007). A disciplina de Higiene e Socorros de Urgência, disposta no oitavo período da grade antiga passa a ser ministrada na grade nova no segundo período. A modificação se torna necessário uma vez que a aprendizagem em educação física envolve alguns riscos do ponto de vista físico inerentes ao próprio ato de se movimentar, assim é importante que o acadêmico já tenha noções de primeiros socorros antes de ser encaminhado a um estágio prático, pois a prática da educação física deve também contemplar o aspecto relativo à segurança física.

No campo das Ciências Humanas Aplicadas à Educação Física aliada ao conhecimento da sociedade foram mantidas as disciplinas de Leitura e Produção de Texto, Fundamentos Didáticos da Educação, Profissão Docente, Políticas Públicas em Educação, Ética e Educação Física, Fundamentos Sócio Antropológicos da Educação Física, História da Educação Brasileira e , Introdução ao Pensamento Científico. A disciplina Fundamentos Histórico-Filosófico da Educação Física foi renomeada para Fundamentos Filosóficos da Educação Física, pois o conteúdo abordado na ementa da disciplina não relacionava os aspectos filosóficos ficando a disciplina concentrada em parte da história da educação física, dessa forma foi acrescentada nessa categoria a disciplina de Historia da Educação Física no Brasil e também História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A disciplina Sociedade,

Cultura e Educação foi excluída por constatar a repetição dos conteúdos transmitidos nas disciplinas Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física.

No que concerne à área do conhecimento **Educação Física Escolar** foi mantida a disciplina de Estágio em Educação Física na Educação Infantil, porém altera-se o nome para Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil, o mesmo para o estagio supervisionado no Ensino Médio, com relação à disciplina de Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental, essa foi desmembrada em duas disciplinas nomeadas como ensino fundamental do 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano.

Em referência aos Conhecimentos Clássicos da Educação Física: Jogo e Lazer, Ritmo e Expressão, Ginástica, Luta, Dança, Esporte, foi mantida a disciplina de Fundamentos da Ginástica, Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas e acrescentadas as disciplinas de Jogos Recreativos e Lazer, Lutas/artes marciais. As disciplinas Introdução aos Estudos do Lazer, Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos foram excluídas. A exclusão da disciplina Introdução aos estudos do lazer foi em decorrência de haver mistura de conteúdos com o jogo, sendo assim achamos mais conveniente à disciplina Jogos Recreativos e Lazer. A exclusão da disciplina Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos, pois o conteúdo pode ser aplicado junto com a disciplina de Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas de forma a não causar sobreposição conteúdos. Seguindo os parâmetros curriculares da educação física as manifestações rítmicas incluem as manifestações da cultura corporal que têm como características comuns a intenção de expressão e comunicação mediante gestos e a presença de estímulos sonoros como referência para o movimento corporal. Trata-se das danças e brincadeiras cantadas.

Todas as culturas têm algum tipo de manifestação rítmica e/ou expressiva. No Brasil existe uma riqueza muito grande dessas manifestações. Danças trazidas pelos africanos na colonização, danças relativas aos mais diversos rituais, danças que os imigrantes trouxeram em sua bagagem, danças que foram aprendidas com os vizinhos de fronteira, danças que se vêem pela televisão. As danças foram e são criadas a todo tempo: inúmeras influências são incorporadas e as danças transformam-se e multiplicam-se. Por meio das danças e brincadeiras os alunos poderão conhecer as qualidades do movimento expressivo como leve/pesado, forte/fraco, rápido/lento, fluido/interrompido, intensidade, duração, direção, sendo capaz de analisá-los a partir destes referenciais; conhecer algumas técnicas de execução de movimentos e utilizar-se delas; ser capazes de improvisar, de construir coreografías, e, por fim, de adotar atitudes de valorização e apreciação dessas manifestações expressivas. A lista a

seguir é uma sugestão de danças e outras atividades rítmicas e/ou expressivas que podem ser abordadas e deverão ser adaptadas a cada contexto:

- danças brasileiras: samba, baião, valsa, quadrilha, afoxé, catira, bumba-meu-boi, maracatu, xaxado, etc.;
- danças urbanas: rap, funk, break, pagode, danças de salão;
- danças eruditas: clássicas, modernas, contemporâneas, jazz;
- danças e coreografías associadas a manifestações musicais: blocos de afoxé, olodum, timbalada, trios elétricos, escolas de samba;
- lengalengas;
- brincadeiras de roda, cirandas; escravos-de-jó.

As lengalengas² também serão abordadas nessa disciplina.

No campo de Conhecimentos Aplicados a Educação Física (modalidades esportivas: basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, natação, voleibol), foi implantado as disciplinas Bases Pedagógicas do Atletismo, Bases Pedagógicas dos esportes coletivos (Handebol e Voleibol), Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal, Bases Pedagógicas dos esportes aquáticos e natação, Bases Pedagógicas do Basquetebol,

No aspecto da Educação Física para grupos especiais foi criada a disciplina Educação Física Escolar para grupos especiais que substitui a disciplina de Educação Especial e Movimento corporal, a mudança foi necessário devido ao fato que a nova vertente da disciplina prevê valorizar o escolar, em todos os aspectos, sócio, psicológicos e cognitivos e não apenas na vertente apenas de movimento. Essas alterações estão baseadas nos parâmetros curriculares da educação física os quais norteiam que a Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos portadores de deficiências físicas não podem ser privados das aulas de Educação Física. Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de

²Por exemplo: "Quando eu era nenê, quando eu era nenê, eu era assim, eu era assim; quando eu era criança, quando eu era criança, eu era assim, eu era assim; quando eu era mocinha, quando eu era mocinha, eu era assim, eu era assim; quando eu era mamãe, quando eu era mamãe, quando eu era assim; quando eu era vovó, quando eu era vovó, eu era assim; eu era assim; quando eu era caveira, quando eu era caveira, eu era assim; eu era assim."

integração e inserção social. A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos.

Relativo ao campo do **meio ambiente** seguinte as normas ambiente conforme a lei Federal 9.795/1999, <u>Art. 11</u> (Política Nacional de Educação Ambiental), assim foi criada a disciplina Educação Física e Meio Ambiente.

A disciplina LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais foi implantada conforme Decreto Nº 5.626/2005,

No campo **Estágios e Prática como componente curricular Pesquisa Científica: Trabalho de Conclusão de Curso, as disciplinas** Estágio Supervisionado na Educação Infantil, Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio, Pesquisa em Educação Física Escolar I (Projeto TCC), Pesquisa em Educação Física Escolar II(Conclusão TCC), forma mantidas. Apenas algumas alterações relativas a nomenclatura abordada da disciplina e/ou ementário da disciplina foram alterados e são demonstradas na ementa bibliográfica de disciplinas.

8.2.2. Transição Curricular

A matriz curricular apresentada no PPC (item 8.2) entra em vigor para todos os ingressantes a partir do primeiro semestre de 2013, entretanto esta passa a ser válida inclusive para os alunos ingressantes no ano de 2010/1, conforme aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 12 de maio de 2010, resolução N.º 06/2010. A migração para a matriz curricular proposta não causa, nenhum problema legal ou didático—pedagógico para o corpo discente, procedendo-se às adaptações necessárias.

As alterações aqui propostas se baseiam, segundo o art. 15 do Regimento Acadêmico da UFT: "Serão feitas alterações curriculares em decorrência das mudanças das normas de legislação específica ou ainda com o objetivo de atender às necessidades resultantes da evolução da ciência ou da transformação das demandas sociais, quando forem evidenciadas".

8.2.3. Equivalências entre disciplinas para aproveitamento de estudos

Este projeto prevê as equivalências entre disciplinas em acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins - Seção III - Do Aproveitamento de Componentes Curriculares, art. 90. Assim, para aproveitamento de estudos já realizados, serão consideradas equivalentes as disciplinas já cursadas com aproveitamento que apresentem, em relação às disciplinas previstas na estrutura curricular deste projeto:

- Carga horária igual ou maior;
- Equivalência de, no mínimo, 70% de conteúdos previstos na ementa e efetivamente desenvolvidos no programa de curso;

Serão exigidos, nos pedidos de equivalência de disciplinas, o histórico escolar, o programa de ensino da disciplina e o sistema de avaliação adotado. Caso a ementa e os objetivos não constem do programa de ensino, a ficha da disciplina também será exigida.

O projeto pedagógico para este novo projeto prevê a migração total dos discentes, desde que haja equivalência em 100% nas disciplinas, em carga horária e conteúdo. As disciplinas suprimidas poderão ser aproveitadas na migração de grade por meio das atividades complementares. Neste sentido, segue o quadro 1 de equivalência de disciplinas obrigatórias entre as duas matrizes citadas.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS EQUIVALENTES

1° PERÍODO	
Matriz curricular Antiga	Matriz curricular 2012
Leitura e Produção de Texto	Leitura e Produção de Texto (1º P)
Sociedade, Cultura e Educação	Suprimida
Teorias e Tendências Pedagógicas	Suprimida
Fundamentos Histórico-filosóficos da Educação Física	Fundamentos filosóficos da educação Física (1º P)
Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física (3º P)

2º PERÍODO	
História da Educação Brasileira	Historia da Educação Brasileira (1°P)
Fundamentos Didáticos da Educação	Fundamentos Didáticos da Educação (2º P)
Psicologia do Desenvolvimento	Psicologia do Desenvolvimento (3° P)
Profissão docente	Profissão Docente (5° P)
Introdução ao Pensamento Científico	Introdução ao Pensamento Científico (1°P)
	História da Educação Física no Brasil (incluída – 2º P)
	Histologia Geral (incluída – 2° P)
3° PERÍODO	
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Handebol	Bases Pedagógicas dos esportes coletivos (Handebol e Voleibol) (3º P)
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Atletismo	Bases Pedagógicas do Atletismo (3º P)
Anatomia Humana	Anatomia Geral (1° P)
Introdução aos Estudos do Lazer	Jogos Recreativos e Lazer (5º P)
Psicologia da Aprendizagem	Psicologia da aprendizagem (4° P)
	Aprendizagem motora (incluída – 3° P)
4° PERÍODO	
Biomecânica	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do movimento Humano (4º P)
Fisiologia humana	Fisiologia Humana (3° P)
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Voleibol	Bases Pedagógicas dos esportes coletivos (Handebol e Voleibol) (3° P)
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Natação	Bases Pedagógicas dos esportes aquáticos e Natação (6º P)
Optativa I	Optativa I (6° P)
	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Incluída - 4º P)
5° PERÍODO	
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Futebol	Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal (6° P)

Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas	Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas (5° P)
Fundamentos da Ginástica	Fundamentos de Ginástica (4°P)
Projeto de Estágio	Suprimida
Optativa II	Medidas e Avaliação na Educação Física (obrigatória – 4° P)
	Fisiologia do Exercício (Incluída – 5° P)
6° PERÍODO	
Metodologia do Ensino e Pesquisa em Basquetebol	Bases Pedagógicas do Basquetebol (7º P)
Folclore Brasileiro: Danças e Folguedos	Suprimida
Atividades Aquáticas	Bases Pedagógicas dos esportes aquáticos e Natação (6º P)
Educação Especial e Movimento Corporal	Educação Física Escolar para grupos especiais (5° P)
Estágio em Educação Física na Educação Infantil	Estágio Supervisionado na Educação Física Infantil (5° P)
	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) (incluída – 6° P)
	Lutas (incluída – 6° P)
7 ° PERÍODO	
Projeto de TCC	Pesquisa em educação escolar I (Projeto TCC) (7° P)
Teorias do Currículo	Suprimida
Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) (7º P)
Políticas Públicas em Educação	Políticas Públicas em Educação (1° P)
LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (7° P)
8° PERÍODO	
Higiene e Socorros de Urgência	Higiene e Socorros de Urgência (2° P)

Ética e Educação	Ética e Educação Física (2º P)
Estágio em Educação Física no Ensino Médio	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio
Optativa III	Optativa III (8° P)
Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa em Educação Física Escolar II (Conclusão TCC) (8° P)
	Educação Física e Meio Ambiente (Incluída – 8° P)

8.3. Ementário e bibliografia

Nesta seção são descritos os componentes curriculares do curso de forma detalhada, constando a carga horária, objetivos, ementa e bibliografias.

PRIMEIRO PERÍODO

Nome da disciplina:	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO				
Natureza	Carga Horária	Teórica	45 h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	1°
	60 horas	Prática	15 h		

Ementa Básica:

Abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Tipos de textos. Níveis e estratégias de leitura; Práticas de leitura e de produção textual.

Programa Resumido: Leitura e produção de textos: 1) a relação oral-escrito e o processo de alfabetização; aspectos formais: o sistemático e o normativo; 2) a leitura: aspectos cognitivos; prática cultural; 3) a escrita: coesão e coerência; a argumentação; as relações entre produção textual e características do suporte; as condições de produção; a subjetividade.

Avaliação

Método

Aulas expositivas; discussão de leituras previamente realizadas; atividades de leitura e produção de textos escritos com objetivos de análise do processo e do produto.

Norma de Recuperação

Entrega de trabalho escrito; realização de prova escrita.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura?* São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção

Primeiros Passos.

Bibliografia Complementar

FAULSTICH, Enilde L. de. *Como ler, entender e redigir um texto*. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

SERAFINI, M. T. Como escrever textos. 10ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura*: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1989.

SOLE, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PIETRI, E. *Práticas de leitura e elementos para a atuação docente*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007

Nome da disciplina:	HISTORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA					
Natureza	Carga Horária	Teórica	60 h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	1°	
	60 horas	Prática	00 h			

Ementa Básica:

Historia temática da educação brasileira, considerada nas suas inter-relações com o contexto mundial, no período compreendido entre os séculos XVI e XX: colonização e educação na América Portuguesa; a educação jesuítica; a reforma pombalina em Portugal e na América Portuguesa; o sistema escolar brasileiro nos períodos imperial e republicano; a nacionalização da educação; a educação entre a ditadura militar e a abertura politica.

Bibliografia Básica

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil*. 28. ed. Petropolis-RJ:Vozes, 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Historia da educação brasileira*: a organização escolar. 16. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Historia da educação. 2. ed. Sao Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Historia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. XAVIER, Maria Elisabete. *Historia da educação*: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994

SAVIANI, Demerval (et al). *Historia da educação*: o debate teorico-metodológico atual. 2. ed. Campinas: Histerdbr, 2000.

Nome da disciplina:	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 3º
_	45 horas	Prática	00		

O processo de intervenção do Estado nas políticas públicas e de educação no Brasil. A política, a legislação e as tendências educacionais para a Educação Básica, no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade brasileira. A organização e o funcionamento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no Brasil e

no Tocantins. A Legislação Educacional Brasileira: Lei 9394/96, Constituições - Federal e Estadual — Leis orgânicas dos municípios. O financiamento da educação e seus reflexos sobre a vida profissional dos trabalhadores em educação: formação, carreira e organização política.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2001.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Política Educacional e Educação Física*. Campinas: Autores Associados, 1998.

CARVALHO, Alysson et al (Orgs). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

Bibliografia Complementar

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. A educação nas constituintes brasileiras: 1823 – 1988. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vítor Henrique. *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. Concepção dialética da história. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas-SP: Alínea, 2001

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia e EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de

Janeiro: DP&A, 2000.

Nome da disciplina:	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 1º
	45 horas	Prática	0		

Ementa Básica:

Abordar o surgimento e desenvolvimento do pensamento científico, relacionando-o, numa perspectiva histórica, aos contextos sociais de produção do conhecimento. Explicitar características do pensamento científico e discutir seu impacto na sociedade. Analisar

semelhanças e diferenças entre as áreas do conhecimento científico.

Avaliação

Método

Aulas expositivas, discussão em sala de aula, leitura e elaboração de resenhas, exibição e comentário de trechos de filmes.

Norma de Recuperação

Realização de uma prova escrita

Bibliografia básica

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). *Construindo o saber*: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAYS, C. P. N. *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia complementar

COSTA, Ana Rita F. et al. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2000.

FLEGNER, Attila; DIAS, João C. *Pesquisa e metodologia*: manual completo de pesquisa e redação.

Rio de janeiro: S.E., 1995.

OLIVEIRA, I. B; ALVES, N. (Orgs). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas*: sobre redes e saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Izequias E. dos. *Textos selecionados de métodos e técnicas da pesquisa científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2000

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	1°
	60 horas	Prática	0		

Ementa Básica:

Essa disciplina visa contribuir na formação crítica e responsável dos alunos. Busca estudar o sentido e a finalidade da Filosofia aplicada a Educação Física. Identificando de forma critica sob as várias dimensões da Educação Física à luz do pensamento filosófico.

Contextualização de Introdução ao estudo da Filosofia da Educação; Introdução à Filosofia da Educação Física; Pensamento Filosófico-Pedagógico na perspectiva do movimento humano; Abordagem histórica-filosófica do corpo; Abordagens da Educação Física e suas correntes filosófico-pedagógicas.

Bibliografia Básica

BARBOSA, C.L.A. *Educação Física e Filosofia*. Petrópolis, RJ: VOZES, 2005. MUÑOZ P., G. *Introdução à Educação Física*: Conceito, Limites e Possibilidades. 2002. FREIRE, João Batista. *Educação como Prática Corporal*. São Paulo: Spicione, 2003.

Bibliografia Complementar

MAGEE, B. História da Filosofia. São Paulo: Loyola, 1998.

MUÑOZ P., G. As Tendências Pedagógicas em Educação Física e sua relação com as concepções idealistas e Materialistas da História. *Rev. Motrivivência*, No. 4, 1993.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no ocidente:* a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias. v. 3. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

Nome da disciplina:	ANATOMIA GERAL				
Natureza	Carga Horária	Teórica	30hs	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	1°
	60 horas	Prática	30		

Ementa Básica:

Oferecer conhecimentos mínimos necessários de Anatomia, visando a associá-los em nível macroscópico com os conhecimentos adquiridos em histologia, relativos aos quatro tecidos fundamentais e alguns órgãos e sistemas, procurando-se relacionar ao máximo com as disciplinas do curso profissionalizante.

Programa Resumido

Anatomia Geral: A disciplina fornece informações morfológicas básicas dos vários sistemas do corpo humano para favorecer a compreensão de suas funções e facilitar a compreensão de muitos procedimentos realizados durante o diagnóstico e tratamento, nas clínicas.

Programa

- a) Conceito de Anatomia. Métodos de estudo. Terminologia anatômica.
- b) Corpo humano em geral. Desenvolvimento e crescimento. Antímeros. Paquímeros e Metâmeros. Sistemas e órgãos.
- c) Osteologia em geral.
- d) Sistema muscular. Músculos em geral. Origem e inserção. Vascularização e inervação. Ação. Testes dos músculos. Eletromiografia. Reflexos e Tonus Muscular. Tendões e aponevroses.
- e) Artrologia em geral.
- f) Aparelho digestivo. Generalidades sobre o todo.
- g) Aparelho circulatório. Coração e grandes vasos.
- h) Aparelho respiratório.
- i) Aparelho genito-urinário.
- i) Sistema nervoso.
- K) Sistema linfático, vasos linfáticos, linfónodos, ductos linfáticos e órgãos linfóides.

Avaliação

Método

São oferecidas aulas teóricas audio-visuais acrescidas de aulas práticas de laboratório e dissecção.

Critério

Provas teóricas e práticas de laboratório.

Norma de Recuperação

(Critérios de aprovação/épocas de realização das provas/trabalhos):

Prova teórica e prática, a serem realizadas no período a ser definido pela Comissão de Graduação.

Bibliografia Básica

DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. *Anatomia Humana Básica*. São Paulo: Atheneu, 1995. MACHADO, A. P. M. *Neuroanatomia funcional*. São Paulo: Atheneu, 1998/2000. GARDNER, W; OSBURN, CA. *Anatomia do Corpo Humano*. 2. ed., Atheneu, São Paulo 1980.

Bibliografia Complementar

ERHART, EA. Elementos de Anatomia Humana. 7. ed. São Paulo: Atheneu, 1987. GOLDBERG, S. *Anatomia Clínica*. Luiz Irineu CibilsSettineri, Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.

ROHEN, JW; YOKOCHI, C. *Anatomia humana*: atlas fotográfico de anatomia sistêmica regional. 2. ed. trad. Orlando Aidar, São Paulo, 1989.

SOBOTA, J. *Atlas de Anatomia humana*. Hélcio Werneck, 19. ed., VI, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

GARDNER, E.; GRAY, D.J. Anatomia: estudo regional do corpo humano. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 1988.

DANGELO, JG; FATTINI CA: Anatomia básica dos sistemas orgânicos. 2. ed. São Paulo Atheneu. 1978.

HAMILTON, W J. *Tratado de Anatomia Humana*. 2. ed., Interamericana Ltda., Rio de Janeiro, 1982.

JACOB SW & FRANCONE CA: *Anatomia e Fisiologia Humana*. 4. ed., Interamericana Ltda., Rio de Janeiro, 1980.

LATARJET, M. *Anatomia Humana*. 2. ed.; Médicas Panamericanas, São Paulo, 1983. SPENCE, A P. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

LOCKART, R & WILLIAMS, PL: *Gray Anatomy*, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1977.

NETTER, FH: The CIBA *Collection of Medical Ilustrations*. Trad. Jaime Landmann, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1976.

SEGUNDO PERÍODO

Nome da disciplina:	ÉTICA E EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 4	Período 2º
S	60 horas	Prática	00		

Ementa Básica

Discussões, debates e relações pertinentes à ética e seu campo profissional. Educação Física e os valores Éticos. Profissionalismo e corporativismo. Expectativas de conduta do professor de Educação Física. A questão da ética, central no conhecimento filosófico. Código de ética profissional.

Avaliação

Método

A aprendizagem será avaliada através de:

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

SOUZA, H. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1994.

TOJAL, J. B.; BARBOSA, A. P. A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de educação física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física/CONFEF, 2006.

VARGAS, Â. Ética, ensaios sobre educação física saúde social e esporte. São Paulo: Lecsu, 2007.

Bibliografia Complementar

LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Org). Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas. Campinas-SP: Autores associados, 2005.

PEREIRA, R. T. V.; GAMBÁ, L. H.; MAURIQUE, J. A.; PAMPLONA, O. R. Doutrinas e jurisprudência, conselhos de fiscalização profissional. Ed. Revista dos Tribunais, s/d.

Código de Ética da Educação Física e os caminhos da profissão (Lei 9.696/98)

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DOS DESPORTOS. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9. 394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, de 23.12.96, p. 27833-27841.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josue Candido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. Textos, jornais e Revistas

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS DIDÁTICOS DA EDUCAÇÃO				
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	2°
	60 horas	Prática	00		

Introdução aos fundamentos básicos da Educação, Didática e Didática da Educação Física, contextualizados historicamente. Fundamentação teórica e construção epistemológica da Didática, articulando-a com a Educação, a Educação Física e as ciências afins. Princípios didáticos para o processo ensino-aprendizagem da educação física.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

BORGES, C. M. F. *O professor de Educação Física e a construção do saber*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GALLARDO, Jorge Sérgio Perez et. ali. *Didática da educação física:* a criança em movimento, jogo, prazer e transformação. São Paulo: FTD, 1998.

KUNZ, Elenor (Org.) Didática da educação física. vol 1. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2001.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Rumo a uma nova Didática*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. DARIDO, S.C. *Educação física na escola*: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

COMENIUS, A. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. *A reconstrução da didática*: elementos teóricosmetodológicos. 4. ed. São

Paulo: Papirus, 2002.

KUNZ, Elenor. Educação física: ensino e mudanças. Ijuí-RS: Unijuí, 1991.

. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. De professores, pesquisa e didática. Campinas: Papirus, 2006.

Nome da disciplina:	HISTÓR	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FISICA NO BRASIL					
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período		
Obrigatória	Total:			4	2°		
	60 horas	Prática	00				

Objetivos

Desenvolver a capacidade do aluno para a): análise histográfica dos elementos teóricos que envolvem os conceitos e pertinência social da educação física, do Esporte e da atividade motora; b) histografia contextual da educação física e do esporte inscritos no processo histórico; c) compreensão sobre os valores inerentes à atividade física/motora e à educação física e esporte atuais, tendo em vista o processo histórico pelo qual passaram.

Programa Resumido

Análise histórica da educação física e esporte em diversas épocas e sociedades, o período pré-clássico (Grécia e Roma), a idade média, o renascimento do século XVI aos nossos dias. Apresentação da evolução do conceito de educação física e esporte e o significado da prática de atividades motoras específicas e sua institucionalização. Análise do pensamento histográfico na educação física e esporte no Brasil.

Programa

- 01. A atividade física e a Grécia Antiga;
- 02. A atividade física e o Período Romano antigo;

- 03. A atividade física e o Período Medieval;
- 04. A atividade física, Educação Física e Esporte e o Período Moderno;
- 05. A atividade física Educação Física e Esporte no Período Contemporâneo;
- 06. Educação Física e Esporte Brasil colonial, imperial e republicano, início do século XX até os dias atuais.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

BARROS, G.N.M. de. *As olimpíadas na Grécia Antiga*. São Paulo. Pioneira, 1996. 45p.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil*: a história que não se conta. Campinas, Papirus. 1988.

SOARES, C. Educação física: raízes européias e Brasil. Campinas, SP. Autores Associados, 1994.

Bibliografia Complementar

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Historia da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Historia da educação brasileira*: a organização escolar. 16. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

BONORINO, L.L. *Histórico da educação física futura*. Imprensa oficial. 1931. 202p. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil*. 28. ed. Petrópolis-RJ:Vozes, 2003.

MARINHO, I.P. História da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil Republica, documentário e bibliografia. Rio de Janeiro,

Ministério da Educação e Saúde. Divisão de Educação Física. 4 vols. 1965.

SOUZA, B.C. História da Educação Física. Escola de Educação Física Militar de São Paulo. Vols. I e II. 1975.

BIBLIOTECA da "A Defesa Nacional". Regulamento n. 7 da educação física 1ª parte. 1934. 335p.

RAMOS, J.J. Os exercícios físicos na história e na arte. São Paulo, Ibrasa, 1982. CLUB ATHLÉTICO PAULISTANO. Um Clube que cresceu com a cidade. Edição Comemorativa do 70º aniversário. Englewood Cliff, 1971.

GRIFI, G. História da Educação Física e do Esporte. Porto Alegre, D.C. Luzzatto. 1989.

Nome da disciplina:	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 2º	
	60 horas	Prática	30h			

Objetivos:

HIGIENE - Prevenção de doenças, cuidados corporais, alimentares e do vestuário. Hábitos nocivos à saúde, saneamento de locais para a prática da Educação Física. SOCORROS DE URGÊNCIA – Métodos básicos de assistência em situações de emergência. Procedimentos

de emergência e preventivos.

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

ROUQUAYROL, Maria Zélia. *Epidemiologia e Saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. NOVAES, Jefferson da Silva; NOVAES, Geovanni da Silva. *Manual de primeiros socorros para Educação Física*. São Paulo: Sprint, 1994.

GONÇALVES, Aguinaldo de. *Coletiva e Saúde*: urgência em educação física. Campinas-SP: Papirus, 1997.

Bibliografia Complementar

HAFEN, B.Q; KARREN, K.J.; FANDSEN, K.J. Guia de primeiros Socorros para estudantes. São Paulo: Manole, 2002.

FLEGEL, M.J. Primeiros Socorros no esporte. São Paulo: Manole, 2002.

BERGERON, J.D; BIZJAK, G. Primeiros Socorros. São Paulo: Atheneu, 1999.

DU GAS, B. W. Enfermagem Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Nome da	HISTOLOGIA GERAL					
disciplina:						
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			3	2°	
	45 horas	Prática	30h			

Objetivos: Fornecer aos alunos noções e fundamentos sobre a estrutura e a função das células e tecidos, dando-lhes subsídios para a compreensão da Fisiologia.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. *Biologia Celular e Molecular*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. *Histologia Básica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

GARTNER, L.P.; HIATT, J.L. Atlas de Histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 2003.

Bibliografia complementar

LEBOFFE, M. J. Atlas Fotográfico de Histologia, 1ª edição: Guanabara Koogan, 2005. KIERSZENBAUM, A. L. Histologia e Biologia Celular - Uma introdução à Patologia,

1^a. Edição: Elservier, 2004.

ROSS, MICHAEL H. Histologia: texto e Atlas, 2. ed. São Paulo: Panamericana,

1993.

TERCEIRO PERÍODO

Nome da disciplina:	BASES PEDAGÓGICAS DO ATLETISMO					
Natureza	Carga Horária	Teórica	15 h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	1°	
	60 horas	Prática	45 h			

Ementa Básica: Aspectos técnicos e pedagógicos da aprendizagem do Atletismo. Atletismo como conteúdo do ensino de Educação Física na Educação Básica.

Programa: Corridas, Saltos e Arremessos

Avaliação

Método

A aprendizagem será avaliada através de:

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

COICEIRO, Geovana A. 1.000 exercícios para o atletismo. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Atletismo: regras de competição 2004/2005. CBAt. 2005.

FERNANDES, José Luís. *Corridas, saltos e arremessos*. Vols. I, II e III. São Paulo: E. P.U., 1979.

Bibliografia Complementar

BARROS, Nelson. *Manual de atletismo*. Corridas, saltos e arremessos. 2. ed. Araçatuba, SP: Leme, 1984.

BARBANTI, José Valdir. *Teoria e Prática do Treinamento Desportivo*. Curitiba: Blucher, 1979

- J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. *Atletismo I* Carreiras. Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992.
- J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. *Atletismo II* Saltos. Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992.
- J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. *Atletismo III* Lanzamientoss. Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992.

Nome da	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO						
disciplina:							
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período		
Obrigatória	Total:			4	3°		
	60 horas	Prática	00				

Ementa Básica: Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar o objeto de estudo da Psicologia do Desenvolvimento; discriminar diferentes métodos, princípios e abordagens de investigação do desenvolvimento humano; caracterizar as principais etapas do desenvolvimento no ciclo da vida; descrever os processos de desenvolvimento cognitivo e psicossocial em cada etapa do ciclo da vida humana.

Programa

Conceitos atuais em Psicologia do Desenvolvimento;

Perspectivas teóricas no estudo do desenvolvimento humano;

Métodos de investigação da Psicologia de Desenvolvimento;

As fases do desenvolvimento no ciclo da vida humana: temas centrais

Processos de desenvolvimento no ciclo da vida:

- Desenvolvimento cognitivo;
- Desenvolvimento psicossocial
- As fases do desenvolvimento no ciclo da vida humana.

Bibliografia

PAPALIA, D.E. e OLDS, S.W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIAGGIO, Angela M. Brasil. *Psicologia do desenvolvimento*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar

BARROS, Celia Silva Guimarães. *Pontos de psicologia do desenvolvimento*. 12. ed. São Paulo: Atica, 2004.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação - Vol. 1 - *Psicologia Evolutiva*. Trad. M. A. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia e desenvolvimento humano*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIGUEIREDO, Luís C. Mendonça; SANTI, Pedro L. Ribeiro. *Psicologia, uma (nova) introdução*: uma visão crítico-histórica da Psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

NEWSCOMBE, N. Desenvolvimento infantil. abordagem de Missen. 8. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

OLIVEIRA, Zilmar de M. Ramos de (org.). *A criança e seu desenvolvimento*: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento infantil*: abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

Nome da disciplina:	FISIOLOGIA HUMANA					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos	Período 3º	
Congatoria	60 horas	Prática	00	т	3	

Objetivos

- Introduzir ao aluno conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos sistemas orgânicos, tendo em vista uma visão da importância de cada um deles e do funcionamento integrado do organismo.

Programa

- Fisiologia celular e de membranas;
- Mecanismos de transmissão nervosa e de contração muscular;
- Fisiologia cardiorrespiratória;
- Fisiologia sistema digestivo;
- Fisiologia sistema renal e controle do meio interno;
- Sistema nervoso autônomo;
- Sistema endócrino.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

BORBECK, J.E. As Bases Fisiológicas da Prática Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GANONG, W. Fisiologia Médica - Rio de janeiro, Artes Médicas.

GUYTON, A.C. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

Bibliografia Complementar

JUNQUEIRA, L.C.V. & CARNEIRO, J. *Histologia Básica*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

HOUSSAY, B.A. Fisiologia Humana. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

VANDER, A.J.; SHEMAN, J.S. & LUCIANO, D.S. Fisiologia Humana. New York, MacGraw-Hill.

MELMON, K.L. & MORELLI, H.F. Clinical Pharmacology. New York, Mcmillan.

MOORE, K.L. Anatomia Orientación Clinica. Buenos Aires, Panamericana.

MOUNTCASTLE, V.B. Fisiologia Médica - Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

SELKURT, E. Fisiologia. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA							
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Carga Horária Teórica 60h Créditos Período						
Oorigatoria	60 horas	Prática	00	Т	3			

Objetivo:

Refletir sobre concepções, princípios e perspectivas da aprendizagem social na escola e no esporte.

Discutir sob diferentes enfoques, teorias e modelos de aprendizagem social em contexto político, afetivo e social.

Analisar o desenvolvimento da socialização, relacionando com o ensino e aprendizagem no ser humano, tendo como meio social a escola e o esporte.

Proporcionar condições para a elaboração de conhecimentos teóricos e práticos, além de atitudes e habilidades para serem agentes de transformação sócio-afetiva dos seres humanos nos ambientes escolar e desportivo.

Conteúdo:

Concepções e princípios da educação, educação física e o esporte; Concepções e princípios de Educação Física e de Esporte O comportamento social e as habilidades sociais; Conceituação e princípios orientadores da aprendizagem das habilidades sociais Habilidades sociais e a Educação Física e o esporte em uma dimensão política Paradigma da socialização esportiva.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica:

BRACHT, Valter. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister, 1992. BOURDIEU, Pierre. *O poder símbolo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. DEMO, Pedro. *Desafios modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Bibliografia Complementar:

BANUELOS, F. S. *Bases para uma didática de laeducación física y el esporte*. Madrid: Gimmos Editorial, 1992.

BENTO, Jorge O.; GARCIA, Rui & GRAÇA, Amândio (1999) *Contexto da pedagogia do desporto*: perspectivas e problemáticas. Lisboa: Livros Horizonte.

CARREIRO DA COSTA, Francisco A. A. O sucesso pedagógico em educação física. Lisboa: FMH,1995.

FARINATTI, Paulo Tarso V. Criança e atividade física. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

FERREIRA NETO, Carlos A. Motricidade e jogo na infância. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

FONTANA, David. Psicologia para professores. 2 ed. São Paulo: Manole, 1991.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987. MATOS, Margarida Gaspar de. *Corpo, Movimento e Socialização*. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

MOLINA NETO, Vicente. *A prática do esporte nas escolas de 1º e 2º graus*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

SHIGUNOV, V. e RODRIGUES, V. P. Pedagogia da educação Física. São Paulo:

IBRASA, 1994. SISTO, Fermino F. *O cognitivo, o social e o afetivo no cotidiano escolar*. Campinas: Papirus Editora, 1999.

TORRES, C. A. *Sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez, 1993. VARGAS, A. L. Desporto fenômeno social. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

Nome da disciplina:		APRENDIZAGEM MOTORA						
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	8						
Oorigatoria	60 horas	Prática	30h	- T				

Estudo das teorias e variáveis que afetam a aquisição de habilidades motoras, com ênfase no nível comportamental de análise

Programa

Conceitos básicos de aprendizagem motora

Curvas e estágios de aprendizagem motora

Características universais da aprendizagem motora

Teorias de aprendizagem motora

Plasticidade neural e o processo de aprendizagem

Transferência de aprendizagem

Instrução para aprendizagem

Feedback aumentado

Variabilidade de prática

Papel da distribuição da prática

Aprendizagem pelo todo ou pelas partes

Efeito da prática mental

Desenvolvimento de assimetrias interlaterais

Método

- (a) duas provas escritas e com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

MAGILL, R.A. *Aprendizagem motora*: conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

SCHMIDT, R.A.; Wrisberg, C. *Aprendizagem e performance motora*: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2004.

Bibliografia Complementar

KERR, R. Psychomotor learning. New York, CBS College, 1982.

SCHMIDT, R.A. *Aprendizagem e performance motora*: dos princípios à prática. São Paulo: Movimento, 1993.

KLEIMAN, M. The acquisition of motor skill. New Jersey, Princeton Book, 1982.

ROSE, D.J. A multilevel approach to the study of motor control and learning. San Francisco Pearson/Benjamin Cummings, 2006.

TEIXEIRA, L.A. Avanços em comportamento motor. Rio Claro, Movimento, 2001.

SCHMIDT, R.A. *Motor control and learning: a behavioral emphasis*. Champaign, Human

Kinetics, 1988.

SCHMIDT, R.A. & Lee, T. *Motor control and learning*: a behavioral emphasis. Champaign, HumanKinetics, 2005.

Nome da	BASES PEDAGÓGICAS DOS ESPORTES COLETIVOS					
disciplina:	(HANDEBOL E VOLEIBOL)					
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	3°	
	60 horas	Prática	45h			

Objetivos:

Oferecer aos alunos a oportunidade de:

- a) conhecer o histórico e a evolução do Handebol e Voleibol;
- b) conhecer as regras básicas dessas modalidades esportivas;
- c) desenvolver programas para a prática dos fundamentos básicos desses esportes;
- d) aplicar os princípios do treinamento na organização de atividades para diferentes grupos, em diferentes faixas etárias;
- e) planejar e aplicar sessões de treinamento de acordo com as diferentes etapas da preparação de atletas e equipes esportivas;
- f) utilizar diferentes metodologias para analise de jogo.

Programa

- 1. Modalidades Esportivas Coletivas: a história e a evolução no Brasil e no mundo.
- 2. Evolução das regras e sua relação com o desenvolvimento do jogo.
- 3. Organização de competições.
- 4. A preparação física: avaliação, programas de preparação física individualizada.
- 5. As habilidades específicas: treinamento técnico: a influência genética e ambiental...
- 6.A preparação tática. Evolução dos sistemas de jogo
- 7.18. Elaboração de programas de iniciação e treinamento para diferentes faixas etárias.

Avaliação

Método:

02 (duas) provas escritas e 1 prova prática

Aulas teóricas, práticas, leituras selecionadas e trabalhos.

Norma de Recuperação: prova escrita

Bibliografia Básica

CRUZ, Emílio Eduardo da. *Treinamento de Voleibol*: visando ao jogo. São Paulo: Phorte, 2012

TENROLLER, Carlos. *Handebol*: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: 2ª Edição: Sprint, 2005. EHRET, A. et al. *Manual de handebol*: treinamento de base para crianças e adolescentes. S.Paulo: Phorte, 2002

Bibliografia Complementar

BIZZOCHI, C.E. *O voleibol de alto nível*: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000. CARVALHO, Oto Moravia de. *Voleibol: 1000 exercícios.* 5. ed. Editora: Sprint, 2001. DON SHONDELL; REYNAUD, Cecile. *A biblia do treinador de Voleibol.* São Paulo: Artmed, 2005. HIPPOLYTE, R. et al. *Strategies of team manegement through volleyball.* Kent, Epidote, 1993.

MELHEM, A. Brincando e aprendendo handebol. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

SIMÕES, A.C. *Handebol defensivo*: conceitos técnicos e táticos. São Paulo: Phorte, 2002.

MESQUITA, I. *Pedagogia do treino*: a formação em jogos esportivos coletivos. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

PADRÃO, A.L. Manual de mini-handebol. São Paulo: Phorte, 2002.

BAYER, C. *La enzeñanza de los juegos desportivos colectivos*. Barcelona: Hispano Europea, 1986.

GARGANTA, A. et al. O treino da tática e da técnica: os jogos desportivos à luz do compromisso da cognição. In, V.J. Barbanti, et al. *Esporte e atividade física*: interação entre rendimento e saúde. São Paulo: Manole, cap.16.

QUARTO PERÍODO

Nome da	BASES CINESIOLÓGICAS E BIOMECÂNICAS DO				
disciplina:	MOVIMENTO HUMANO				
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	4°
	60 horas	Prática	15h		

Objetivos:

Entender a dependência interdisciplinar da Cinesiologia e Biomecânica no estudo do complexo da estrutura do movimento humano; Estudara Cinesiologia e Biomecânica na aplicação na Educação Física escolar e nas atividades da vida diária.

Avaliação

Método:

02 (duas) provas escritas e 1 prova prática

Aulas teóricas, práticas, leituras selecionadas e trabalhos.

Norma de Recuperação: prova escrita

Bibliografia Básica

CARNAVAL, Paulo. *Cinesiologia aplicada aos esportes*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. HAMILL, J. *Bases biomecânicas do movimento humano*. São Paulo: Manole, 2000.

HALL, S. *Biomecânica básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar

AMADIO, A.C.; DUARTE, M. Fundamentos Biomecânicos para a Análise do Movimento. *Laboratório de Biomecânica*, Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1996. ENOKA, Roger, M. *Bases neuromecânicas de cinesiologia*. São Paulo: Manole, 2000.

CARR, GERRY. Biomecânica dos esportes. São Paulo: Manole, 1998.

RASCH, P.J. *Cinesiologia e anatomia aplicada*. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

LIMA, Cláudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. *Cinesiologia e Musculação*. São Paulo: Artmed, 2006.

FERNANDES, André. et. al. *Cinesiologia do alongamento*. São Paulo: Sprint, 2002. BURKI, RACH. *Cinesiologia e Anatomia Aplicada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.

CHAITOW, Leon. Técnicas neuromusculares modernas. São Paulo: Manole, 2001.

SMITH, LAURA K. Cinesiologia clínica de Brunstrom. 4. ed. São Paulo: Manole, 1989.

Nome da	F	FUNDAMENTOS DE GINÁSTICA						
disciplina:								
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período			
Obrigatória	Total:			4	4°			
	60 horas	Prática	45h					

Histórico e evolução dos exercícios físicos ginásticos e sua classificação. Estudo e aplicações dos movimentos fundamentais e naturais das capacidades físicas e das habilidades motoras e suas relações com as potencialidades para o movimento de cada faixa etária. Utilização dos movimentos e materiais próprios da Educação Física na elaboração das atividades ginásticas. Formações ginásticas individual, duplas, trios e pequenos grupos. Estrutura e planejamento de seqüências de exercícios ginásticos e a composição das rotinas de uma aula. A ginástica como conteúdo das aulas de Educação Física escolar.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas e uma prática com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

BARBANTI, Valdir. *Treinamento físico*: bases científicas. Rio de janeiro: CLR Balieiro, 1996.

DANTAS, Estélio H. M. Flexibilidade, alongamento e flexionamento. São Paulo: Shape, 1999

NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2005

Bibliografia Complementar

SANTOS, C. R. Gymnica 1000 Exercicios. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PUBLIO, N. S. Evolução Histórica da Ginástica Olímpica. São Paulo: Phorte, 1998.

MARINHO, Inezil Penna. Sistemas e métodos da Educação Física. São Paulo: Manole, 1985

GAIO, Roberta. *Ginástica rítmica desportiva "popular*": uma proposta educacional. São Paulo: Robe, 1996.

Nome da disciplina:	HISTÓRIA E (CULTURA	A AFRO	BRASILEIRA	E INDÍGENA
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			3	4°
	45 horas	Prática	0		

Definir o conceito de Cultura, de Afro-Brasileiro e de indígena. Trabalhar os aspectos da cultura negra e indígena no Brasil.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas e uma prática com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 11.645 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar? Disponível em: http://www.aldeiaguaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. SANTOS, Sales Augusto dos (org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, 2005.

Bibliografia Complementar

COLARES, et al. 2010. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art15 38.pdf.

PAIXÃO, Marcelo. J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. São Paulo: DP&A, 2006. (Col. Políticas da Cor).

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, SEPPIR/SECAD/INEP, junho de 2005.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CENTRO de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. *Políticas de promoção da igualdade racial na educação*. São Paulo: CEERT, 2005. 74p.

Nome da disciplina:	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	00		

Os processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança e do adolescente: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. Ênfase aos processos de interação sócio-cultural para a construção do conhecimento e a afirmação dos sujeitos sociais.

Método

- (a) duas provas escritas e com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 32. ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. *Introdução a psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa psicólogo, 1997.

SALVADOR, Cezar Coll. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

FOULIN, Jean-Noel. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. Epistemologia genética. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

. O juízo moral da criança. 3. ed. São Paulo: Summus, 1994.

TAILLE, Yves de La. Teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

VIGOTSKI, L.S. Pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.

São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Nome da disciplina:	MEDIDAS	MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA					
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período		
Obrigatória	Total:			4	4°		
_	60 horas	Prática	15h				

Programa Resumido

Os limites da disciplina: Fundamentos da avaliação antropométrica, funcional e motora. Avaliação dos aspectos funcionais, metabólicos, neuromusculares, estruturais e de composição corporal, das habilidades e destrezas desportivas. Rotinas de avaliação aplicadas às atividades físicas e ao esporte.

Programa

- Critérios de autenticidade científica em Medidas e Avaliação;
- Medidas e avaliação do desempenho e aptidão motora;
- Métodos preditivos da composição corporal;
- Estimativa do gasto energético e da atividade física habitual;
- Procedimentos metodológicos em testes ergométricos e testes funcionais;
- Baterias de testes motores em Educação Física e Esporte.

Método: (Aulas Expositivas, Seminários e Atividades em grupo (estudos dirigidos). Prova escrita

Forma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. *Manual Prática para Avaliação em Educação Física*. São Paulo: Manole. 2004.

HEYWARD, V.H. *Avaliação física e prescrição de exercício*: técnicas avançadas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TRITSCHLER K. *Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes*. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.

Bibliografia Complementar

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. *Controle do Peso Corporal*: Composição Corporal, Atividade Física e Nutrição. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003.

MORROW Jr, J.R.; JACKSON A.W.; DISCH J.G.; MOOD D.P. *Medida e Avaliação do Desempenho Humano*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2003.

KISS, M.A.P.D. Esporte e Exercício: Avaliação e Prescrição. São Paulo: Roca, 2004.

POLLOCK, M.H. *Exercícios na saúde e na doença*: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. São Paulo: Medsi, 1993.

ARAÚJO; C.G.S. *Manual de Teste de Esforço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1984.

CARNAVAL, P.E. *Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

QUINTO PERÍODO

Nome da disciplina:	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	15h		

Controle Muscular e Neurológico do Movimento, Adaptações Neuromusculares e Metabólicas ao Treinamento, Regulação Hormonal, Cardiovascular e Respiratória durante o Exercício Agudo e Crônico Termorregulação, Exercício em Ambientes Hipobáricos, Hiperbáricos e Microgravidade.

Programa

- Introdução à Fisiologia do Exercício;
- Controle Muscular do Movimento;
- Controle Neurológico do Movimento;
- Adaptações Neuromusculares ao Treinamento de Força;
- Metabolismo e Sistemas Energéticos Básicos:
- Adaptações Metabólicas do Treinamento;
- Regulação Hormonal do Exercício;
- Controle Cardiovascular Durante o Exercício:
- Regulação Respiratória Durante o Exercício;
- Adaptações Cardiorrespiratórias ao Treinamento;
- Termorregulação e Exercício;
- Exercício em Ambientes Hipobáricos, Hiperbáricos e Microgravidade;

Método

(Aulas Expositivas, Seminários e Atividades em grupo (estudos dirigidos). Prova escrita

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; Victor L. *Fisiologia do Exercício*: energia, nutrição e desempenho humano. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 2008.

POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação

ao condicionamento e ao desempenho. 1.ed. São Paulo, SP: Editora Manole, 2000. WEINECK, J. *Biologia do Esporte*. São Paulo: Ed. Manole, 2000.

Bibliografia Complementar

ASTRAND, P.O., RODAHAL, K. *Tratado de Fisiologia do Exercício*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. Fisiologia do Esporte e do Exercício. São Paulo: Manole, 2001.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Guidelines for exercise testing and prescription, 2000.

GUYTON, A.C. *Tratado de Fisiologia Médica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992

POLLOCK, M.; WILMORE; FOX III, S.L. *Exercício na Saúde e na Doença*. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. MEDSI, 1993.

Nome da disciplina:	JOGOS RECREATIVOS E LAZER				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos	Período 5º
Congatoria	60 horas	Prática	30h	Т	3

Estudos da recreação e lazer - tempo livre. Jogos: classificação e teorias. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas. Seleção de atividades e processos pedagógicos.

Método: (Aulas Expositivas, Seminários e Atividades em grupo (estudos dirigidos). Prova escrita

Forma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

MARCELLINO, N.C. *Estudo do Lazer*: uma introdução. 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

GUERRA, Marlene. Recreação e Lazer. São Paulo: Safar, 1998.

VERDERI, Érica. Encantando a Educação Física. São Paulo: Sprint, 1997.

Bibliografia Complementar

REVERBEL, Olga Garcia. *Jogos teatrais na escola*: atividades globais de expressão. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

MOURA, Ieda C. *Musicalizando crianças*: teoria e prática da educação musical. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANTUNES, Celso. *O jogo e a educação infantil*: Falar e dizer/olhar e ver/escutar e ouvir. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

BRANDÃO, Heliana. *O livro dos jogos e das brincadeiras*: para todas as idades. Belo Horizonte: Editora Leitura, 1997.

Nome da	PROFISSÃO DOCENTE					
disciplina:						
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	5°	

60 horas	Prática	00	

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e questões de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

Avaliação

Método

- (a) duas provas escritas com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

CHARLOT, B. Formação dos professores e relação com o saber. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (orgs). *Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. NÓVOA, António (Org.) Vidas de professores. Porto, Portugal: Porto, 1992.

Bibliografia Complementar

COSTA, M. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto alegre: Sulina, 1996. LESSARD, C. e TARDIF, M. *O trabalho docente*. São Paulo: Vozes, 2005.

ESTRELA, M. T. (Org.) *Viver e construir a profissão docente*. Porto, Portugal: Porto, 1997. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (orgs). *Aprendizagem profissional da docência:* saberes, contextos e práticas. São Carlos-SP: EdUfscar, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (orgs). *O oficio de professor:* história, perspectivas e desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2008.

Nome da disciplina:	DANÇA E MANIFESTAÇÕES RÍTMICAS EXPRESSIVAS					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos	Período 5º	
Obligatoria				4	3	
	60 horas	Prática	30h			

A linguagem simbólica do movimento Metodologia da dança no currículo de educação física. Aspectos constituintes do ritmo da expressão corporal. Caracterização do repertório rítmico e expressivo no movimento. Vivências pessoais da cultura rítmica através do movimento. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo a partir da orientação no espaço. Noções de postura, disciplina e formas de movimento puro e simples. Criação e estética do movimento na dança.

Método: (Aulas e Exercícios). Prova escrita **Forma de Recuperação:** Prova escrita

Bibliografia Básica

BOULCH, Jean L P A. Rumo a uma ciência do movimento humano. Rio de Janeiro: Ed. A. M. S., 1987.

MARQUES, I. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2005.

VERDERI, Érica. Encantando a Educação Física. São Paulo: Sprint, 1997.

Bibliografia Complementar

CHALLANGUIER, Claude e BOSSU, Henri. *A expressão corporal*: método e prática. Rio de Janeiro: Entrelivros, 1998.

WELLS, Renee . O Corpo se expressa e dança. São Paulo: Francisco Alves, 1984.

MOURA, Ieda C. *Musicalizando crianças*: teoria e prática da educação musical. São Paulo: Ática, 1989.

LABAN, Rudolf. *Domínio do Movimento*. São Paulo: Editorial, 1971.

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA GRUPOS ESPECIAIS					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 5º	
	60 horas	Prática	30h			

Apresentação e análise do escopo de educação física adaptada, que envolve a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais no componente curricular de educação física. Definição de população que apresenta necessidades especiais. Terminologia e classificação dos diferentes tipos de deficiências e/ou limitações. Conceituação e características anátomofísio-psico-neurológicas de deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiências físicas, gravidez, distúrbios de saúde e distúrbios emocionais. Conhecimento das fontes de informação sobre educação física e portadores de necessidades especiais para contínua atualização profissional.

Programa

- 1. Educação Física Adaptada: definição e evolução conceitual
 - 2. Terminologia: Educação Física Adaptada x Educação Física Especial; excepcional x deficiente x portador de necessidades especiais
 - 3. Classificação e conceituação das deficiências e necessidades especiais:
 - (a) Deficiência mental (DM)
 - (b) Deficiência auditiva (DA)
 - (c) Deficiência visual (DV)
 - (d) Deficiências físicas (DF)
 - (e) Distúrbios de saúde (cardiopatias, asma, diabetes, hemofilia, obesidade)
 - (f) Distúrbios emocionais
 - (g) Tipos de atendimento as pessoas portadoras de deficiências em programa de educação física.

2.

Método: (Aulas e Exercícios). Prova escrita **Forma de Recuperação:** Prova escrita

Bibliografia Básica

ADAMS, R. C., DANIEL, A. N., McCUBBIN, J. A., RULLMAN, L. Jogos, esportes e

exercícios para o deficiente físico. Tradução: Ângela G. Marx. São Paulo: Editora Manole, 1985.

INNENMOSER, J. Natação de deficientes. In: WILKE, K. *Natação para principiantes*: treino, técnica, táctica. Lisboa: Casa do Livro Editora, 1979.

KOTTKE, F. J. Krusen: tratado de medicina física e reabilitação. São Paulo: Manole, 1984.

Bibliografia Complementar

BERSCH, R. Tecnologia Assistiva e educação inclusiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. *Ensaios Pedagógicos*: educação inclusiva – direito à diversidade. Brasília, DF: MEC, 2006, p. 281-286.

DROWATZKY, J. *Educacionfisica para ninos deficientes mentais*. Buenos Aires: Editorial Medica Panamericana, 1973.

CORREA, M. M.; NABEIRO, M.; GAMA, R. I. R. B.; PEDRINELLI, V. J. Da ginástica médica à educação física adaptada: evolução conceitual. Anais do III Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada. São Paulo: USP, 1990.

DIEM, L. Ginástica escolar especial. São Paulo: DIFEL, 1975.

FERLAND, F. *O modelo Lúdico*: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006.

BLASCOVI-ASSIS, S.M.; MONTEIRO, M.I.B. Atividade física para crianças com Síndrome de Down. *Ciência Hoje*, v. 10, n. 56, ago, 1989.

BAGATINI, V. F. *Educação Física para o excepcional*. Porto Alegre: SAGRA, 1984. CARMO, A.A. *Deficiência física*: a sociedade brasileira cria, "recupera" e descrimina. Brasília, Secretária dos Desportos/PR, 1991.

Nome da	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA					
disciplina:	INFANTIL					
Natureza	Carga Horária	Teórica	30h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			6	5°	
	90 horas	Prática	60h			

Estágio como práxis na educação física desenvolvida no Ensino Infantil. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino infantil, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005

KISHIMOTO, T. M. *O Jogo e a Educação Infantil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

Bibliografia Complementar

DEHEINZELIN, M.; CAVALCANTI LIMA, Z.V. *Professor da pré- escola*. São Paulo: Globo, 1991.

KAMII, C. e DEVRIÈS, R. Jogos em Grupo na Educação Infantil: implicações da

teoria de Piaget. São Paulo, Trajetória Cultural, 1991.

FERRAZ, O. L. Parâmetros Curriculares Nacionais: reflexões e críticas. Motriz – Revista de Educação Física da UNESP, v.7, n.1 (supl.), p. 77-83, 2001.

ARIES, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1981.

MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. *Construindo o movimento na escola*. São Paulo: Phorte, 1999.

FREIRE, J. B. *Educação de Corpo Inteiro*. São Paulo: Scipione, 1989.

FERRAZ, O.L. Educação Física Escolar: conhecimento e especificidade - a questão da pré-escola. *Revista Paulista de Educação Física*, v.2, p.16-22, 1996. Suplemento 2.

GALLAHUE, D. Developmental physical education for todays elementary school childen. New York: Macmillan Publishing Company, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. BROUGÈRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

Nome da disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)					
Natureza	Carga Horária	Teórica	30h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			6	6°	
	90 horas	Prática	60h			

Estágio como práxis na educação física desenvolvida no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2002. VALENTINI, N.; TOIGO, A.M. *Ensinando educação física nas séries iniciais*. Canoas: Salles Editora, 2005.

Bibliografia Complementar

POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

GRAHAM, G. *Teaching physical education*: become a master teacher. Champaign: HumanKinetics, 1992.

PAPAGLIA, D.E.; OLDS, S.W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor*: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro*: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1989.

MALDONADO, M.T. *Comunicação entre pais e filhos*: a linguagem do sentir. Petrópolis: Vozes, 1981.

Nome da disciplina:	BASES PEDAGÓGICAS DO FUTEBOL E FUTSAL					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 6º	
	60 horas	Prática	45h			

Objetivos:

Oferecer aos alunos a oportunidade de:

- a) conhecer o histórico e a evolução do Futebol e do Futsal;
- b) conhecer as regras básicas dessas modalidades esportivas;
- c) desenvolver programas para a prática dos fundamentos básicos desses esportes;
- d) aplicar os princípios do treinamento na organização de atividades para diferentes grupos, em diferentes faixas etárias;
- e) planejar e aplicar sessões de treinamento de acordo com as diferentes etapas da preparação de atletas e equipes esportivas;
- f) utilizar diferentes metodologias para analise de jogo.

Programa:

- 1.Futebol e Futsal: a história e a evolução no Brasil e no mundo;2.Evolução das regras e sua relação com o desenvolvimento do jogo;3.Organização de competições;4.A preparação física: avaliação, programas de preparação física individualizada;5.As habilidades específicas;6.A preparação tática.
- 7.Preparação técnica;8.Análise da evolução dos sistemas de jogo;9.Cuidados necessários na iniciação esportiva;10.Cuidados necessários no treinamento de crianças de diferentes faixas etárias;11.Elaboração de programas de iniciação e treinamento para diferentes faixas etárias.

Avaliação

Método:

02 (duas) provas escritas e 1 prova prática

Aulas teóricas, práticas, leituras selecionadas e trabalhos.

Norma de Recuperação: prova escrita

Bibliografia Básica

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides J. *Pedagogia do esporte*: jogos coletivos de invasão. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009.

VOSER, R. da C.; GIUSTI, J. G. O. *Futsal e a Escola*: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TORRELES, A.S.; ALCARAZ, C.F. *Escolas de futebol*: manual para organização e treinamento. Porto Alegre, Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar

BROTTO, F.O. *Jogos cooperativos*: o jogo e o esporte de convivência. Santos-SP: Cooperação, 2001.

AIDAR, Antônio Carlos Kfouri, et al (Org.). *A Nova Gestão do Futebol*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MESQUITA, I. *Pedagogia do treino*: a formação em jogos esportivos coletivos. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

FRISSELLI, A.; MANTOVANI, M. Futebol: teoria e prática. São Paulo: Phorte, 1999.

GARGANTA, A. et al. O treino da tática e da técnica: os jogos desportivos à luz do compromisso da cognição. In, V.J. Barbanti, et al. (ed.) *Esporte e atividade física*: interação entre rendimento e saúde. São Paulo: Manole. cap.16.

BRUHNS, H.T. Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro.

Campinas: Papirus, 2002.

DAMO, A.S. Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre

torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

Nome da disciplina:	LUTAS					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 6º	
	60 horas	Prática	30h			

Discutir e preparar os discentes para adaptação das atividades motoras típicas de lutas, artes marciais e modalidades de combate em programas de educação física escolar e não escolar, bem como proporcionar conhecimentos aplicados à preparação física e técnico-tática de atletas e a organização e promoção de eventos de modalidades de combate.

Programa

- 1. Lutas, Artes Marciais, Modalidades de Combate, Educação Física e Esporte.
- 2. Significados e objetivos das Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate.
- 3. Histórico e evolução das Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate.
- 4. Princípios operacionais e classificação das Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate.
- 5. Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate: questões éticas.
- 6. Processo ensino-aprendizagem de habilidades motoras típicas das Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate.
- 7. Demanda fisiológica das Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate e sua adequação a programas de condicionamento físico.
- 8. Modalidades de Combate: preparação física do atleta.
- 9. Modalidades de Combate: preparação técnico-tática.
- 10. Modalidades de Combate: organização e promoção de eventos.

Avaliação

Método:

02 (duas) provas escritase 1 prova prática

Aulas teóricas, práticas, leituras selecionadas e trabalhos.

Norma de Recuperação: prova escrita

Bibliografia Básica

OLIVIER, J.C. *Das brigas aos jogos com regras*: enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DEL'VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de educação física. In: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar (Org.). *Formação profissional em Educação Física*: estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006, v. 1, p. 99-108.

FRANCHINI, E. Bases para a detecção e promoção de talentos na modalidade judô. In: INDESP / Ministério do Esporte e Turismo. (Org.). I Prêmio INDESP de Literatura Esportiva. Brasília: INDESP - Imprensa Oficial, 1999. p. 15-104.

Bibliografia Complementar

FRANCHINI, E. As modalidades de combate nos Jogos Olímpicos. In: MORAGAS, Miguel de; COSTA, Lamartine Pereira da. (Org.). Universidade e Estudos Olímpicos. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Servei de Publicacions, 2007. p. 716-724. PUCINELI, F.A.; NAKAMOTO, H.O.; DEL VECCHIO, F. B. Luta - Conceituação e Classificação. In: *Anais* do 1º Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Porto Alegre: Editora da URGS, 2005. p. 1128.

Nome da	BASES PEDAGÓGICAS DOS ESPORTES AQUÁTICOS E					
disciplina:	NATAÇÃO					
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	6°	
	60 horas	Prática	45h			

Objetivos

Noções sobre os principais esportes aquáticos com ênfase na natação nos seus aspectos técnicos, administrativos, abrangendo competições, regras, técnica dos nados, manutenção de conjuntos aquáticos, segurança em piscina e todos os demais elementos abrangendo o gerenciamento de atividades aquáticas. Elaboração de programas de atividades aquáticas e no ambiente escolar. Processo ensino-aprendizagem dos quatro nados.

Método

- (a) duas provas escritas e uma prática com conteúdos específicos;
- (b) apresentação de seminário sobre tema específico.

Norma de Recuperação: Prova escrita

Bibliografia Básica

COLWIN, C.M. Nadando para o século XXI. São Paulo: Manole, 2000.

MAKARENKO, L.P. Natação. Porto Alegre, Artmed, 2001.

MANSOLDO, A.C. A iniciação dos 4 nados. 1. Ed. São Paulo: Manole, 1996.

Bibliografia Complementar

LIMA, E. L. A prática da natação para bebês. São Paulo: Fontoura, 2004.

LIMA, W. de. Treinamento em academia. 1. Ed. São Paulo: Ícone, 1996.

TURCHIARI, A.C. Pré-escola de natação. 1. ed. São Paulo: Ícone, 1996.

CATEAU, R.; GAROFF, G. O ensino da natação. São Paulo: Manole, 1990.

PAULO, M.N. Ginástica Aquática. São Paulo: Sprint, 1994.

SIMÕES, Regina Maria Rovigati. *Hidroginástica*: propostas de exercícios para idosos. São Paulo: Phorte: 2007.

PEREIRA, Maurício Duran. *Aprendendo a nadar em ludicidade*. São Paulo: Phorte, 2005.

PALMER, L. Mervyn. *A ciência do ensino da natação*. São Paulo: Manole, 1990. MAGLISCHO, E. W. *Nadar mas rápido*. Espanha: Editorial Hispano Europea, 1988.

SÉTIMO PERÍODO

Nome da	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO							
disciplina:	ENSINO FUNDA	ENSINO FUNDAMENTAL (6° ao 9° ANO)						
Natureza	Carga Horária	Teórica	30h	Créditos	Período			
Obrigatória	Total:			8	7°			
	120 horas	Prática	90h					

Estágio como práxis na educação física desenvolvida no Ensino Fundamental (6° ao 9° ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

ROMÃO, J.E. *Avaliação dialógica*: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, 2002

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor*: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Editora Phorte, 2005.

WEINECK, J. Atividade física e esporte: para que? São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso. *Um método para o ensino fundamental*: o projeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. *O ensino de jogos esportivos*. Porto: Universidade do Porto. 1994.

ALONSO, Mirtes (org.) *O trabalho docente*: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. PACHECO, J.A. *Currículo*: Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora, 2001.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2002. PADILHA, P.R. *Planejamento dialógico*: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez. 2002.

PAPAGLIA, D.E.; OLDS, S.W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S.G. *O estágio na formação de professores*: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) *Didática e práticas de ensino*: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Nome da	PESQUISA EM EDUCAÇAO FISICA ESCOLAR I						
disciplina:		(PROJETO TCC)					
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período		
Obrigatória	Total:			4	7°		
	60 horas	Prática	15h				

Objetivos

Oferecer ao aluno o instrumental teórico-conceitual sobre a evolução do método científico. Discutir o papel da história da ciência no desenvolvimento do conhecimento.

Discutir obras clássicas da ciência, com ênfase nas consequências para o entendimento do movimento do corpo humano e da atividade física.

Discutir pesquisa científica no âmbito da Educação Física e do Esporte

Apresentar diferentes métodos de pesquisa aplicados à Educação Física e ao Esporte Capacitar o aluno para o trabalho em equipes multidisciplinares;

Refletir de forma crítica sobre o conhecimento produzido e suas implicações para a elaboração de programas de atividade física.

Orientar os alunos para a elaboração de trabalho científico com fins de realização de monografia na área de Educação Física.

Ao final do desenvolvimento do programa da Disciplina espera-se que o aluno seja capaz de:

- a) Dominar os princípios básicos para elaboração do trabalho científico;
- b) Identificar as possibilidades de investigação científica na área de Educação Física;
- c) Apresentar um projeto de monografia elaborado individualmente, tendo como base um tema específico da Educação Física;

Programa Resumido

Corresponde a primeira fase do desenvolvimento, por parte do aluno, de trabalho final do Curso de Licenciatura em Educação Física. Através dela, o aluno, orientado por um docente, deverá definir um tema de determinada área específica da Educação Física, e iniciará a elaboração de um trabalho de TCC sobre esse tema, que deverá ser desenvolvido e completado no decorrer das atividades previstas na disciplina Pesquisa Em Educação Física Escolar II (Projeto TCC).

Avaliação

Método: a) aulas: apresentação de temas e discussões relacionadas com o conteúdo programático; e b) trabalhos individuais.

Critério

- a) Projeto de monografía peso = 8
- b) Apresentação de trabalho peso = 2

Aplicar-se ao as regras de TCC da Universidade Federal do Tocantins

Norma de Recuperação: Não obtendo aprovação no período correspondente ao semestre letivo, até uma semana antes da data máxima de retificação de matrícula, o aluno deverá participar das atividades previstas e orientadas pelo professor responsável pelo desenvolvimento da Disciplina.

Bibliografia Básica

GREENHALGH, T. *Como ler artigos científicos*. Fundamentos da medicina baseada em evidenciais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FILHO, I. A monografia na universidade. Campinas: Papirus Editora, 1995.

TANI, G. Vivências práticas no curso de graduação em Educação Física: necessidade, luxo ou perda de tempo? *Caderno Documentos*, no. 2, 1-22, 1996.

Bibliografia Complementar

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*: elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.

KUHN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. A nova aliança. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BASTOS, L. R., PAIXÃO, L., FERNANDES, L. M. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BUNGE, M. Ciência e desenvolvimento. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

HEGENBERG, L. *Explicações científicas*: Introdução à filosofia da ciência. São Paulo:

Editora da Universidade de São Paulo, Editora Pedagógica Universitária, 1973.

KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MANOEL, E. de J. (1996). *Comportamento motor e educação física*: as duas faces de Jano. Motriz, v.2, 43-48.

PASSOS, S. (org.). Educação física na universidade. Brasília, Editora da UnB, 1988.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

TANI, G. A formação do professor de educação física e a pesquisa. *Revista Corpo & Movimento*, 3, 28, 1984.

Nome da disciplina:	LI	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais						
Natureza	Carga Horária Teórica 30h Créditos Período							
Obrigatória	Total:			4	7°			
	60 horas	Prática	30h					

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica

ARANTES, V.A. (org); SOUZA, R.M.; SILVESTRE, N. *Educação de surdos*. São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos.

FERNANDES, Eulália (org.). *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005. SKILIAR, Carlos (org.). *A surdez*: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 19 abril 2011.

CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.

GÖES, M.C.R. *Linguagem, Surdez e Educação*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de Surdos*: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

Nome da disciplina:	BASES PEDAGÓGICAS DO BASQUETEBOL					
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	7°	
	60 horas	Prática	45h			

Objetivos

Introdução às bases pedagógicas do Basquetebol enfatizando a história, a evolução e A organização do basquetebol no mundo bem como sua perspectiva organizacional dentro da escola. O profissional deverá adquirir noções básicas de sistemas táticos (ataque e defesa) necessários para o processo ensino-aprendizagem do escolar.

Bibliografia Básica

COUTINHO, N.F. *Basquetebol na escola*: da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

CARVALHO, Walter. *Basquetebol*: sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

FIBA-CBB. Regras Oficiais do Basquetebol. São Paulo: Sprint, 2006.

Bibliografia complementar

AMERICAN ESPORT EDUCATION PROGRAM. Ensinando basquetebol para jovens. São Paulo: Manole, 2000.

FERREIREA, Aluísio Elias Xavier. *Basquetebol*: técnicas e táticas. 2003 Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacional-Educação Física*. Brasília, 2001.

DAIUTO, M. Basquete: metodologia do ensino. São Paulo: Hemus, 1991.

FERREIRA Aluisio; DE ROSE, Dante. *Basquetebol, técnicas e táticas*: uma abordagem metodológica. São Paulo: EPU, 1987.

OITAVO PERÍODO

Nome da	PESQUISA EM EDUÇÃO FÍSICA ESCOLAR II								
disciplina:		(CONCLUSÃO TCC)							
Natureza	Carga Horária	Carga Horária Teórica 15h Créditos Período							
Obrigatória	Total:								
_	60 horas	Prática	45h						

Objetivos: Caracteriza o desfecho do Curso de Licenciatura em Educação Física. Desenvolve-se através da complementação do trabalho de TCC sobre determinado tema definido em **PESQUISA EM EDUÇÃO FÍSICA ESCOLAR I (TCC)**, com a utilização dos conhecimentos adquiridos em todo o decorrer do Curso, e sob a orientação de um de seus docentes. Compreende também a apresentação da monografia, por três docentes que julgarão o mérito do trabalho.

Avaliação

Método

Reuniões formais com o orientador da área de pesquisa escolhida e com o professor da disciplina, caso haja necessidade, além de trabalhos individuais.

Critério

Entrega do projeto TCC provisório para análise e julgamento da comissão de avaliação* (a monografia definitiva deverá incorporar as correções solicitadas pela comissão) * A Comissão será composta por três membros sendo um deles necessariamente o

Professor Orientador.

Norma de Recuperação

Não oferecerá segunda avaliação.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos I:* novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos II:* outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 160p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22.ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

REA, Louis M. *Metodologia de pesquisa*: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

LAVILLE, Chistian. *A Construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

VIANA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação*: a observação. Brasília: Plano Editora,2003.

TOCANTINS. Universidade Federal do Tocantins. *Regimento do TCC*. Miracema: *Campus* de Miracema, 2006. (publicação interna).

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E MEIO AMBIENTE					
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período	
Obrigatória	Total:			4	7	
	60 horas	Prática	45h			

Objetivos

Promoção de Atividades físicas ligadas a Ecologia e meios ecológicos; Proporcionar atividades físicas de escolares em contato com a natureza, utilizando os meios urbanos e naturais para prática de esporte.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física* / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC / SEF, 1998.

DIECKERT, J.; Kurz, D.; Brodtmann, D. *Elementos e Princípios da Educação Física: uma antologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

DIAS, Genebaldo Freire. *Iniciação à temática ambiental*. São Paulo: Gaia, 2002.

Bibliografia complementar

SHIGUNOV, V. A influência dos espaços físicos e materiais esportivos das escolas públicas no desempenho do professor de educação física. In: *Anais* do X COMBRACE, Goiânia, v. I, p. 679-686, 1997.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONZÁLEZ MUÑHOZ, M. C. Principalestendencias y modelos de La Educación

Ambiental enel sistema escolar. Revista Iberoamericana de Educación. Espanha, OEI, n. 11,

1999.

TAVARES, F. J. P. *A Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores de Educação Física*. Rio Grande: 2002. 197 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em Educação Ambiental) - FURG.

VAGO, T. M. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. Campinas, *Cadernos CEDES*, vol.19, n.48, aug., p.31-50, 1999.

Nome da disciplina:	ESTÁGIO SUI	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO							
Natureza	Carga Horária								
Obrigatória	Total:	Total: 8 8°							
	120 horas	Prática	90h						

Objetivos:

Estágio como práxis na educação física desenvolvida no ensino médio. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino médio, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

KUENZER, A. Z. *Ensino médio*: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, S.G. *O estágio na formação de professores*: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

Bibliografia Complementar

DARIDO, S. C; GALVÃO, Z.; FERREIRA, L. A.; FIORIN, G. Educação Física no ensino médio: reflexões e ações. *Motriz*, Rio Claro, v. 5, 138- 145, n.2, 1999.

ZAIM DE MELO, R. Educação física e o novo ensino médio. *Dissertação* (Mestrado) – Escola de Educação Física e Esporte da USP, 2003.

BETTI, M Ensino de primeiro e segundo graus. Educação Física para que? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.13, n. 2, 282-7, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros em ação: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2001.

DAÓLIO, J. A importância da Educação Física para o estudante que trabalha - uma abordagem psicológica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.8, n.1, 134-9, 1986.

CORREIA, W.R. Planejamento participativo e o ensino de educação física no 20 grau. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, supl.2, 43-8, 1996.

_____. A Educação Física no ensino médio: discutindo a questão dos saberes escolares. 1999. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

OPTATIVAS

Nome da	EDUCAÇÃO E	QUALIDAD	DE DE	VIDA PARA	OS
disciplina:	ESCOLARES				
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período
OPTATIVA	Total:			4	-
	60 horas	Prática	15h		

Ementa: Fatores de crescimento e desenvolvimento para qualidade de vida de crianças e adolescentes. Alimentação, atividade física e qualidade de vida. Atividade física e saúde na infância e adolescência para promoção da qualidade de vida. Aspectos conceituais e metodológicos para medidas de qualidade de vida para crianças.

Programa:

- crescimento e desenvolvimento para qualidade de vida (QV) de crianças e adolescentes;
- Alimentação, atividade física e qualidade de vida (QV);
- Relação entre QV, atividade física e saúde;
- Questionário QV para adulto (WHOQOL);
- Questionário QV para crianças e adolescentes (AUQEI);
- Medidas de qualidade de vida para crianças;
- Aspectos metodológicos para avaliação da qualidade de vida.

Avaliação:

Método: Será realizada por meio de vários instrumentos, como, por exemplo, participação em debates no decorrer das aulas; apresentação em grupo de trabalhos escritos e apresentados por meio de seminários; apresentação de trabalhos individuais e avaliação escrita dos conteúdos abordados em sala de aula.

Critério: Prova escrita, trabalhos escritos, artigo com pesquisa de campo.

Bibliografia Básica:

MARCONDES, E. et al. Pediatria Básica. Tomo I, 9.ed. São Paulo: Sarvier, 2003.

ASSUMPÇÃO, F. B. et al. Escala de avaliação de qualidade de vida: Validade e confiabilidade de uma escala para qualidade de vida em crianças de 4 a 12 anos. **Arq. Neuro-Psiquiatria.** v.58 n.1 São Paulo Mar. 2000.

ASSUMPÇÃO, L.O.T.; MORAIS, P.P.; FONTOURA, H. Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?q=Rela%C3%A7%C3%A3o+atividade+f%C3%AD Sica%2C+as%C3%BAde+e+qualidade+de+vida.&hl=ptBR&btnG=Pesquisar&Lr

Bibliografia Complementar:

ABREU, N.P.; SCHOR, N. Atividade Física e Saúde. In: **Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar UNIFESP** – Escola Paulista de Medicina – Qualidade de Vida. São Paulo, Editora Manole, 2006.

BELASCO, A.G.S.; SESSO, R.C.C. Qualidade de Vida: Princípios, Focos de Estudo, Intervenções. In: **Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar UNIFESP** - Escola Paulista de Medicina — Qualidade de Vida. São Paulo, Editora Manole, 2006.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes

pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, n. 1, v. 1, p. 73-81, 2002.

GASPAR, T. et al. Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, nº 2, v. 2, p. 1-10, 2006.

PREBIANCHI, H.B. Medidas de qualidade de vida para crianças: aspectos conceituais e metodológicos. **Psicologia: Teoria e Prática**, nº 5, v. 1, p. 57-69, 2003.

RODRIGUES, Y.T., RODRIGUES, P.P.B. **Semiologia pediátrica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Nome da disciplina:	SAÚDE VOCAL DO DOCENTE							
Natureza	Carga Horária Teórica 60h Créditos Período							
OPTATIVA	Total: 4 0							
	60 horas	Prática	00					

Objetivos

Assimilação de aspectos teórico-práticos dos mecanismos de Respiração, Articulação e Voz, bem como de Saúde e Higiene Vocal, Psicodinâmica Vocal e uso da voz nas diferentes realidades da sala de aula.

Bibliografia Básica

BEHLAU, M.; DRAGONE, M.L.S.; NAGANO, L. *A voz que ensina*: o professor e a comunicacao oral em Sala de Aula. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 2004.

BEUTTENMULLER, G.; LAPORT, N. *Expressão Vocal e Expressão Corporal*. Rio de janeiro: Enelivros, 1992.

SILVA, Marta A de Andrade; FERREIRA, Leslie P. *Saúde vocal*: práticas fonoaudiológicas. Sao Paulo: Roca, 2006.

Bibliografia Complementar

BOONE, Daniel R. *A voz e a terapia vocal*. Sao Paulo: Artmed, 2006, Porto Alegre: ArtesMedicas Editora, 1996.

FERREIRA, L. *Trabalhando a voz*: novos enfoques em fonoaudiologia. São Paulo: Summus, 1988.

FREEMAN, Margaret; FAWCUS, Margaret. *Distúrbios da voz e seu tratamento*. 3. ed. São Paulo: Santos, 2004.

GRENNE, M.C.L. Distúrbios da Voz. São Paulo: Manole, 1989.

Nome da	EDUCAÇÃO FISICA E LUDICIDADE						
disciplina:							
Natureza	Carga Horária	Teórica	15h	Créditos	Período		
OPTATIVA	Total:			4	-		
	60 horas	Prática	45h				

Estudo e vivência das ludicidades e do fenômeno lúdico nas atividades motoras a partir de uma visão histórica. Significado do Lazer na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica

AWAD, Hani. *Brinque, jogue, cante e encante com a recreação*. Jundiaí-SP: Fontoura, 2004. BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). *Representações do lúdico*: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas-SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção fazer/lazer).

Bibliografia complementar

CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens*: a máscara e a vertigem. Lisboa-Portugal: Cotovia, 1990. ALMEIDA, Paulo Nunes. *Dinâmica Lúdica*: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1974.

Nome da	CULTURA POPULAR E MOVIMENTO						
disciplina:							
Natureza	Carga Horária Teórica 15h Créditos Período						
OPTATIVA	Total:	Total: 4 -					
	60 horas	Prática	45h				

Cultura brasileira e identidade popular. Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Cultura política, cotidiano e ação política

PARKER, S. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Bibliografia Básica

NEIRA, Marcos G. *Pedagogia da Cultura Corporal*. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008. ARANTES, Antonio Augusto. *O que é Cultura Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Coleção Primeiros Passos.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 5. ed. Sao Paulo: Cortez, 1990.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AYALA, M.; AYALA, M. I. N. *Cultura popular no Brasil*: perspectiva de analise. São Paulo: Atica, 1987.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KUPER, Adam. *Cultura*: a visão dos antropólogos. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ORTIZ, Renato. Românticos e Folcloristas: cultura popular. São Paulo: Olho d'Agua, 1992. VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964).

Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

BRANDAO, Carlos. O que é Folclore. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.

8.4. Metodologia

A formação do professor de educação física tem como princípio básico atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Desta forma, o Curso de Educação Física na modalidade PARFOR visa a formação humana e a qualificação de profissional, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

Desta forma, a ação desenvolvida no método do processo de ensino articular-se-á com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação unilateral do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade.

As atividades de Ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teóricometodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão: as disciplinas, grupos de estudos, seminários temáticos, mantendo relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas, alicerçada numa tecnologia inovadora que leve à formação de um profissional humano, ético e competente.

O curso de Educação Física na modalidade PARFOR assumirá interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as

metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

As atividades de pesquisa e extensão, entendidas como funções essenciais ao processo de aprendizagem, envolvem o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino com a Pesquisa e a Extensão de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Possibilita comunicação permanente com a comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Compreendemos que o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão deve priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional visando prioritariamente o desenvolvimento da Amazônia.

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional.

9. Concepção e Organização de Núcleos de Estudos e Núcleo Docente Estruturante

São apresentadas a seguir informações referentes a organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Física do *Campus* Universitário de Miracema, bem como a concepção e organização dos núcleos de estudos.

9.1. Núcleos de formação

O Curso PARFOR de Educação Física do *Campus* de Miracema da Universidade Federal do Tocantins está organizado em três núcleos de formação:

- a) **Núcleo de formação Específica:** O Núcleo de Formação Específica abrange todos os conhecimentos das disciplinas técnicas sejam elas de formação esportiva ou de formação teórica básica cujos conteúdos são de natureza biológica ou humanista;
- **b) Núcleo de formação Pedagógica:** O Núcleo de Formação Pedagógica abrange aquelas disciplinas que darão sustentação didático-pedagógica-metodológica aos estudantes podendo ser teóricas, práticas ou mistas;
- c) Núcleo de Formação Acadêmico-Científico Cultural (ACC): O Núcleo de Formação Acadêmico-Científico-Cultural abrange toda forma de enriquecimento curricular podendo ser integralizado por meio de matrícula em disciplinas optativas e/ou facultativas, participação em eventos esportivos e culturais, desenvolvimento de projetos de extensão, participação em congressos, simpósios encontros científicos, dentre outras atividades, desde que sejam previstas e regulamentadas no projeto pedagógico e/ou aprovadas pelo Colegiado do Curso PARFOR de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO ACC

DIMENSÕES DO NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES	CRE	С.Н.
a) Dimensão de Aprofundamento	Optativa I	4	60
	Optativa II	4	60
Curricular			
	Optativa III	4	60
b) Dimensão de Atividades			
	Atividades Complementares	14	210
Complementares			
Total de Créditos/Horas do Núcleo		26	390

Conceituação dos componentes curriculares do Núcleo ACC

1) **Componentes curriculares optativos:** por definição, são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de

- ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.
- 2) **Atividades complementares**: por definição, trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do *Campus*.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS QUE COMPOEM OS TRÊS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO

DISCIPLINA	NÚCLEO DE FORMAÇÃO
Leitura e Produção de Texto	Formação pedagógica
Introdução ao Pensamento Científico	Formação pedagógica
Fundamentos Filosóficos da Educação Física	Formação pedagógica
Anatomia Geral	Formação específica
Bases Pedagógicas do Atletismo	Formação específica
Psicologia do Desenvolvimento	Formação pedagógica
Atividades Complementares 1	Formação A.C.C
Ética e Educação Física	Formação pedagógica
Fundamentos Didáticos da Educação	Formação pedagógica
História da Educação Física no Brasil	Formação pedagógica
Higiene e Socorros de Urgência	Formação específica
Políticas Públicas em Educação	Formação pedagógica
Profissão Docente	Formação pedagógica

Atividades Complementares 2	Formação A.C.C
Fisiologia Humana	Formação específica
Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física	Formação pedagógica
Fundamentos de Ginástica	Formação específica
Aprendizagem Motora	Formação pedagógica
Psicologia da Aprendizagem	Formação específica
Optativa I	Formação A.C.C
Atividades Complementares 3	Formação A.C.C
Optativa II	Formação A.C.C
Bases Pedagógicas dos esportes aquáticos e natação	Formação específica
Fisiologia do Exercício	Formação específica
Histologia geral	Formação específica
Jogos Recreativos e Lazer	Formação específica
Medidas e Avaliação na Educação Física	Formação específica
Atividades Complementares 4	Formação A.C.C
Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas	Formação específica
Educação Física Escolar para grupos especiais	Formação pedagógica
Estágio em Educação Física Escolar aplicado a Educação	
Infantil	Formação pedagógica
Bases Pedagógicas dos esportes coletivos (Handebol e	
Voleibol)	Formação específica
Optativa III	Formação A.C.C
Atividades Complementares 5	Formação A.C.C

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino	
Fundamental (1° ao 5° ano)	Formação pedagógica
Lutas	Formação específica
Atividades Complementares 6	Formação A.C.C
Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal	Formação específica
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino	
Fundamental (6° ao 9° ano)	Formação pedagógica
Pesquisa em Educação Física Escolar I(Projeto TCC)	Formação específica
Bases pedagógicas dos esportes aquáticos e natação	Formação específica
Bases pedagógicas do Basquetebol	Formação específica
Atividades Complementares 7	Formação A.C.C
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino	
Médio	Formação pedagógica
Pesquisa em Educação Física Escolar II(Conclusão TCC)	Formação específica
Educação Física e meio ambiente	Formação específica
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Formação específica
LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais	Formação específica
Atividades Complementares 8	Formação A.C.C

9.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE-Resolução CONAES Nº01/2010)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física é organizado de acordo com o parecer nº4 de 17 de junho de 2010, através da Resolução CONAES Nº01/2010, formado por um grupo de 6 (seis) docentes, onde deverão fazer o acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE é composto pelos seguintes docentes:

- Karina do Valle Marques, Doutora em Ciências com graduação em Licenciatura em Educação Física;
- Adriana Garcia Gonçalves Doutora em Educação com graduação em Pedagogia e Fisioterapia;
- Kalina Lígia A. Brito Andrade, Mestre em Engenharia Química com graduação em Engenharia de Materiais;
- Layanna Giordana Bernardo Lima, Mestre em Ciências do Ambiente com graduação em Pedagogia;
- Vânia Maria de Araújo Passos, Doutora em Educação com graduação em Pedagogia;
- Juciley Silva Evangelista Freire, Doutora em Educação com graduação em Pedagogia.

10. Atividades acadêmicas articuladas à formação

10.1. Estágio supervisionado e prática profissional

Será obrigatório o estágio curricular supervisionado. Para o Curso de Licenciatura em Educação Física, Graduação Plena, a carga horária mínima é de 400 horas e deve favorecer a inserção do aluno no contexto profissional e estar distribuído ao longo do curso conforme resolução 01/99 CES/CNE e Parecer 27/2001 CNE/CP.

10.2. Articulações acadêmicas nos estágios supervisionados em Educação Física

As atividades dos estágios remeterão continuamente os professores-alunos a aprendizagens significativas, integrando o novo conhecimento pedagógico às suas práticas e experiências. O fato de os alunos estarem em exercício docente permite que a formação seja orientada por situações equivalentes de ensino e aprendizagem relacionando teoria e prática. Nesta perspectiva, o processo formativo dos professores implica numa ênfase no componente reflexivo, a partir da prática em que se reconhece a riqueza da experiência vivenciada iluminada por um conjunto de saberes próprios do fazer pedagógico.

O repensar sobre sua própria prática, a compreensão histórica das múltiplas dimensões dos processos de formação humana e a produção do saber da área de conhecimento deverão nortear o processo formativo do PARFOR. Isto inclui a reflexão, o pensamento, a crítica, a criação, o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação do trabalho pedagógico, dos sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros contextos educativos. Daí, a

necessidade e a importância de se trabalhar para a constituição da autonomia do professor, compreendida como o desenvolvimento da consciência crítica e a capacidade individual e coletiva de assumir a docência com lucidez e responsabilidade ética e política, para o que é imprescindível a formação teórica, rigorosa e crítica.

I. Subsídios para as dimensões da Prática como 'componente curricular'

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é justamente sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

Em relação à prática de ensino, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em seu Art. 13, explicita que "em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar". Aponta, ainda:

- § 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.
- § 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, a 'prática' como 'componente curricular' deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica,

que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que:

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderam ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

- a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.
- b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de 'coordenação da dimensão prática'. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a

articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode "vir" até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.

c) nas atividades de estágio curricular.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser previstas ações interdisciplinares elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

II. As dimensões do estágio supervisionado

Um dos grandes desafios no desenho de uma proposta de formação de professores em exercício é o cuidado com a interação entre o conhecimento e experiência do sujeito da formação e as fundamentações-teórico-filosófico-políticas relativas à construção do real que precisa ser problematizado e reconstruído.

O estágio caracteriza-se como um trabalho consciente cujas atividades se nutrem da correlação teoria e prática, entendida como um movimento contínuo entre o saber e fazer. Um movimento que partindo da realidade é atravessado pela teoria; a prática não é uma cópia da teoria, nem a teoria um reflexo da prática. Teoria e prática buscam significar, conceituar e com isto trabalhar o campo e o sentido da educação na realidade presente.

Com esse entendimento, o estágio supervisionado estará articulado às atividades do trabalho acadêmico, formando a identidade do professor como educador. Será compreendido como uma ação de orientação, intervenção e acompanhamento do professor-aluno, sob a responsabilidade de professores que comporão o estágio.

Desta forma, os princípios do curso juntamente com o estágio se revestem das seguintes características:

- ser espaço de formação inicial e continuada, onde os conhecimentos da prática serão refletidos, garantindo novas formas de vinculação teoria e prática;
- focar a formação do professor como um pesquisador da sua ação docente, do trabalho coletivo e das proposições curriculares comprometidas com uma educação democrática;
- ter o trabalho pedagógico como objeto de reflexão das temáticas curriculares, expandindo percepções através de aprofundamentos culturais e educacionais;
- privilegiar a perspectiva interdisciplinar, a construção da autonomia intelectual e profissional e a visão da interdependência do trabalho pedagógico coletivo.

10.2.1. Objetivos do Estágio

O objetivo principal do estágio é buscar uma maior integração entre a formação acadêmica e a formação em serviço, ou seja, entre a teoria e a prática pedagógica dos professores-estudantes. As ações desenvolvidas deverão propiciar situações em que se poderá dialogar, ouvir, discutir, aproveitar críticas, agir, onde ação/reflexão/ação possam ocorrer de forma contínua e interdisciplinar. Nesse sentido, o estágio deverá:

- propiciar a reflexão sobre o fazer pedagógico a partir do conhecimento dos fundamentos básicos da área e específicos curriculares;
- desenvolver conhecimentos e pensamento investigativo que possibilitem a
 formulação de questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no
 cotidiano pedagógico numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e
 colaborativa;
- propiciar a construção de múltiplas linguagens na perspectiva da ampliação dos horizontes culturais do estudante;
- propiciar condições para um pensar autônomo multi-referenciado para uma compreensão do trabalho pedagógico como ação coletiva, ética e democrática;
- promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico-prática e pela sistematização dos saberes docentes, articulando ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica;
- saber trabalhar com as diferenças e com as necessidades especiais, visando à inclusão social:
- trabalhar as questões de avaliação como um processo de autoformação.

10.2.2. Das atividades de estágio: produção acadêmica e avaliação.

Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001 (p.10), o estágio curricular supervisionado dos cursos de licenciatura deve ter duração não inferior a 400 horas. Todavia, segundo o mesmo documento (p. 13), para os estudantes em efetivo exercício regular da atividade docente na Educação Básica, o estágio curricular supervisionado pode ser reduzido, no máximo, em até 200 horas. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. (Lei Nº 11.788/2008, Art. 1º, §1º). O estagio supervisionado do PARFOR de Educação Física da UFT baseia-se também no parecer CNE/CP 27/2001 de 02/10/2001 pertinente ao estágio supervisionado e Resolução nº 7, de 31 de Março de 2004 publicada no DOU em 05/04/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

O estagio supervisionado será intermediado por um supervisor para que através dele que o aluno supere as deficiências e as inseguranças que ainda o acompanham. O supervisor do estagio será o responsável por desenvolver as atividades diárias com o objetivo de cumprir com as atividades pré-estabelecidas pela coordenação do Curso de Educação física e pelo Coordenador de cada disciplina. O supervisor obrigatoriamente deverá ser um profissional graduado em Educação Física e ser devidamente cadastrado na Coordenação do curso de Educação Física. O orientador de cada aluno das disciplinas do Estágio Supervisionado é um professor, com experiência na pesquisa científica, ligado ao curso PARFOR de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins. Só faz sentido o estágio com a orientação de profissional competente e experiente. Caso o orientador do estagio, por qualquer motivo, se desligar da UFT, a Coordenação do Estágio Supervisionado, deverá indicar outro orientador.

São considerados campos de estágio as Escolas de Ensino Básico públicas/privadas no estado do Tocantins que desenvolvam atividades de Educação Física escolares que disponham de professores formados em educação física de nível superior interessados na área objeto do estágio, para fins de supervisão. As áreas e locais para o estágio não são de livre escolha do aluno, mas obrigatoriamente definidos pela coordenação para aprovação. Todos os locais selecionados deverão estar conveniados com a UFT, bem como os respectivos supervisores indicados pela instituição.

Na programação de atividades de estágio deverá constar que todas as atividades se desenvolverão sob a constante orientação de um profissional responsável, sendo as atividades previstas adequadas aos objetivos do estágio e que não caracterizem exercício ilegal da profissão de Educação Física (art. 47 da Lei das Contravenções Penais).

O acadêmico deverá seguir a seguinte programação em três níveis:

Nível 1

- a) Observar aulas de Educação Física no Ensino Básico.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação física escolar.
- c) A observação deve incluir, inicialmente, conhecimento do projeto pedagógico da Instituição, o planejamento do professor, a identificação dos objetivos e o conteúdo proposto para atingi-los, bem como as instalações, equipamentos e materiais disponíveis.

Nível 2

- a) Entendimento e interpretação do projeto pedagógico.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação física escolar.
- c) Acompanhar o desenvolvimento das aulas e executar atividades auxiliares para o Professor Responsável. Iniciar relacionamento com grupos de alunos.

Nível 3

- a) Ministrar sequências de aulas sob a orientação e supervisão constante do Professor Responsável.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação física escolar.
- c) Conhecendo o projeto pedagógico, o planejamento e o programa, sob a orientação e supervisão constante do Professor Responsável, desenvolver sequencias de aulas. Participar, ainda, da organização e desenvolvimento de atividades internas e externas da Instituição, sob a supervisão do Profissional Responsável.

Os estudantes que não apresentarem comprovação de regência no nível compatível com a etapa do estágio curricular não obterão a dispensa prevista na referida Resolução.

No caso dos cursos do âmbito do PARFOR, os estudantes estão em sua grande maioria em efetivo exercício docente na Educação Básica. Desta forma, as atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser efetivadas, preferencialmente, na própria escola em que o professor-estudante atua, por meio de docência compartilhada tanto com os professores das escola-campo quanto com os próprios colegas professores-estudantes. Deverá ser priorizada a atuação com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do(a) professor(a)-estudante, sempre que for possível. O estudante que porventura não estiver vinculado a uma escola pública estadual ou municipal ou atuando como professor regente deverá cumprir a

carga horária completa prevista para o estágio curricular em escola do próprio município, preferencialmente onde houver professores-estudantes do PARFOR.

Os estudantes, que exercem atividade docente regular na educação básica, poderão solicitar a dispensa de, no máximo, 195 (cento e sessenta e cinco) horas da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado, equivalentes a 13 (treze) créditos, desde que requeiram à Coordenação do curso PARFOR, mediante preenchimento do "Requerimento de Dispensa de Carga horária de Estágio" (anexo VI) e de apresentação de documento comprobatório das atividades de docência na Educação Básica desempenhadas emitido pela Escola ou Secretaria Municipal/Estadual. Os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do respectivo *campus*. Após análise da documentação, o Professor de Estágio emitirá parecer explicitando o total de horas a serem dispensadas, no caso de deferimento da solicitação. Para os estudantes que obtiverem a dispensa das 195 horas, as atividades desenvolvidas no curso relativas ao Estágio Supervisionado deverão totalizar a carga-horária de 225h, ou o equivalente a 15 (quinze) créditos, perfazendo o total de 420 horas. Para os professores-estudantes que não apresentarem atividade docente regular, o Estágio Curricular Obrigatório deverá computar 420 horas.

(Para cada disciplina, será confeccionado um guia didático para nortear os estudantes na execução das atividades).

Aspectos Estruturais do Estágio

- Os momentos presenciais e a distância serão sempre realizados sob o acompanhamento do(s) professor(es) responsável(eis) pela disciplina.
- Em função da qualidade do atendimento, a turma de estágio poderá ser dividida seguindo as orientações implementadas para os cursos presenciais, observando-se o agrupamento de estudantes em função da proximidade das localidades de residência dos estudantes.
- Deverá ser observada a carga horária presencial prevista no Projeto Pedagógico do curso e proposta a adequação ao estágio PARFOR. Essa adequação deverá ser enviada ao Coordenador Geral do PARFOR e organizada de forma a ser divulgada aos estudantes no início da 1ª disciplina de estágio.
- Caberá ao Coordenador do curso e ao professor responsável pelo estágio a apresentação da estruturação das atividades do projeto do estágio ao longo do curso, especificando os resultados propostos para cada etapa.

Para a realização do estágio deverão ser previstas estratégias diversas de interação com o estudante recomendando-se que alguns encaminhamentos sejam dados para o uso das tecnologias da informação e comunicação. Recomenda-se, pois que sejam utilizados, na medida do possível, para as orientações à distância:

- 1. Plataforma Moodle com elaboração de diário de bordo como espaço de inserção dos relatos dos estudantes, referentes às experiências de cada um relacionadas ao contexto da disciplina com vista a colaborar com os processos avaliativos;
- 2. Web fólio: espaço para a socialização da orientação dos trabalhos dos estudantes visando auxiliar o acompanhamento coletivo do estágio;
- 3. Fórum: espaço de debates entre estudantes, professor e coordenador no desenvolvimento do estágio ou da sistematização das atividades decorrentes das disciplinas;
- 4. Encontros presenciais intermediários para que os estudantes possam esclarecer as dúvidas em relação aos procedimentos do estágio. A programação de encontros presenciais deverá ser discutida previamente com os estudantes de forma a não causar transtornos junto às escolas da Educação Básica.

Vale ressaltar que os professores de Estágio Supervisionado, nas horas previstas para atividades à distância, deverão adotar os procedimentos aprovados na Resolução Consepe no. 15/2011 para a oferta de disciplinas ou carga-horária parcial à distância.

Detalhamento dos trabalhos de conclusão de curso:

• Memorial do Estágio Curricular.

Este trabalho deverá apresentar o registro das atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular, tais como: relatórios, planos de ensino e pesquisa, depoimento escrito sobre o processo vivenciado pelo estudante focalizando principalmente a ressignificação de sua identidade profissional e incorporando reflexões sobre a prática pedagógica, em uma perspectiva interdisciplinar. Essa produção acadêmica busca a apresentação das vivências pedagógicas dos estudantes e representa uma oportunidade para sistematização de conhecimentos e atividades docentes desenvolvidas durante o processo de formação em exercício. Para realizá-lo, o estudante deve estar ciente que é preciso rever suas influências e sua construção particular das teorias e práticas, alinhavando um fio condutor destas e as reestruturações ocorridas.

• Artigo final

Este trabalho deverá abordar as concepções teóricas e a intervenção docente na escola, evidenciando a compreensão da realidade escolar e as contribuições de todo o processo de investigação para a construção pessoal e coletiva da formação docente. O artigo será individual e apresentado em banca avaliadora composta pelo professor orientador e por dois outros membros com qualificação adequada para o julgamento do trabalho.

Para a realização deste trabalho, o estudante deverá contar com o acompanhamento de professores-orientadores do curso regular, que se disponibilizarão ao desempenho da orientação com vistas à elaboração do artigo.

O Estágio estrutura-se da seguinte forma:

Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil:

- Leitura o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e elaboração de texto descritivo e crítico sobre a apreensão da realidade da escola (em que atua ou em que está realizando o estágio).
- Análise dos desafios e possibilidades da prática pedagógica do ensino da área a partir de diagnóstico da turma em que atua, ou que será observada, em forma de relatório a partir da identificação dos principais problemas, necessidade e potencialidades educacionais da escola/município, das orientações didáticas adotadas pelos professores; dos aspectos motivacionais, análise do livro didático, das mídias e estratégias de ensino e aprendizagem dentre outros aspectos.
- Elaboração de relatório com os dados acima identificados.
- Registro das temáticas prioritárias para a ação docente na área de conhecimento para o
 Ensino na Educação Infantil. Estes dados serão apresentados na introdução da
 disciplina Estágio subsequente. (Estágio Supervisionado em Educação Física no
 Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).
- Este trabalho poderá ser realizado individualmente ou em duplas.

Durante as aulas presenciais, o professor da disciplina deverá orientar os estudantes em relação à(ao):

- apresentação do Projeto de Estágio como um todo, expondo cada uma das etapas a serem vivenciadas pelos estudantes;
- > orientação teórico-metodológica para a realização dos trabalhos de estágio curricular;
- exposição da sistemática de trabalho da disciplina que implica em orientações presenciais, orientações a distância e atividades práticas a serem desenvolvidas pelos estudantes nas escola-campo;
- > seleção das escolas para campo de estágio e formação dos pares para a realização dos trabalhos.
 - O Coordenador do curso e o Professor responsável pelo Estágio Curricular deverão orientar os professores que estiverem atuando no Parfor, a partir do 5º período, que estes deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas durante a oferta da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

- Realização de Seminário para socialização dos dados coletados por meio da disciplina de Estágio e apresentação das temáticas prioritárias estabelecidas para a ação docente na área de conhecimento para o Ensino Fundamental.
- Elaboração do projeto de ensino e pesquisa a partir da problematização das situações vivenciadas. Definição do tema do plano de ensino para intervenção na Educação Básica (1ª fase do Ensino fundamental). A elaboração desse plano de atuação em docência com o acompanhamento do professor do estágio implica preparação teórica, em especial a

- respeito de conhecimentos básicos que permitirão ao aluno desenvolver uma atitude investigativa sobre o cotidiano da sala de aula e da área de conhecimento.
- O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá introduzir os conhecimentos básicos sobre os trabalhos finais do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular.
- Durante o semestre, o estudante deverá executar a proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por meio de aulas na área de conhecimento.
- Cada estudante deverá ministrar, no mínimo, 4(quatro) horas/aulas semanais e observar a
 regência de outros estudantes em 2 (duas) horas/aulas semanais aulas no ensino
 fundamental (1º ao 5º ciclo). Para as aulas observadas, o estudante deverá elaborar roteiro
 avaliativo ou diário de bordo, conforme modelo a ser proposto pelo professor da
 disciplina.
- O estudante deverá, nesse momento, além da execução do plano de docência nos níveis de ensino previstos no curso, aprofundar leituras sobre o tema, sendo orientado para a realização de pesquisas na biblioteca, nos periódicos disponíveis na internet visando à construção de um referencial teórico sobre o tema.
- Os professores orientadores deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo Científico a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6° ao 9° ano):

 Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

- Elaboração do projeto de ensino e pesquisa a partir da problematização das situações vivenciadas. Definição do tema do plano de ensino para intervenção na Educação Básica (2ª fase do Ensino fundamental). A elaboração desse plano de atuação em docência com o acompanhamento do professor do estágio implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos que permitirão ao aluno desenvolver uma atitude investigativa sobre o cotidiano da sala de aula e da área de conhecimento.
- O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá introduzir os conhecimentos básicos sobre os trabalhos finais do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular.
- Durante o semestre, o estudante deverá executar a proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por meio de aulas na área de conhecimento.
- Cada estudante deverá ministrar, no mínimo, 4(quatro) horas/aulas semanais e observar a regência de outros estudantes em 2 (duas) horas/aulas semanais aulas no ensino fundamental (6º ao 9º ciclo). Para as aulas observadas, o estudante deverá elaborar roteiro avaliativo ou diário de bordo, conforme modelo a ser proposto pelo professor da disciplina.
- O estudante deverá, nesse momento, além da execução do plano de docência nos níveis de ensino previstos no curso, aprofundar leituras sobre o tema, sendo orientado para a realização de pesquisas na biblioteca, nos periódicos disponíveis na internet visando à construção de um referencial teórico sobre o tema.
- Os professores orientadores deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo Científico a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio:

- Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado
- Elaboração do plano de ensino e pesquisa para o Ensino Médio.
- Execução da proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por
 meio de aulas na área de conhecimento. No caso de não haver na própria cidade ou cidade
 próxima um colégio/escola com oferta de Ensino Médio, o professor do estágio deverá
 prever a realização de oficinas interdisciplinares na cidade do *campus* universitário.
- Para o ensino médio, o estudante participar das atividades de planejamento da escola para a área de conhecimento e ministrar, no mínimo, 6 (seis) horas/aulas semanais e observar outras 2 (duas) horas/aulas semanais ministradas por professor da escola.
- O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá aprofundar os conhecimentos básicos sobre o trabalho final do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular, com a colaboração dos professores orientadores do estágio.
 - ➤ Observação: Caso esta etapa do estágio corresponda ao TCC, o estudante não poderá ser dispensado da carga horária total prevista para a disciplina. Nesse caso, o Coordenador e o Professor de Estágio deverão analisar a quantidade de horas a ser dispensada nos estágios anteriores. É necessário observar que a carga horária máxima que poderá ser dispensada é de 195 horas, todavia, não necessariamente o estudante precisará ser dispensado desse quantitativo de horas.

Caso a disciplina não contemple o TCC nessa etapa, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado.
- Orientação e finalização dos trabalhos finais do curso: Memorial de Formação e Artigo.
- Organização das bancas para apresentação dos trabalhos, conforme explicitado anteriormente.
- Após a elaboração da redação final do Memorial do Estágio Curricular e do Artigo, o professor da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física no

Ensino Médio entregará com, no mínimo, dez dias úteis, o trabalho para dois docentes e/ou pesquisadores com reconhecida competência na área de abordagem do trabalho, que farão parte da Banca Examinadora. Os professores/pesquisadores componentes da Banca Examinadora deverão ser definidos a partir das prerrogativas definidas no Projeto Pedagógico do respectivo curso.

10.3. Atividades curriculares complementares – ACC

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do educador físico. Trata-se de atividades de livre escolha do acadêmico, que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do *Campus*, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, no caso da modalidade PARFOR, durante as atividades curriculares disciplinares, regulamentado por Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos. (Anexo VII).

As atividades complementares, (acadêmico-científica-cultural) apresentam no mínimo de 210 horas (14 créditos) por meio da participação em eventos de caráter científico e cultural, conforme previstos nos Pareceres CNE-CP 09 e 21-2001, que preconizam: "um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com o processo formativo do professor como um todo". Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situação problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Trata-se de atividades que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do *Campus*, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, no caso da modalidade PARFOR, durante as atividades curriculares disciplinares, regulamentado por Resolução do Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos.

10.4. Interface Pesquisa e Extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como princípio básico atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando à consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa à formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

As atividades de *Ensino* devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teóricometodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Monitoria escolar;
- Monitoria Acadêmica.

Com relação à *Pesquisa*, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

A Extensão, entendida como um das funções básicas da Universidade é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de iniciação Científica;
- Projetos de pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso;
- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- Estudo e produção artístico-cultural;
- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

10.5. Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino: Monitoria, PET

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física de Miracema articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação *omnilateral* do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação Física deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria* (PIM); *Programa Especial de Treinamento/Tutoria* (PET); *Programa de Mobilidade Acadêmica* (PMA); *Programa Prodocência*.

O **PIM**, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmico/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o art. 84 da Lei 9.394/96,

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

O PET é um programa que busca dinamizar e dar suporte ao ensino desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o **PMA** busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras

culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o **Prodocência** (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e consequentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

10.6. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O estágio é considerado um dos componentes do currículo do Curso de formação do licenciado em Educação Física. Sua finalidade é proporcionar a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares. Em sua execução, deverá envolver a observação, o registro, a problematização e a estruturação de um projeto de intervenção, atentando para as três dimensões da docência, a saber, o ensino, a gestão e a produção do conhecimento. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do Curso com práticas educativas escolares e não escolares, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

No Curso de formação, o estagiário, sozinho ou em grupo, poderá diagnosticar a realidade escolar, coletando e acumulando dados qualitativos e quantitativos sobre o exercício da docência (gestão, processo de ensino-aprendizagem e de pesquisa) que deverão ser sistematizados e expressos em forma de relatório. Desta forma, estará se iniciando na

pesquisa, que deverá constituir-se num princípio de sua ação, transformando sua prática e os resultados dela decorrentes também em objeto de responsabilidade pessoal.

A organização do estágio terá como perspectiva teórico-metodológica a pesquisa-ação. A adoção desta perspectiva como processo de produção de conhecimento objetiva satisfazer a necessidade surgida da prática social, que tem o ensino como centro, reconhecido como historicamente determinado e em constante suspeição face às contradições emergentes da própria prática. Justifica-se, em especial, pela desilusão docente resultante da assimilação de ideários e propostas de ensino-aprendizagem distantes de suas experiências e trajetórias de vida e dos problemas específicos da atividade docente.

Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente. E, a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos. Trata-se de um trabalho realizado de forma colaborativa com atuação de co-participantes durante todo o processo de desenvolvimento, que tem como ponto de partida a prática social dos sujeitos envolvidos, cujos resultados voltam a constituir-se em objeto de investigação, constituindo-se em algo processual, que tenciona entre o que é e o que deveria ser, entre realidade e utopia. Tem como perspectiva teórica basilar a concepção do materialismo histórico-dialético.

O Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação Física apresentado pelo *campus* de Miracema prevê a realização do estágio curricular em três etapas, compreendidas em Estágio em Educação Física na Educação Infantil, Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental e Estágio em Educação Física no Ensino Médio.

As atividades relacionadas ao estágio curricular serão desenvolvidas junto a instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio, em associação com as Escolas, especialmente, as Públicas. Sua organização consistirá no desenvolvimento de um projeto junto à disciplina de Projeto de Estágio e deverá culminar na produção de um relatório analítico-descritivo, a ser socializado no espaço acadêmico da disciplina de Estágio, ao final de seu desenvolvimento. As definições de natureza teórica e os aspectos ligados ao desenvolvimento prático deverão ser objeto de discussão interna do Colegiado do Curso, quando da sua composição.

O Regulamento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação Física pode ser consultado no Anexo III deste projeto.

11. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso.

Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas no curso. Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de expressar aprendizagens consolidadas ao longo do curso sobre o papel do professor de Educação Física, sobre os conhecimentos multifacetados dessa prática, produzindo uma monografía, de acordo com a definição de Lakatos (2003, p. 235):

[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos [...].

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em uma monografia, escrita sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso, tais como: relatos de experiências ou relatos descritivos realizados nos estágios supervisionados, estudos teóricos relacionados à Educação Física.

Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes dos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, além de propor referenciais pré-estabelecidos em termos de estudos, conforme temáticas de orientações em Trabalhos de Conclusão de Curso, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso.

12. Avaliação

12.1. Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem com a Concepção do Curso

De acordo com Luckesi (2003) e Vasconcelos (1998), a avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, através de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste de suas estratégias de ensino. Serve também para que o estudante possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, cujos resultados lhe oportunizam analisar e repensar as ações por ele

desempenhadas e o processo pessoal de aprendizagem e formação. Seu caráter é, portanto, formativo e não simplesmente classificatório.

No caso do Curso Licenciatura em Educação Física, a ampliação da concepção de "docência" para os âmbitos do ensino e da produção e difusão do conhecimento (introdução à pesquisa) amplia também as exigências formativas. Estas se objetivam através dos diferentes componentes curriculares. Assim, os objetivos de cada componente disciplinar precisam articular-se com a formação docente, no âmbito do conteúdo programático, ditático-pedagógico e ético-político. Desta forma, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Nesse sentido, também os instrumentos avaliativos devem estar em sintonia com os objetivos gerais do Curso e com as especificidades contributivas de cada componente disciplinar e/ou atividade desenvolvida. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos (1998) recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser "reflexivos", superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações; "abrangentes", contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; "contextualizados" permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda "claros e compatíveis" com os conteúdos trabalhados.

Esses instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo ou outras tarefas. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É esta a finalidade principal da avaliação: constituir-se num meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do

processo de ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2003). Ela não tem, portanto, um fim em si mesmo.

A avaliação do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, *Campus* de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- a perspectiva de formação docente definida no Projeto de Curso;
- a contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;
- a articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sócio-cultural regional;
- as demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- as diferenças individuais dos educandos;
- o movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- a utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- o processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

12.2. Sistema de avaliação do projeto pedagógico

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. A avaliação do Projeto Pedagógico ocorrerá a cada 2 anos, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação dos discentes seguirá o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins.

12.3. ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**, tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso, admitida a utilização de procedimentos amostrais. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A legislação pertinente ao Enade baseia-se na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), na • Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011 (Regulamenta o Enade 2011) e na Portaria Normativa no 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em 29/12/2010).

13. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

13.1. Laboratórios e Instalações

As informações apresentadas referem-se à infra-estrutura existente no *campus* universitário de Miracema e também às projeções de materiais a serem adquiridos pelo *campus* para montagem de laboratórios e desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa.

Destaca-se o fato de que a ausência de quadras poliesportivas, piscinas e pista de atletismo serão compensadas por meio do uso das instalações existentes no município e que pertencem à Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins. Além da estrutura física presente no município de Miracema, também foi realizado convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins - IFTO.

Visando atender às necessidades do *campus*, um acordo de cooperação foi firmado entre o *Campus* Universitário de Miracema do Tocantins e as entidades locais que dispõem da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das aulas práticas dessa licenciatura (Anexo IIb).

13.2. Instalações físicas existentes

O *Campus* Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema *multicampi* da Universidade Estadual do Tocantins.

A Área Física do *Campus* é de 19.305,70 m² e a Área Edificada é de 3.325,89 m², que envolve a administração com 1822,40 m², o bloco I de sala de aulas com 468,44 m² e o bloco II com 468,44 m², o prédio da nova biblioteca com 405,74 m² e a cantina com 160,87 m². Vale destacar que em 15.12.2011a área física doada ao *campus* de Miracema pela Prefeitura Municipal foi escriturada em cartório.

Atualmente o *Campus* possui 10 salas de aulas e 30 salas administrativas.

Salas de aula - O *campus* dispõe de 10 (dez) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliários adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Estas nove salas de aula atualmente estão sendo utilizadas pelos Cursos de Pedagogia e Serviço Social. A redução de duas para uma entrada de alunos do curso de pedagogia via vestibular, permitirá a criação de um novo curso.

Sala de trabalho dos docentes – o *campus* possui 05 (cinco) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

Salas de reunião: Com a nova estruturação, após implantação do curso de Serviço Social, o espaço físico existente foi reorganizado e criadas 02 (duas) salas destinadas às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m2 de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet. **Auditório** – Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível; Porém, seu espaço físico é insuficiente

para o atendimento da demanda de 02 (dois) cursos. Desde 2004 a Comunidade Acadêmica do *Campus* indica como prioridade de ação a necessidade de construção de um Auditório com capacidade para atender as demandas do *Campus*. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, dvd e videocassete.

Sala de Recepção das coordenações de *campus* e de curso – Atualmente esse espaço situa-se na ante-sala (recepção) das coordenações de curso – Pedagogia e Serviço social – e Diretoria.

Sala de Comissão Setorial de Avaliação do *Campus*- O *campus* dispõe de uma sala com 16,62 m² destinada às atividades da Comissão Setorial de Avaliação do *Campus*.

Sala da Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – COPPEX: Sala destinada para programas e projetos da pós-graduação, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, climatizada, contendo móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades do setor.

Secretaria acadêmica – Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos. Não há necessidade de contratação de novos assistentes administrativos com o incremento de um novo curso de graduação, uma vez que com a redução de turno do curso de Pedagogia a tendência é o volume de trabalho se apresentar estável.

Sala da Coordenação administrativa e financeira — Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de 02(dois) administradores e 01 (um) assistente administrativos e um estagiário que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do *campus*. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano — DDH — dando suporte para os demais setores do *campus*. Funciona também nesta sala o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do *campus*.

Reprografia – Após terceirização do serviço de reprografia, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada numa sala adequada ao serviço, com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato. Dispõe de um profissional capacitado, contratado pela empresa.

Copa – Está localizada num espaço de 7,70 m², adequado contendo eletrodomésticos em pleno uso e funciona com pessoal terceirizado.

Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social e DCE: espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários e em pleno funcionamento.

Instalações sanitárias: existem 07 (sete) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de *campus* e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

É necessária uma reforma do espaço físico para adequá-los ao acesso às pessoas com necessidades especiais, como rampas e elevadores, principalmente no prédio administrativo que apresenta piso superior.

14. Das adaptações necessárias ao funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física

O funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física, na modalidade PARFOR, será no período diurno, matutino e vespertino, durante o período de recesso do *campus*. Desta forma, não implicará em problemas de espaço físico de sala de aula.

Laboratórios

• Laboratório de informática

Conta com 48m² o espaço físico e está adequado à demanda para a criação de um novo curso de graduação. Atualmente, dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede, atendendo alunos nos três turnos. Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da

UFT e em específico do *Campus* de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do *Campus*, os seguintes serviços são realizados:

- Formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux
- Orientação para servidores e acadêmicos
- Serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema, voltado para inclusão digital
- Serviço de *help* aos setores do *Campus*

Quadro de Equipamentos de Informática disponíveis no Campus

SETOR DO CAMPUS	COMPUTADORES	IMPRESSORAS
Laboratório /Alunos	20	00
Professores	15	01
Biblioteca	06	01
Serviços Administrativos	16	05
TOTAL	57	07

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7h às 22h40min, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do *Campus* estão em rede e com internet em funcionamento.

14.1. Laboratórios, espaços físicos e equipamentos necessários para o desenvolvimento dos projetos de Licenciatura e de Graduação em Educação Física

14.2. Laboratório de Anatomia Humana; Histologia e Fisiologia

Serão utilizados os Laboratórios de Anatomia Humana, Histologia e Fisiologia do *Campus* de Palmas destinado aos cursos de Enfermagem, Medicina e Nutrição. Haverá um acordo entre o *campus* de Palmas e de Miracema para a integração do espaço físico.

14.3. Laboratório de Estudos da Atividade Física, do Exercício e dos Esportes e desenvolvimento motor

Este laboratório destina-se a práticas aeróbicas, de condicionamento físico e alongamento, bem como práticas de musculação e desenvolvimento motor. Em caráter inicial, será possível uma parceria com academia local na utilização em períodos do curso (férias) num prazo de 1 semana com um aluguel estimado semestralmente de R\$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando no curso **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais), através de um convênio, e o custo do material para as aulas de desenvolvimento motor um material no valor aproximado de R\$13.225,80, dados de material abaixo:

Material	Quantidade
cama elástica 3,05m colorida	1
tatame de e.v.a 1m x 1m - 10mm de espessura	4
bolinhas para piscina - 1.000 unidades	1
ache e encaixe – geométrico	4
dragão alfabeto	1
tapete abecedário em Eva	4
dinossauro para medição de altura em e.v.a	1
jogo do equilibrio – flor	4
cubo para montar	1
mesa coletiva redonda infantil 4 cadeiras	4
Cadeirinha pettit	1
baú bola	4
mini lousa scribble	1
tunel lúdico Dimensões (LxAxP): 100x88x223 cm	1
Piscina de Bolinhas Baby Dimensões (LxAxP):127x95x95 cm	1
cadeirinha musical aprender e brincar -	1
Escorregador Toboguinho	1

Dimensões (LxAxP): 62x95x150 cm	
Bola sensorial	4
PLACA E TABULEIRO	1
CATRE EMPILHÁVELDimensões: 129 x 54 x 11 cm.	2
ARO (VÁRIAS MEDIDAS)(Bambole)	5
Centopéia em Bagunzito	1
Bola de Bobath	2
Conjunto de Brinquedos Pedagógicos c/ Caixa de Papelão	1
Cubinhos educativos	4
Encaixe e Desencaixe	1
Equilíbrio Círculo	4
Kit Psicomotricidade	1
Linha de Atividades Corporais (Material EVA)	4
Linha de Movimentação Ativa	1
Rolo de Bobath	4
Conhecendo o Corpo Humano	1
Boneco Inflavél João Bobo Animais	4

14.4. Laboratório de expressão corporal (ginástica e dança)

A sala de Ginástica e dança destina-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas à expressão corporal, podendo ser utilizada também em disciplinas afins como campo artístico. A área deverá ser adaptada numa sala de aula comum já em construção no *Campus*, fazendo parte do novo bloco de sala de aulas.

O custo aproximado dos equipamentos necessários é de **R\$ 20.000,00** (Vinte mil reais). Segue abaixo a descrição individualizada dos mesmos.

a) Equipamentos:

Tatame sem encaixe EVA 20mm – Média Projeção	30 metros
Espelhos	5 Unidades
2 m de altura e 1m de altura	
Espaldar simples para ginásio, construção em madeira	2 Unidades
Cumpre com a norma EN12 346	
Medidas de altura de 2,00 m, largura de 0,85 m. Montagem na parede.	
Barra de balé feitas de madeira de faia com um comprimento de 2,5 m e	2 Unidades
um diâmetro de 36 mm.	
Medidas: 2000x1000x50mm	
Colchonetes	40 Unidades
Colchão de ginástica com capa de material PVCMedidas:	40 Unidades
2000x1000x100mm	
Fit Ball 95 cm	20 unidades

14.5. Quadra poliesportiva: ginásio esportivo coberto

A quadra poliesportiva será utilizada, inicialmente, em parceira com a Prefeitura Municipal de Miracema, conforme convênio assinado em anexo IIb. Em caráter inicial, será possível trabalhar com espaços esportivos alternativos já existentes na cidade, conforme quadro apresentado no item 5.5.8.

O valor aproximado dos equipamentos necessários para a organização do espaço e desenvolvimento das atividades é de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais).

Equipamentos:

Material didático pedagógico para as aulas práticas, como bolas, apitos, cronômetros

04 goleiras específicas para a prática de futsal e handebol

02 redes de futsal

02 tabelas móveis e fixas para a prática do basquete

- 02 postes móveis para sua fixação
- 02 rede de voleibol

14.6. Piscina

A piscina, para o desenvolvimento de aulas práticas, será utilizada em colaboração com o IFTO, conforme Termo de Cooperação Institucional já citado anteriormente. Em caráter inicial, será possível a utilização em períodos do curso (férias) num prazo de 1 semana.

O valor dos equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades é de aproximadamente **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais). Segue abaixo a descrição unitária dos mesmos.

a) Equipamentos:

- 80 bastões
- 40 coletes
- 80 pares de halteres
- 80 pares de tornozeleiras
- 40 pares de haltere grandes
- 80 pranchas corretivas
- 80 pranchas pequenas
- 80 espaguetes
- 04 bolas
- 02 rede (biribol) e 16 argolas

14.7. Pista de Atletismo

Em caráter inicial, poderão ser disponibilizados espaços alternativos junto a instituições locais, conforme quadro constante no item 12.10. A construção de uma pista de atletismo integrará o projeto futuramente, com extensão de 2.000 metros em parceria com a Prefeitura Municipal junto ao Estádio do Município. O valor estimado dos equipamentos necessários à prática do atletismo é de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais).

a) Equipamentos:

Organização de espaço para o arremesso de peso

- 04 raias
- 01 caixa de areia para o salto em distância
- 10 discos
- 20 bastões para o revezamento
- 20 bandeirinhas para a arbitragem de atletismo
- 20 bandeirinhas de aço
- 35 pesos
- 10 martelos
- 20 bolas medicinibol
- 20 barreiras
- 20 dardos
- 20 discos

14.8. Campo de futebol

O campo de futebol será utilizado mediante acordo de convênio entre o *campus* de Miracema e a Prefeitura do município, conforme documento em anexo IIb. Todavia, é possível utilizar espaços alternativos no início do Curso, como consta no item 12.10.

Os equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades envolvem um custo aproximado de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais). Segue a descrição dos materiais:

a) Equipamentos:

- 02 goleiras
- 02 redes

Material didático necessário: bolas, apitos, jogo de camisetas e calções, bandeiras, etc.

14.9. Dos espaços físicos existentes na cidade e aproveitáveis mediante parcerias

O quadro abaixo aponta para as estruturas físicas existentes na cidade de Miracema e que poderiam ser utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual local e instituições privadas conveniadas:

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMNISTRATIVA	CONDIÇÕES
Ginásio de Esportes Irmã Beatriz	Governo do Estado/ Prefeitura Municipal	Ginásio coberto, com arquibancadas, banheiros
Quadra de Esportes da Praça Diogo Jardim	Governo Municipal	Quadra aberta sem cobertura localizada em praça pública
Estádio Castanheirão	Governo do Estado/Governo Municipal	Estádio de Futebol, gramado, com vestiários, é árquibancadas; é tutilizado em jogos do campeonato estadual
Piscina	IFTO	Piscina dentro dos padrões para aulas práticas
Academia	IFTO	Aparelhos para atividades de aeróbica e de musculação.

14.10. Instalações e Equipamentos Complementares

Os alunos do *campus* têm acesso à informática por meio do uso do laboratório específico, que dispõe de vinte computadores conectados à internet. O *campus* disponibiliza ainda o acesso à rede de internet sem fio, tecnologia *wireless*, para o acesso de docentes e acadêmicos que dispõem de notebook.

14.11. Biblioteca

A Biblioteca do *Campus* Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do *Campus*. Atualmente dispõe de um acervo bibliográfico de 17.672 livros; 149 títulos de periódicos; 761 monografias de graduação e pós-graduação *Lato sensu*, 159 Dissertações, 32 Teses e 169 fitas de vídeo. Concentra grande parte do acervo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² divida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos têm livre acesso.

14.12. Área de Lazer e Circulação

No espaço físico do *campus* dispomos dos seguintes espaços de lazer e circulação: dentro do prédio administrativo temos amplos corredores no térreo e pavimento superior com mesas e cadeiras que permite estudos individuais e em grupo para os alunos. Na parte externa, junto com o estacionamento existem vários espaços utilizados para conversas dos acadêmicos. Existe ainda um espaço físico que permite ampliação da estrutura física do *campus*, bem como seu uso para atividades de integração via esportes.

Existem dois blocos de salas de aula que permite a instalação de bancos, já dispõe de árvores e área de convivência (cantina), tornando o ambiente favorável ao lazer e integração dos acadêmicos.

14.13. Recursos Audiovisuais

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do *Campus* Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes no quadro a seguir:

Quadro de Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO

145

01	3	Tv Em Cores
02	01	Video Cassete
03	08	Data-Show
04	10	Retroprojetor
05	01	Máquina Fotográfica Digital
06	01	Filmadora
07	01	Dvd
08	01	Aparelho de Som Micro-Sistem/Cd
09	01	Projetor de Slides
10	10	Tela Branca de Projeção
11	02	Flip Chart
12	02	Microfone C/ Fio
13	03	Microfone S/ Fio
14	02	Mesa/Comando de Som
15	13	Quadro Branco para Pincel
15	07	Notebook

14.14. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

No momento, o acesso ao *Campus* de Miracema apresenta condições parcialmente adequadas à locomoção de pessoas com necessidades especiais, apresentando apenas rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio. Já existe uma solicitação de instalação de um elevador para acesso do piso superior do prédio administrativo.

14.15. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

No *campus* universitário de Miracema, há uma sala preparada para o uso da direção, de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

Com relação às salas de coordenação do curso, o *campus* conta com 02 (duas) salas destinadas às coordenações dos cursos: Pedagogia, instalada num espaço de 23,00m² e Serviço Social, localizada numa sala de 22,56 m², ambas equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada. Os cursos da modalidade PARFOR contam com uma sala, equipada com mobiliários e equipamentos a fim de que possam ser atendidos docentes, discentes e a comunidade acadêmica em geral. O Regimento do Curso pode ser observado no Anexo V deste projeto.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Parecer CNE/CP nº 21/2001, aprovado em 6 deagosto de 2001. Dispões sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação deProfessores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.CONSELHO NASCIONAL DE EDUCAÇÃO/CAMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.Brasília, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/021.pdf. Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL -LDB LEI N° 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.mec.gov.br acesso em: Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP n° 08 de 02 de dezembro de 2008. Apresenta as Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Brasília, D.O.U. de 30/01/2009. Poder Executivo.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Resolução nº 7, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Resolução nº 2, 2002

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Parecer nº 28, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física – PCN, 1998. BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, , Lei 9394, 1996

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução nº 1, 2002

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília : MEC/SEF, 1997. 96p.

1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Educação física : Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

CNE/CES. Resolução nº 1/2002. Institui Diretrizes Nacionais para a Formação deprofessores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, degraduação plena. Disponível: http://www.mec.gov.br acesso em 26/02/2012

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 0058/2004, 18 de fevereiro de 2004. Disponível: http://www.mec.gov.br

COUTINHO, N; SILVA, S. Conhecimento e Aplicação de Métodos de Ensino para os Jogos Esportivos Coletivos na Formação Profissional em Educação Física. Porto Alegre, v. 15, n. 01, p. 117-144, jan.-mar., 2009.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Revista do Centro de Educação e Letras*. UNIOESTE, *Campus* Foz do Iguaçu. V. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Programa de Formação de Professores da Educação Básica UFT/Seduc/Programa de Ações Articuladas PARFOR. Palmas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Resolução 12-2007 CONSUNI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2007-2011). Palmas, 2007b. Disponível em:http://www.site.uft.edu.br/component/option,com/docman/Itemid,69/task,doc_details/gid, 2022/>. Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Resolução 07-2007 CONSEPE.

Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Palmas, 2007a. Disponível em:

http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,18
10/>. Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Planejamento Estratégico (2006 - 2010); por uma universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia (2a impressão).Palmas, 2006. Disponível em: http://www.site.uft.edu.br/component/ option,com_docman/Itemid,0/task,doc_details/gid,1566/>. Acesso em 28/02/2012.